



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GESTÃO E TECNOLOGIAS APLICADAS À
EDUCAÇÃO – GESTEC
MESTRADO PROFISSIONAL**

CINTIA DE SOUZA SANTOS

**MODELO DE GESTÃO PARA A EXTENSÃO NA PERSPECTIVA DE REDE:
USO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA
PRÁTICA DOS PRINCÍPIOS E FINALIDADES DA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL**

**Salvador
2013**

CINTIA DE SOUZA SANTOS

**MODELO DE GESTÃO PARA A EXTENSÃO NA PERSPECTIVA DE REDE:
USO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA
PRÁTICA DOS PRINCÍPIOS E FINALIDADES DA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação da UNEB – como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. José Cláudio
Rocha

**Salvador
2013**

FICHA CATALOGRÁFICA
Elaboração: Sistema de Biblioteca da UNEB
Bibliotecária: Maria das Mercês Valverde – CRB 5/1109

Santos, Cintia de Souza

Modelo de gestão para a extensão na perspectiva de rede: uso das tecnologias da informação na prática dos princípios e finalidades da educação profissional / Cintia de Souza Santos. - Salvador, 2013.

123 f.

Orientador: José Cláudio Rocha

Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus I - Programa de Pós-Graduação Gestão e Tecnologias Aplicada à Educação
Contém referências e apêndices

1. Extensão universitária. 2. Ensino profissional. 3. Ensino técnico. 4. Tecnologia da informação. 5. Universidade do Estado da Bahia. I. Rocha, José Cláudio. II. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus I.

CDD: 378.1554

FOLHA DE APROVAÇÃO

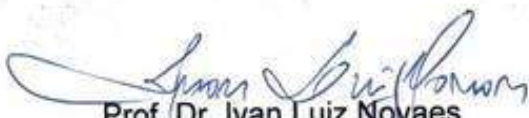
“MODELO DE GESTÃO DA EXTENSÃO NA PERSPECTIVA DE REDE: USO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA PRÁTICA DOS PRINCÍPIOS E FINALIDADES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL”

CÍNTIA DE SOUZA SANTOS

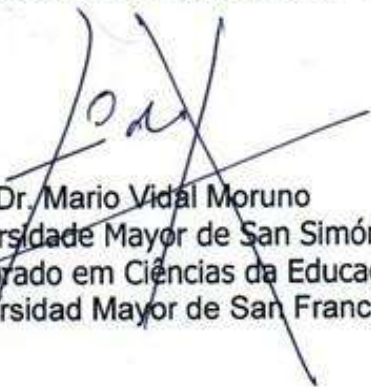
Trabalho de Conclusão de curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação (*scriptu sensu*) Gestão e Tecnologias Aplicadas a Educação, Área de Concentração I – Gestão da Educação e Redes Sociais, em 13 de agosto de 2013, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:



Prof. Dr. José Cláudio Rocha
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Doutorado em Educação
Universidade Federal da Bahia - UFBA



Prof. Dr. Ivan Luiz Novaes
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Educação.
Universidade Federal da Bahia - UFBA



Prof. Dr. Mario Vidal Moruno
Universidad Mayor de San Simón – UMSS
Doutorado em Ciências da Educação
Universidad Mayor de San Francisco Xavier de Chuquisaca - Bolivia

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida e por me dar coragem e determinação para a realização dos meus ideais.

Aos meus pais, Leur e Jeanete que, apesar das dificuldades, sempre investiram e acreditaram em mim.

Aos meus irmãos Ana Claudia, Claudio e Carlos Eduardo pelo apoio, incentivo e compreensão nas minhas ausências.

À minha amiga Janete pelo apoio e por ter compartilhado das minhas angústias durante o processo de formação.

Ao meu orientador Prof. Dr. José Cláudio Rocha pela oportunidade do mestrado, disponibilidade e paciência nas orientações.

Aos professores do GESTEC pela contribuição no meu processo de construção do conhecimento.

Ao Prof. Carlos D`Alexandria Bruni pelo apoio na disponibilização de textos e documentos sobre a extensão tecnológica.

Ao IFBA por ter me permitido cursar o mestrado e viabilizado a realização da pesquisa.

“O que importa fundamentalmente à educação, contudo, como uma autêntica situação gnosiológica, é a problematização do mundo do trabalho, das obras, dos produtos, das idéias, das convicções, das aspirações, dos mitos, da arte, da ciência, enfim, o mundo da cultura e da história, que, resultando das relações homem-mundo, condiciona os próprios homens, seus criadores.”

Paulo Freire

RESUMO

O presente estudo é o resultado da pesquisa aplicada desenvolvida no Programa de Pós-Graduação Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação da Universidade do Estado da Bahia. Tem como objetivo desenvolver um modelo de gestão da extensão em rede para o IFBA que ponha em prática os princípios e as finalidades da educação profissional, utilizando as tecnologias da informação e comunicação como suporte. Foi realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA). No ano de dois mil e oito foi criada a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a partir da transformação dos Centros Federais de Educação Tecnológica em Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, por meio da Lei 11.892 de 2008. A Lei mudou a estrutura e a organização das instituições de educação profissional, que devem ser pluricurriculares, multicampi e verticalizadas, além de se configurarem dentro do padrão em rede. Faz-se necessário o aperfeiçoamento da gestão da extensão no IFBA, para por em prática os princípios e as finalidades da educação profissional determinados na lei, a fim de administrar conflitos entre o modelo instituído ao longo de cem anos com o novo que se instituiu a partir da criação dos Institutos Federais. Quanto à metodologia, o estudo está fundamentado na abordagem qualitativa e teve como método o estudo de caso. Foram utilizados os seguintes instrumentos para a coleta dos dados: entrevista semi-estruturada, observação participante e análise documental. Os instrumentos foram aplicados com os servidores da Pró-Reitoria de Extensão do IFBA. A investigação culminou com a sistematização do modelo de Sistema de Gestão da Extensão do IFBA, que deverá ser desenvolvido pelos Analistas de Tecnologia da Informação dessa Instituição, como contribuição para as atividades de extensão em rede; sua utilização irá aperfeiçoar a gestão da extensão, permitindo sua sistematização, por meio das análises quantitativas e qualitativas proporcionadas pelos relatórios gerados a partir do cruzamento dos dados viabilizados pelas interfaces do sistema.

Palavras-chave: Educação Profissional. Rede. Extensão. Gestão. Tecnologias da Informação e Comunicação.

ABSTRACT

The present study is the result of research applied developed in Program of Postgraduate Management and Technologies Applied to Education at the University of the State of Bahia. Aims to develop a model of management the extension in network for IFBA to put into practice the principles and purposes at the professional education, using information and communication technologies as a support. Was held at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Bahia (IFBA). In the year two thousand and eight was created Federal Network of Professional, Scientific and Technological Education, from the transformation of the Federal Centers for Technological Education in Federal Institutes of Science Education and Technology, by means of Law 11,892 of 2008. The Act changed the structure and organization of professional education institutions, which should be pluricurriculares, multicampi and vertically integrated, in addition to being configured within the default network. It is necessary to improvement the extension management of the IFBA, to put into practice the principles and purposes at the professional education determined in law, in order to manage conflicts between the model established along a hundred years old and with the new that established the From the creation of the Federal Institutes. Regarding the methodology, the study is based on a qualitative approach and had as the case study method. The following instruments were used for data collection: semi-structured interviews, participant observation and document analysis. The instruments were applied to the servers of the Dean of Extension IFBA. The investigation culminated in the Management System model of Extension of the IFBA , to be developed by the Information Technology Analysts this institution as a contribution to outreach activities the extension in network, their use will improve the management of extension, allowing its systematization, through quantitative and qualitative analysis provided by the reports generated from the intersection of the data attained by the system interfaces.

Keywords: Professional Education. Network. Extension. Management. Information Technology and Communication.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Reordenamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica	22
Ilustração 2 – Mapa do IFBA na Bahia	64
Ilustração 3 – Quantitativo de alunos matriculados no IFBA em 2012	66
Ilustração 4 – Quantitativo de alunos matriculados no IFBA de 2010 a 2012	67
Ilustração 5 – Protótipo de Sistema de Gestão da Extensão do IFBA	98
Ilustração 6 – Diagrama do Sistema de Gestão da Extensão do IFBA	99

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Princípios da educação profissional	24
Tabela 2 – Finalidades da educação profissional	25
Tabela 3 – Objetivos da extensão no IFBA	31
Tabela 4 – Quantitativo de servidores do IFBA	67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEFET – BA	Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia
CONSUP	Conselho Superior
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
DE	Dedicação Exclusiva
D.O.U.	Diário Oficial da União
EAD	Educação a Distância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ETF	Escola Técnica Federal
ETF – BA	Escola Técnica Federal da Bahia
FIC	Formação Inicial e Continuada
FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
FORPROEXT	Fórum de Extensão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
IF	Instituto Federal
GC	Gestão do Conhecimento
IFBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
IFBaiano	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PFRH	Programa de Formação de Recursos Humanos
PNE	Plano Nacional de Educação
PRH – PB 29	Programa de Recursos Humanos – Petrobras 29
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROEN	Pró-Reitoria de Ensino
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
MEC	Ministério da Educação

MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
SCDP	Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SGEI	Sistema de Gestão da Extensão do IFBA
SICONV	Sistema de Convênios do Governo Federal
SIMEC	Sistema de Monitoramento Execução e Controle
SISTEC	Sistema Nacional de Informações da Educação
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – QUADRO TEÓRICO	19
1.1 INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL E NA BAHIA	19
1.1.1 Organização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	22
1.1.2 Organização da extensão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia	28
1.2 GESTÃO PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	35
1.2.1 Cenário das Políticas na Gestão da extensão na educação profissional	40
1.3 ORGANIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA HUMANA EM FORMA DE REDE	44
1.3.1 As Tecnologias da Informação e Comunicação como suporte para a organização em forma de rede	49
1.3.2 Gestão da extensão em forma de rede como possibilidade para a educação profissional	52
CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA	58
2.1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS	58
2.2 MÉTODOS E TÉCNICAS PARA OS PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	61
2.3 DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE CASO: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA	63
2.3.1 Sujeitos da pesquisa	69
2.3.2 Caracterização dos sujeitos da pesquisa	72
CAPÍTULO 3 – A PESQUISA NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA	76
3.1 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	76
3.1.1 Concepção sobre a prática da extensão no IFBA	79

3.1.2 O significado de rede para a gestão da extensão do IFBA	86
3.1.3 Sistema de Gestão da Extensão em rede com o suporte das tecnologias da informação e comunicação	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS	112
APÊNDICES	118
• TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	118
• ROTEIRO PARA ENTREVISTA	120
• ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO	122

INTRODUÇÃO

O sistema de ensino brasileiro, que também é composto pela educação profissional, tem mudado nos últimos anos devido às alterações ocorridas na estrutura social, por meio do avanço da ciência e das tecnologias da informação e comunicação, o que tem requerido uma nova perspectiva para a gestão das instituições responsáveis pela educação formal dos sujeitos.

Em meio a todas essas mudanças, pelas quais a sociedade tem passado, é importante ressaltar as modificações que, também, têm ocorrido nas escolas de educação profissional, a partir da criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e da transformação dos Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que atualmente devem se configurar dentro de uma organização em forma de rede.

Essas alterações na sociedade têm exigido um novo modelo de gestão para as instituições federais de educação profissional, de acordo com o padrão em rede, uma vez que esse padrão faz parte de todos os organismos vivos e das organizações sociais, econômicas, políticas e culturais da contemporaneidade.

Diante disso, é importante que a gestão dessas instituições se desenvolva de acordo com a diretriz que está determinada pela legislação que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e criou os Institutos Federais – IFs, os quais têm como um de seus princípios serem instituições de educação superior, básica e profissional (pluricurricular e multicampi) e como uma de suas finalidades promover a integração e a verticalização da educação básica com a educação profissional e superior.

A referida legislação determina que a gestão dos IFs, que são instituições voltadas para a oferta de educação profissional, deve ocorrer por meio da prática dos princípios e das finalidades dessa modalidade de educação, como por exemplo, o compromisso com a justiça social, com a equidade, com a cidadania e a ética; a preservação do meio ambiente, a transparência e gestão democrática, além de estimular e apoiar processos educativos que gerem trabalho e renda e favoreça a emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional, que estão determinados no Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA.

Para que a gestão nos Institutos Federais, bem como no IFBA, se desenvolva

no padrão em rede é importante que os gestores dessas instituições compreendam o significado de rede, a fim de que sejam criadas as possibilidades para a interação e integração por meio de redes de conexões entre os campi de determinado Instituto Federal – IF, em uma visão micro, que podem ser considerados como os nós dessa rede, e dentro de uma visão macro, com a própria Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em nível nacional.

O desenvolvimento da gestão em forma de rede na educação profissional poderia favorecer a superação das velhas práticas de gestão, em que ainda prevalece a centralização do poder e uma estrutura hierarquizada que se baseiam, conforme Lima Jr, Novaes e Hetkowski (2012), no paradigma cientificista (mecanicista e tecnicista) que ainda está presente em diversas organizações e instituições públicas e/ou privadas, além de possibilitar a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão nos Institutos Federais, conforme o que determina a Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

A superação das velhas práticas de gestão por um modelo em forma de rede na educação profissional, poderá ser favorecida pela utilização das tecnologias da informação e comunicação – TICs, uma vez que essas tecnologias estão presentes na vida da maioria das pessoas na contemporaneidade e são ferramentas importantes para a integração da rede como, por exemplo, o avanço do uso da internet.

As práticas de gestão hierarquizadas e centralizadas não atendem mais às exigências que são impostas pela sociedade atual, que tem se configurado a cada dia como uma rede de conexões nas suas mais diversas áreas, inclusive na educação profissional, e que também, está imersa nas TICs, às quais estão presentes na vida cotidiana da maioria das pessoas.

O desenvolvimento da gestão na educação profissional, caso ocorra dentro do padrão em rede e mediada pelas TICs, especialmente na extensão, poderia favorecer a integração do IFBA com a sociedade, por meio de atividades de extensão voltadas para a criação e difusão do conhecimento, que leve em consideração a realidade local e regional; além de contribuir para a criação da cultura institucional de indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Considerando as mudanças na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica a partir da criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia com a promulgação da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008,

sobretudo no que diz respeito ao Ensino Técnico de Nível Médio e ao Ensino Superior, é importante o aperfeiçoamento da gestão da extensão no IFBA, dentro do novo modelo de educação profissional para por em prática os princípios e as finalidades dessa modalidade de educação.

A motivação para a escolha do objeto de estudo e de desenvolver um modelo de sistema de gestão para a extensão no IFBA dentro do atual modelo de educação profissional, enquanto rede, em um processo criativo, multirreferencial (MACEDO, 2004) e complexo (MORIN, 2002) como uma rede de conexões que utilize as TICs como suporte, fundamenta-se nas constatações dos inúmeros desafios em meu trabalho como pedagoga da Pró-Reitoria de Extensão, principalmente no que diz respeito às dificuldades em se colocar em prática e acompanhar as dimensões da extensão tecnológica definidas pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF.

A escolha do objeto de estudo está entrelaçada à minha formação, enquanto pedagoga, e à minha práxis profissional na área de educação relacionada à gestão, sobretudo à gestão da extensão, considerando práxis nesse contexto, enquanto atividade prática e teórica transformadora do homem – sociedade – natureza (VÁZQUEZ, 2007). A realização deste trabalho visa contribuir para melhoras qualitativas na gestão da extensão, considerando o IFBA enquanto uma rede que precisa fazer uso dos potenciais de mudança que as TICs podem proporcionar para uma formação profissional que articule as dimensões técnica, humana e político-social.

Diante do exposto acima, o presente estudo intitulado **Modelo de Gestão da Extensão na Perspectiva de Rede: uso das tecnologias da informação e comunicação na prática dos princípios e finalidades da educação profissional** buscou desenvolver, a partir da pesquisa realizada, um modelo de sistema de gestão da extensão em rede para o IFBA que ponha em prática os princípios e as finalidades da educação profissional, que estão definidos na legislação, e que utilize as TICs como suporte.

Entretanto, para a sistematização do modelo do sistema de gestão da extensão em forma de rede para o IFBA, desenvolvido neste estudo, se fez necessário buscar respostas por meio da pesquisa aplicada para a seguinte pergunta de pesquisa: a gestão da extensão em forma de rede, utilizando as tecnologias da informação e comunicação como suporte, poderia efetivar os princípios e as finalidades da

educação profissional no IFBA?

O objetivo geral da pesquisa de desenvolver um modelo de gestão da extensão em rede para o IFBA que ponha em prática os princípios e as finalidades da educação profissional, utilizando as tecnologias da informação e comunicação como suporte, buscou dar respostas para a referida pergunta de pesquisa, o que culminou com a sistematização do Sistema de Gestão da Extensão do IFBA – SGEI como produto da pesquisa, o qual deverá, posteriormente, ser desenvolvido pelos Analistas de Tecnologia da Informação dessa instituição.

Para o alcance do objetivo citado acima, também se fez necessário buscar concretizar alguns objetivos específicos, tais como: contextualizar a educação profissional desde sua institucionalização até o presente; definir os princípios e as finalidades da educação profissional; analisar a gestão da educação profissional na época do CEFET-BA e comparar com a nova organização do IFBA, que deve se estruturar como uma rede; além de identificar aspectos facilitadores e/ou dificultadores da articulação e organização da extensão em rede, para por em prática os princípios e as finalidades da educação profissional no IFBA.

Este estudo foi realizado tendo como delineamento para a pesquisa o estudo de caso, fundamentado na abordagem qualitativa, uma vez que esse tipo de delineamento permite a investigação das características significativas de eventos vivenciados na instituição pesquisada e enfatiza o conhecimento do particular, sendo esse particular a gestão da extensão no IFBA. Os instrumentos utilizados para a coleta dos dados foram a entrevista, a observação participante e a análise de documentos.

Para fundamentar o presente estudo e a investigação de como a gestão da extensão no IFBA poderia ocorrer em forma de rede, tendo as TICs como suporte para o seu desenvolvimento, foi feito um estudo teórico das categorias/conceitos educação profissional, rede, extensão, gestão e tecnologias da informação e comunicação, a fim de fundamentar as sistematizações e relações teórico-práticas na caminhada da pesquisa para subsidiar a criação do Sistema de Gestão da Extensão do IFBA.

Alguns interlocutores foram de fundamental importância, para o estudo teórico dos conceitos citados acima, como Tânia Maria Hetkowski (2004), Pierre Lévy (1996) e Arnaud S. de Lima Jr. (2005) que discutem tecnologias da informação e comunicação; Acácia Kuenzer (2001), Maria Ciavatta (2007) e Demerval Saviani

(2007) estudiosos da educação profissional; José Claudio Rocha (2008), Paulo Freire (2011) e Silvio Paulo Botomé (1996) que tratam de questões relacionadas à extensão; Manuel Castells e Fritjof Capra (2005) que abordam a estrutura em rede como forma de organização e interação na sociedade; Ivan Luiz Novaes (2012) e Avelar Mutim (2000) que discutem gestão da educação; além desses interlocutores, outros autores, também, foram utilizados para fundamentar o estudo, os quais se encontram nas referências.

O Capítulo 1 apresenta o quadro teórico que fundamenta o estudo e está dividido em três partes, a fim de poder discutir os conceitos de educação profissional, rede, extensão, gestão e tecnologias da informação e comunicação, sendo apresentados da seguinte forma: Institucionalização da educação profissional no Brasil e na Bahia, que faz uma discussão da educação profissional dentro de uma perspectiva histórica, desde a sua institucionalização até os dias atuais; Gestão para atender às demandas da educação profissional na contemporaneidade, que discute o conceito de gestão e de gestão do conhecimento a partir da concepção de autores que abordam os temas, os quais têm passado por constantes mudanças; além de abordar sobre a organização da experiência humana em forma de rede.

A primeira parte do capítulo 1 aborda a organização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e a organização da Extensão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA; a segunda parte trata do cenário das políticas na gestão da extensão na educação profissional e a terceira apresenta uma discussão sobre as tecnologias da informação e comunicação como suporte para a organização em forma de rede; além de abordar sobre gestão da extensão em forma de rede como possibilidade para a educação profissional.

O Capítulo 2 apresenta a discussão da metodologia a partir dos fundamentos teóricos e metodológicos que embasam o presente estudo; também, descreve os métodos e técnicas para os procedimentos de coleta e análise dos dados; trata da descrição da unidade de caso, que neste estudo de caso foi o IFBA, além de descrever os sujeitos da pesquisa e fazer uma caracterização dos mesmos.

O Capítulo 3 mostra a análise e discussão dos dados coletados a partir da pesquisa realizada no IFBA, em que a interpretação desses dados está dividida em três itens: concepção sobre a prática da extensão no IFBA, que apresenta o entendimento que o gestor possui quanto ao significado do conceito extensão; o

significado de rede para a gestão da extensão no IFBA, que apresenta a compreensão que o representante da gestão da extensão do IFBA possui a respeito do significado de rede e, por fim, sistema de gestão da extensão em rede com o suporte das TICs para o IFBA, que mostra a(s) relação(ões) que os sujeitos da Pró-Reitoria de Extensão – PROEX, representados pelo gestor, estabelecem com as TICs, identifica os suportes de TICs de que a referida Pró-Reitoria dispõe e apresenta o protótipo do Sistema de Gestão da Extensão em Rede do IFBA – SGEI, que é o produto deste estudo.

Nas considerações finais, busca-se apresentar as conclusões parciais e transitórias sobre as mudanças qualitativas que a utilização do SGEI poderá proporcionar para que os princípios e as finalidades da educação profissional sejam concretizados; também são apresentadas sugestões para novas pesquisas relacionadas ao tema estudado. As referências estão presentes no final deste estudo com a relação de documentos e nome dos autores que auxiliaram na realização da pesquisa e espera, de alguma forma, contribuir como fonte de auxílio para outros leitores interessados no tema do estudo.

CAPÍTULO 1 – QUADRO TEÓRICO

1.1 INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL E NA BAHIA

A educação profissional foi institucionalizada no Brasil no ano de mil novecentos e nove, no governo do então Presidente da República Nilo Peçanha, a partir do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro 1909, que criou nas capitais dos Estados as Escolas de Aprendizes Artífices, voltadas para o ensino profissional primário e gratuito.

As Escolas de Aprendizes Artífices foram criadas com o objetivo de proporcionar meios para que as classes proletárias pudessem vencer as dificuldades crescentes na luta pela existência, o que tornou necessário “não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime” (BRASIL, 1909).

A institucionalização da educação profissional brasileira, enquanto rede de ensino, teve início no governo do Presidente Getúlio Vargas, a partir do Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, que estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial e diz em seu Artigo 1º que “a rede federal de estabelecimentos de ensino industrial será constituída de:

- a) escolas técnicas;
- b) escolas industriais;
- c) escolas artesanais;
- d) escolas de aprendizagem”. (BRASIL, 1942).

A educação profissional do Brasil foi pensada, sistematizada e organizada, desde o ano de mil novecentos e nove, para atender às necessidades do capitalismo no país, o qual já demandava trabalhadores com o mínimo de preparo técnico e que estivessem adaptados aos mecanismos de controle requeridos para atuarem na indústria, o que fez e faz com que “[...] também na educação, aperfeiçoam-se os mecanismos de controle, inserindo-a no processo mais geral de gerenciamento das crises no interesse da manutenção da ordem vigente” (SAVIANI, 2005, p. 23).

No decorrer do primeiro século de existência da educação profissional, diversos modelos e concepções foram regulamentados para esta modalidade de educação, por meio de leis, decretos, resoluções e portarias; no entanto seu objetivo

inicial sofreu pouca ou quase nenhuma alteração: preparar os sujeitos para atenderem às exigências do modo de produção capitalista, moldando-os de acordo com o que é exigido pelo mundo do trabalho, pois como afirma Ciavatta (2005).

[...] à medida que a escola adquire a finalidade de preparar para as exigências da produção capitalista, ela assume também as exigências da ordem social desenvolvida nos processos de trabalho, tais como disciplina, exatidão, submissão física, técnica e moral, cumprimento estrito dos deveres, pontualidade, contenção corporal e afetiva. (CIAVATTA, 2005, p. 128).

Após vinte e oito anos de institucionalização da educação profissional no Brasil, no ano de mil novecentos e trinta e sete as Escolas de Aprendizes Artífices passam a ser chamadas de Liceus Industriais, os quais ministravam ensino industrial em nível ginásial (equivalente ao atual nível médio), permanecendo com esta denominação por cinco anos, uma vez que no ano de mil novecentos e quarenta e dois passam a ser chamadas de Escolas Técnicas e, posteriormente, de Escolas Técnicas Federais, no ano de mil novecentos e cinquenta e nove, no governo do Presidente Juscelino Kubitschek.

As Escolas Técnicas Federais permaneceram com esta denominação por dezenove anos, pois no ano de mil novecentos e setenta e oito teve início a transformação dessas escolas técnicas em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFET, a partir da promulgação da Lei nº 6.545 de 30 de Junho de 1978, que extinguiu as Escolas Técnicas Federais: do Paraná, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro e criou os três primeiros CEFETs do Brasil (BRASIL, 1978).

A Lei nº 6.545/1978 incluiu a educação tecnológica e o grau superior na educação profissional, de acordo com os objetivos definidos no seu Art. 2º que determina que os CEFETs devem ministrar cursos “de graduação e pós-graduação, visando à formação de profissionais em engenharia industrial e tecnólogos” (BRASIL, 1978), já que a sociedade brasileira do período em questão demandava profissionais com formação técnica de nível superior em cursos de engenharia e/ou de tecnologia.

No ano de dois mil e oito, quase um século após a institucionalização da educação profissional no Brasil, foi feito o reordenamento dessa modalidade de educação com a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, conforme mostra a ilustração 1; a referida rede é formada, atualmente, pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, os quais foram criados

pela Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008 a partir da extinção dos CEFETs e que tem o objetivo de responder às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais (BRASIL, 2008), a fim de contribuir com a superação das desigualdades regionais e sociais.

Ilustração 1 – Reordenamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica



FONTE: Portal MEC

Na Bahia, a Educação Profissional também teve início com a criação da Escola de Aprendizes Artífices da Bahia em mil novecentos e nove, à qual passou por diversas transformações ao longo desses cem anos de existência para acompanhar a dinâmica da história. No ano de mil novecentos e quarenta e dois a referida escola passa a ser conhecida como Escola Técnica de Salvador.

No ano de mil novecentos e sessenta e cinco muda para a denominação de Escola Técnica Federal da Bahia; no ano de mil novecentos e noventa e três passa a ser Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia – CEFET-BA, permanecendo nessa condição até o ano de dois mil e oito quando houve uma mudança significativa na proposta educacional da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, passando então a ser denominado por Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA (AVENA, 2009).

As mudanças decorrentes da nova institucionalização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a partir da criação dos Institutos Federais, requerem novo(s) modelo(s) de gestão nessas instituições, que façam uso

dos potenciais que as TIC proporcionam na contemporaneidade, a fim de que possam atender, não apenas às determinações do Ministério da Educação – MEC e às demandas do mercado capitalista, mas que, também, possam transgredir às exigências do modelo de acumulação flexível do neoliberalismo (KUENZER, 2001) para garantir uma formação que possibilite ao sujeito e grupos sociais interagir com uma multiplicidade de conhecimentos e de produções simbólicas.

1.1.1 Organização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que está vinculada ao MEC, é formada atualmente pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados pela Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, os quais podem atuar em todos os níveis da Educação Profissional e Tecnológica, abrangendo a Educação Básica (Ensino Fundamental e Médio) e a Educação Superior (Graduação e Pós-Graduação).

Além dos Institutos Federais – IFs, a referida Rede Federal também é formada pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR; pelos Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET-RJ e de Minas Gerais – CEFET-MG (que optaram por continuarem como CEFET ao invés de mudarem para Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia com nova estrutura organizacional e concepção de instituição) e pelas Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais.

As instituições mencionadas acima possuem, de acordo com o Parágrafo Único do Artigo 1º, da Lei 11.892 de 2008, “natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar”. (BRASIL, 2008).

No que diz respeito à organização, essas instituições possuem estrutura multicampi com uma Reitoria. A estrutura multicampi deve possibilitar que sejam reconhecidas pela gestão as vinculações que a instituição possui com o desenvolvimento local e regional (SILVA, 2009), gerando uma relação de interdependência entre os diversos campi de um IF, juntamente com a Reitoria, que se configura como a gestão central da instituição.

A Lei 11.892 de 2008, de acordo com Silva (2009), estabelece a Reitoria como órgão executivo dos IFs, tendo em sua composição um Reitor, que deve ser eleito

pela comunidade acadêmica de todo o IF, e cinco Pró-Reitores, escolhidos e nomeados pelo Reitor, para as Pró-Reitorias de Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação, Administração e Desenvolvimento Institucional, já os campi deverão ser geridos por Diretores-Gerais, que também deverão ser eleitos pela comunidade acadêmica do Campus.

A concepção que fundamenta a organização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (BRASIL, 2008) é de rede, enquanto estrutura e organização que agrega um conjunto de instituições com objetivos semelhantes que devem interagir de forma colaborativa e dinâmica. Essa concepção de rede pretende possibilitar que os princípios e as finalidades da educação profissional, conforme apresentados nas tabelas 1 e 2, sejam postos em prática.

Tabela 1 – Princípios da Educação Profissional

FUNDAMENTO LEGAL	PRINCÍPIO
Lei 11.892, de 29/12/2008, (BRASIL, 2008a).	“Art. 2º - Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, [...]”
Estatuto do IFBA, (IFBA, 2009a).	“Art. 3º - O IFBA, em sua atuação, observa os seguintes princípios norteadores: I. compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática; II. verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão; III. eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais; IV. inclusão de pessoas com deficiências e necessidades educacionais especiais; V. natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade de União.”
Proposta de Regimento Interno para o IFBA, (IFBA, 2012). ¹	“Art. 2º/ Parágrafo Único - O Instituto Federal da Bahia é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, em sua prática pedagógica, <i>multicampi</i> e descentralizada, tendo como unidades a Reitoria e os <i>Campi</i> de Salvador, Valença, Barreiras, Vitória da Conquista, Eunápolis, Santo Amaro, Simões Filho, Porto Seguro, Camaçari, Jequié, Feira de Santana, Irecê, Jacobina, Paulo Afonso, Seabra, Ilhéus, Santo Antônio de Jesus, Juazeiro, Brumado, Euclides da Cunha e Lauro de Freitas, e os núcleos avançados sem prejuízo de outros que possam vir a ser criados no Estado da Bahia.

¹ O Regimento Interno do IFBA ainda não foi aprovado; a proposta está em tramitação para

Tabela 1 – Princípios da Educação Profissional

Projeto Pedagógico Institucional – PPI (CEFET-BA), (CEFET-BA, 2009). ²	“[...] construir, coletivamente, o processo de democratização das relações, pautando suas práticas em posturas transformadoras da sua realidade e buscando, no oferecimento do ensino, da pesquisa e da extensão com qualidade social, cumprir seu papel no projeto de superação do grande déficit social do Estado brasileiro para com a maioria de sua gente.”
Proposta para o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI para o IFBA, (IFBA, 2009b). ³	<p>“Tendo ainda como Princípios norteadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A manutenção permanente da educação pública gratuita, laica e de qualidade; • A defesa da autonomia institucional; • Gestão democrática; • Permanente sincronia com as necessidades da sociedade a serviço do desenvolvimento humano; • Severa observância dos valores éticos, morais e humanistas; • Respeito à pluralidade social de gênero, etnia, idéias, opções, sem qualquer restrição; • Compromisso com o bem público, sua administração e função na sociedade; • Compromisso com o ser humano e com processos de sua valorização.”
Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, (BRASIL, 2007).	“[...] desenvolvimento de um arrojado projeto político-pedagógico, verticalidade da oferta de educação profissional e tecnológica, articulação com o ensino regular, aumento da escolaridade do trabalhador, interação com o mundo do trabalho e as ciências e apoio à escola pública.”

FONTE: Legislação da educação profissional.

Tabela 2 – Finalidades da Educação Profissional

FUNDAMENTO LEGAL	FINALIDADES
Lei 11.892, de 29/12/2008, (BRASIL, 2008a).	<p>“Art. 6º - Os Institutos Federais têm por finalidades e características:</p> <ol style="list-style-type: none"> I. ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; II. desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais; III. promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

aprovação no Conselho Superior – CONSUP.

² O Projeto Pedagógico Institucional – PPI que está em vigor no IFBA é o do CEFET-BA, uma vez que o novo PPI ainda está em processo de elaboração pela comunidade acadêmica.

³ O Plano de Desenvolvimento Institucional do IFBA ainda não foi apreciado e aprovado pelo CONSUP. O documento ainda é uma proposta de PDI.

Tabela 2 – Finalidades da Educação Profissional

<p>Lei 11.892, de 29/12/2008, (BRASIL, 2008a).</p>	<p>“Art. 6º - Os Institutos Federais têm por finalidades e características:</p> <p>IV. ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;</p> <p>V. desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;</p> <p>VI. promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;</p> <p>VII. orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;</p> <p>VIII. constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;</p> <p>IX. qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;</p> <p>X. desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;</p> <p>XI. realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico.</p> <p>XII. promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.</p>
<p>Estatuto do IFBA, (IFBA, 2009a).</p>	<p>“Art. 5º - O IFBA, tem os seguintes objetivos:</p> <p>VI. ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;</p> <p>VII. ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;</p> <p>VIII. realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;</p> <p>IX. desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica em articulação como o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;</p> <p>X. estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;</p> <p>XI. ministrar em nível de educação superior:</p> <p>a) cursos superiores de tecnologia visando a formação de</p>

Tabela 2 – Finalidades da Educação Profissional

<p>Estatuto do IFBA, (IFBA, 2009a).</p>	<p>profissionais para os diferentes setores da economia;</p> <p>b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;</p> <p>c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;</p> <p>d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando a formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e</p> <p>e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas ao processo de geração e inovação tecnológica e educacional.</p>
<p>Proposta de Regimento Interno para o IFBA, (IFBA, 2012).</p>	<p>O regimento Interno do IFBA não trata das finalidades da educação profissional, uma vez que está voltado apenas para as normas que disciplinam as atividades dos órgãos da Instituição, conforme o seu Art. 1º:</p> <p>Art. 1º O Regimento Geral é o conjunto de normas que disciplinam as atividades comuns aos vários órgãos e serviços integrantes da estrutura organizacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), nos planos administrativo, didático-pedagógico e disciplinar, com o objetivo de complementar e normatizar as disposições estatutárias.</p>
<p>Projeto Pedagógico Institucional – PPI (CEFET-BA), (CEFET-BA, 2009).</p>	<p>“a) Compromisso com a redução das desigualdades sociais;</p> <p>b) O desenvolvimento socioeconômico;</p> <p>c) A vinculação à educação básica e ao ensino superior em todas as suas modalidades;</p> <p>d) A escola pública de qualidade.”</p>
<p>Proposta para o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI para o IFBA, (IFBA, 2009b).</p>	<p>“A própria Lei dispõe sobre as finalidades do Instituto:</p> <p>I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;</p> <p>II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;</p> <p>III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;</p> <p>IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;</p>

Tabela 2 – Finalidades da Educação Profissional

Proposta para o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI para o IFBA, (IFBA, 2009b).	<p>V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;</p> <p>VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;</p> <p>VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;</p> <p>VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;</p> <p>IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente” (p. 27).</p>
Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, (BRASIL, 2007).	“[...] ofertar educação profissional e tecnológica, como processo educativo e investigativo, em todos os níveis e modalidades, sobretudo de nível médio; orientar a oferta de cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais; estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo, apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão.”

FONTE: Legislação da educação profissional.

A rede, representada pela educação profissional com seus princípios e finalidades, deve ser tecida a partir das relações sociais existentes que oportunizam o compartilhamento de ideias, visando à formação de uma cultura de participação com o objetivo de sua renovação permanente, como um sistema composto pelos nós da rede e suas conexões, uma vez que as redes são a forma de organização que predomina em todos os campos da atividade humana na contemporaneidade (CASTELLS, 2011).

No ano de dois mil e nove foi comemorado o centenário da educação profissional com a criação dos Institutos Federais, a partir da extinção dos Centros Federais de Educação Tecnológica, os quais devem funcionar como uma rede, de acordo com a Lei 11.892 de 2008 e com o documento Concepções e Diretrizes (2008b), apesar da tradição secular na experiência e oferta da educação profissional e tecnológica que apresentava outra concepção de estrutura e organização.

O detalhamento da estrutura organizacional, as competências da Reitoria, dos Órgãos Colegiados, das unidades administrativas (Campi) e das atribuições dos respectivos dirigentes deverão ser estabelecidas no Regimento Geral do IFBA e de cada IF, o qual poderá dispor sobre a estruturação e funcionamento de outros

órgãos colegiados que tratem de temas específicos vinculados à Reitoria e às Pró-Reitorias, como um Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Os Órgãos Colegiados são formados pelo Conselho Superior – CONSUP, de caráter consultivo e deliberativo composto pelo Reitor, por representantes dos docentes, dos técnico-administrativos e dos discentes, por representantes da sociedade civil, por representantes do MEC e por representantes dos diretores-gerais dos Campi que tenham sido eleitos.

Além do CONSUP, o outro Órgão Colegiado responsável pela administração dos IFs é o Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, composto também pelo Reitor, pelos Diretores-Gerais de todos os Campi e pelos Pró-Reitores, esse órgão, de acordo com Silva (2009), é uma instância administrativo-executiva responsável pela coordenação de todas as ações da estrutura diretiva do IF.

A Reitoria dos IFs e do IFBA é composta por um Gabinete, por cinco Pró-Reitorias (Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação, Administração e Desenvolvimento Institucional), por Diretorias Sistêmicas, pela Auditoria Interna e pela Procuradoria Federal. Já os Campi, de acordo com o Estatuto do IFBA (2009), terão o detalhamento da estrutura organizacional, as competências das unidades administrativas e as atribuições dos respectivos dirigentes estabelecidas no seu Regimento Geral e são considerados sedes para fins de legislação educacional.

As mudanças que aconteceram na educação profissional e tecnológica ao longo do seu primeiro século de existência não foram apenas estruturais, uma vez que com a criação dos IFs foi incluída na Rede Federal de educação Profissional, Científica e Tecnológica a extensão que deve estar articulada com o ensino e com a pesquisa, de acordo com o modelo das Universidades.

O avanço significativo na organização dos IFs, sobretudo no que diz respeito à extensão, para a educação profissional com a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, além da importância que lhe foi dada pela Lei 11.892 de 2008, se apresenta no Estatuto dos IFs e do IFBA, em especial, que dedica um capítulo com dois artigos para a extensão.

Além da mudança na estrutura e na organização da educação profissional, houve, também, mudança de concepção nessa modalidade de educação, o que vai refletir diretamente no modelo de gestão da educação profissional nos IFs, como o IFBA.

1.1.2 Organização da extensão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA compõe a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, sendo uma instituição de educação básica, profissional e superior; pluricurricular, multicampi e descentralizada (IFBA, 2009), especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos em sua prática pedagógica e na articulação da extensão com o ensino e com a pesquisa.

Quanto à organização administrativa, de acordo com o Capítulo III do Estatuto do IFBA, a referida instituição é composta por Órgãos Colegiados, Reitoria e por dezesseis Campi, devendo o detalhamento da estrutura organizacional, as competências dos Campi e as atribuições dos respectivos dirigentes serem estabelecidas no Regimento Geral do IFBA como um todo e de cada Campi, que deverá dispor sobre a estruturação e funcionamento de outros órgãos colegiados que tratem de temas específicos vinculados à Reitoria e às Pró-Reitorias, como, por exemplo, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

A organização da educação profissional, a partir da criação dos IFs, mudou radicalmente em relação à estrutura do CEFET, sobretudo no que diz respeito à extensão, uma vez que o Estatuto do extinto CEFET-BA contemplava uma Diretoria de Extensão, mas no Regimento Interno da referida instituição a extensão foi ignorada, existindo apenas uma Diretoria de Desenvolvimento de Ensino composta por várias coordenações e gerências, mas nenhuma destas voltadas para a extensão.

O Regimento Interno do CEFET-BA não contemplou a extensão com uma diretoria de extensão em nenhum dos seus artigos, mas de forma contraditória, contemplava um Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, o qual, de acordo com seu artigo 13, era um órgão consultivo científico-didático-pedagógico, presidido pelo Diretor-Geral e constituído por duas câmaras: Câmara de Ensino e Extensão e Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação, conforme o Art. 15.

O avanço significativo para a extensão na educação profissional com a transformação do CEFET-BA em IFBA, além da importância que lhe foi dada pela Lei 11.892 de 2008 foi de o Estatuto do IFBA dedicar o Capítulo II, do Título III – Do Regime Acadêmico, com seus dois artigos, o Art. 27 e o 28 para a extensão,

determinando que:

Art. 27. As ações de extensão constituem um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, para viabilizar uma relação transformadora entre o IFBA e a sociedade.

Art. 28. As atividades de extensão pautar-se-ão pela interdisciplinaridade, relevância social e respeito aos valores e cultura comunitárias e objetivarão apoiar o desenvolvimento social, através da oferta de cursos e a realização de atividades específicas, baseadas em projeto social proposto em função da sociedade e da comunidade acadêmica, superando a natureza assistencialista tradicional e constituindo-se em canal privilegiado de ausculta da sociedade. (IFBA, 2009a).

As determinações dos Art. 27 e 28 do Estatuto do IFBA (2009a) quanto à extensão na educação profissional, estão em consonância com a definição e com os objetivos da extensão presentes no Plano Nacional de Extensão, o qual diz que as atividades de extensão “universitária” devem ser uma via de mão dupla que mantém interlocução constante entre a comunidade do IFBA e a sociedade, por meio da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de contribuir com a produção e difusão do conhecimento.

A extensão em todos os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, assim como no IFBA, não deve estar voltada apenas para a educação superior, mas deve contemplar os objetivos, conforme a tabela 3, e finalidades dessas instituições que são verticalizadas, pluricurriculares e multicampi, perpassando por todas as modalidades e níveis de educação ofertados por essas instituições e desenvolvendo “programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica” (BRASIL, 2008).

Tabela 3 – Objetivos da Extensão no IFBA

FUNDAMENTO LEGAL	OBJETIVO
Lei 11.892, de 29/12/2008 (BRASIL, 2008a).	“Art. 7º - [...]: IV – desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos; [...]”.
Estatuto do IFBA, (IFBA, 2009a).	“Art. 27. As ações de extensão constituem um processo educativo, cultural e científico e articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, para viabilizar uma relação transformadora entre o IFBA e a sociedade. Art. 28. As atividades de extensão pautar-se-ão pela interdisciplinaridade, relevância social e respeito aos valores e cultura comunitárias e objetivarão apoiar o desenvolvimento social, através da

Tabela 3 – Objetivos da Extensão no IFBA

<p>Estatuto do IFBA, (IFBA, 2009a).</p>	<p>oferta de cursos e a realização de atividades específicas, baseadas em projeto social proposto em função da sociedade e da comunidade acadêmica, superando a natureza assistencialista tradicional e constituindo-se em canal privilegiado da ausculta da sociedade”.</p>
<p>Proposta de Regimento Interno para o IFBA, (IFBA, 2012).</p>	<p>“Art. 77 A Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), dirigida por um(a) Pró-Reitor(a) nomeado pelo(a) Reitor(a), é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de extensão e relações com a sociedade, articuladas ao ensino e à pesquisa, junto aos diversos segmentos sociais.</p> <p>Art. 78 A Pró-Reitoria de Extensão será constituída por:</p> <ol style="list-style-type: none"> I. Pró-Reitor; II. Diretor Executivo; III. Departamento de Ações Culturais; IV. Departamento de Programas e Projetos; V. Gerência de Programas e Projetos VI. Departamento de Relações Comunitárias; VII. Departamento de Relações Empresariais. <p>Art. 79 A Pró-Reitoria de Extensão, dirigida por um Pró-Reitor, possui como atribuições:</p> <p>[...]; V - Coordenar e orientar as ações dos órgãos vinculados a PROEX; VI - Buscar parcerias que viabilizem ou potencializem a implementação de ações de extensão; VII - Assessorar a Reitora nas questões relacionadas à extensão; VIII - Representar o IFBA ou designar representante nos Fóruns, Conselhos, Eventos e demais instâncias relacionadas à extensão; IX - Manter articulações, contínuas e permanentes, com as outras Pró-Reitorias e os demais órgãos do Instituto, para assegurar o aperfeiçoamento, a integração e a eficácia das ações de extensão; [...]; XII - Zelar pelo fiel cumprimento das finalidades da Pró-Reitoria; [...].</p> <p>Art. 80 A Diretoria Executiva da Pró-Reitoria de Extensão, dirigida por um(a) Diretor(a), possui como atribuições:</p> <p>[...]; II - Analisar as propostas de ações de extensão; III - Elaborar o Relatório de Gestão, o Plano de Ações e Metas a partir das informações adquiridas dos setores da PROEX. IV - Coordenar o processo de seleção de projetos concorrentes a editais e bolsas de extensão, quando for o caso; [...]; VI - Acompanhar e articular todas as atividades e programas desenvolvidos pela PROEX; [...];</p> <p>Art. 81 O Departamento de Ações Culturais (DAC), chefiado por um(a) chefe, possui como atribuições:</p> <ol style="list-style-type: none"> I - Promover programas e ações culturais respeitando a diversidade nacional e regional; II - Viabilizar Encontros Setoriais com a classe artística; III - Apoio à participação em editais e seleções públicas relacionados à cultura; IV - Buscar apoios e parcerias para a execução dos projetos culturais; V - Fomentar a criação de grupos e núcleos culturais;

Tabela 3 – Objetivos da Extensão no IFBA

<p>Proposta de Regimento Interno para o IFBA, (IFBA, 2012).</p>	<p>VI - Estimular os Campi a desenvolverem atividades culturais relacionadas à identidade territorial; [...].</p> <p>Art. 82 O Departamento de Programas e Projetos (DPP), chefiado por um(a) chefe, possui como atribuições:</p> <p>I - Fomentar a atividade de extensão através da articulação, promoção e apoio à criação de programas e projetos de extensão tecnológica e universitária; II - Divulgar os editais, chamadas públicas e demais informações que representem oportunidades para a participação do IFBA em programas e projetos de extensão tecnológica e universitária; III - Apoiar a elaboração técnica de projetos de extensão e acompanhar convênios e acordos de cooperação que tenham como objeto projetos de extensão; IV - Analisar projetos de extensão institucionais a serem submetidos a processos seleção/captação de recursos, recomendando (ou não) a sua aprovação/reconhecimento pela Pró-Reitoria de Extensão; V - Acompanhar a execução/desenvolvimento dos programas e projetos de extensão por meio de relatórios semestrais; VI - Estabelecer vínculos permanentes com fóruns, entidades, agentes e o movimento da economia solidária. [...].</p> <p>Art. 84 O Departamento de Relações Comunitárias (DRC), chefiado por um chefe, possui como atribuições:</p> <p>I - Encaminhar as demandas existentes no seio da comunidade para atendimento na instituição de forma articulada, apoiando ou participando de ações concretas de ofertas como formação profissional, economia solidária e implementação de projetos de Extensão; II - Constituir rede social com função colaborativa para divulgação da oferta institucional; III - Estimular a inserção da comunidade externa nos programas de extensão; IV – Estimular e participar de reuniões comunitárias, especialmente aquelas com enfoque social; V - Articular mecanismos institucionais para a consolidação e o reconhecimento institucional junto a lideranças comunitárias, assistentes sociais e organizações sociais e instituições tanto da rede federal, quanto estadual ou municipal. VI - Colaborar e atuar em ações e projetos sociais; VII - Intensificar a presença da instituição em eventos comunitários e sociais que promovam a inclusão social; [...].</p> <p>Art. 85 O Departamento de Relações Empresariais (DRE), chefiado por um(a) chefe, possui como atribuições:</p> <p>I - Fomentar e acompanhar as atividades relacionadas ao estágio e ao acompanhamento dos egressos, visando ao ingresso ao mundo do trabalho; II - Sugerir os ajustes necessários aos currículos dos cursos, a partir de informações obtidas nos diferentes campos de estágio em que atuam os alunos; III - Participar da promoção e organização de outros eventos de atualização profissional para alunos; IV - Promover e fortalecer a integração entre a Instituição, as empresas e a comunidade, atendendo às demandas da sociedade.</p>
---	--

Tabela 3 – Objetivos da Extensão no IFBA

<p>Projeto Pedagógico Institucional – PPI (CEFET-BA), (CEFET-BA, 2009).</p>	<p>“As atividades de extensão do CEFET-BA são desenvolvidas com os seguintes objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reafirmar a extensão como processo acadêmico indispensável à formação do estudante, à qualificação do corpo técnico/docente e ao intercâmbio com a sociedade; • Estruturar, desenvolver, implementar, avaliar e reavaliar sistemática e periodicamente ações, projetos e programas multi, inter ou transdisciplinar e interprofissional. • Propiciar ao estudante, prioritariamente, na sua área de formação profissional, o acesso a atividades que contribuam para a sua formação artístico, cultural, ética e para o desenvolvimento do senso crítico, da cidadania e da responsabilidade social. • Propiciar à sociedade o acesso ao CEFET-BA, por meio de cursos de extensão, da prestação de serviços, da participação em eventos culturais e artísticos ou outras atividades que garantam os objetivos da Instituição e o atendimento das necessidades do desenvolvimento sustentável regional. • Complementar a relação CEFET-BA/Sociedade por meio da democratização do saber acadêmico e pelo estabelecimento de um processo contínuo de debates, fomento de idéias e vivências. • Estender à sociedade os resultados das atividades de ensino e pesquisa, por meio da elaboração e difusão de publicações e outros produtos acadêmicos. <p>Estruturar e desenvolver mecanismos que promovam a interação contínua e recíproca entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão”.</p>
<p>Proposta para o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI para o IFBA, (IFBA, 2009b).</p>	<p>A atividade de extensão do IFBA tem os seguintes objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reafirmar a extensão como processo acadêmico indispensável à formação do estudante, à qualificação do corpo técnico/docente e ao intercâmbio com a sociedade; • Estruturar, desenvolver, implementar, avaliar e reavaliar sistemática e periodicamente ações, projetos e programas multi, inter ou transdisciplinar e interprofissional; • Propiciar ao estudante, prioritariamente, na sua área de formação profissional, o acesso a atividades que contribuam para a sua formação artística, cultural, ética e para o desenvolvimento do senso crítico, da cidadania e da responsabilidade social; • Propiciar à sociedade o acesso ao IFBA, por meio de cursos de extensão, da prestação de serviços, da participação em eventos culturais e artísticos ou outras atividades que garantam os objetivos da Instituição e o atendimento das necessidades do desenvolvimento sustentável regional; • Complementar a relação IFBA/Sociedade por meio da democratização do saber acadêmico e pelo estabelecimento de um processo contínuo de debates, fomento de idéias e vivências; • Estender à sociedade os resultados das atividades de ensino e pesquisa, por meio da elaboração e difusão de publicações e outros produtos acadêmicos; <p>Estruturar e desenvolver mecanismos que promovam a interação contínua e recíproca entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Viabilizar ações, projetos e programas de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do ensino, da pesquisa e da extensão; <p>Incentivar ações permanentes voltadas para a Formação Inicial e Continuada (FIC) de profissionais, considerando os aspectos socioeconômicos da região, em parceria com instituições municipais,</p>

Tabela 3 – Objetivos da Extensão no IFBA

Proposta para o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI para o IFBA, (IFBA, 2009b).	estaduais e federais, bem como no âmbito da iniciativa privada e organizações sem fins lucrativos”.
--	---

FONTE: Documentos Institucionais do IFBA.

O órgão responsável pelo desenvolvimento das atividades de extensão no IFBA é a Pró-Reitoria de Extensão – PROEX, liderada por um Pró-Reitor e contando, provisoriamente, com uma Assistência para o mesmo, uma Diretoria Executiva e três Departamentos (Programas e Projetos, Relações Empresariais e Ações Comunitárias), uma vez que a proposta de Regimento Geral que está sendo apreciada pelo CONSUP prevê alterações nessa estrutura.

A PROEX está responsável pelas políticas de extensão do IFBA, a partir da integração e intercâmbio da Instituição com o setor produtivo e a sociedade em geral e busca desenvolver ações voltadas para as relações de intercâmbio e acordos de cooperação com instituições regionais, nacionais e internacionais, bem como a garantia do desenvolvimento da extensão como espaço para a democratização do conhecimento científico e tecnológico, de acordo com a Lei 11.892/2008, o Estatuto e o Regimento do IFBA, por meio de programações científicas, artísticas, culturais, sociais e desportivas.

Atualmente a PROEX conta com quatro programas de ação governamental da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC do MEC: o Programa Mulheres Mil, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, o Rede Certific e o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, Formação Inicial e Continuada com o Ensino Fundamental: PROEJA – FIC, os quais atendem a comunidade externa ao IFBA.

Os programas de ação governamental mencionados acima possuem finalidades distintas e são voltados para públicos específicos. O Programa Mulheres Mil tem como objetivo oferecer as bases de uma política social de inclusão e gênero para garantir o acesso à educação profissional, ao emprego e renda para mulheres em situação de vulnerabilidade social. O PRONATEC que possui como um de seus objetivos aumentar as oportunidades educacionais aos trabalhadores por meio de cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC ou de qualificação profissional.

O Programa Rede Certific é uma parceria entre o Ministério da Educação – MEC e o Ministério do Trabalho e Emprego que visa certificar os saberes adquiridos pelos trabalhadores no decorrer de suas vidas. O PROEJA – FIC tem o objetivo de oferecer Educação Profissional voltada para a formação inicial e continuada a jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino fundamental na idade regular.

Além dos programas de ação governamental do MEC mencionados acima, o IFBA também possui uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP que oferece cursos voltados para a Economia Solidária, Educação Popular e Cooperativismo Autogestionário. O IFBA também conta com convênios em parceria com outras instituições públicas e/ou privadas, como é caso do Programa de Recursos Humanos – PRH-PB 29 que faz parte do Programa de Formação de Recursos Humanos – PFRH da Petrobras; o referido convênio concede bolsas de estudo para estudantes dos cursos técnicos de nível médio das áreas de interesse da Petrobras: petróleo, gás, energia e biocombustíveis.

Apesar de a extensão, que também é uma das finalidades do IFBA, fazer parte dos IFs e estar regulamentada pela Lei 11.892 de 2008 e pelo Estatuto dessas instituições, a sistematização de sua organização no IFBA está em fase de estruturação, uma vez que o seu Regimento Geral ainda se encontra em processo de aprovação pelo Conselho Superior – CONSUP.

1.2 GESTÃO PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA CONTEMPORANEIDADE

A concepção sobre o conceito de gestão tem passado por constantes mudanças na contemporaneidade, devido às alterações ocorridas na estrutura social, que é aberta e dinâmica, sobretudo a partir do avanço das tecnologias da informação e comunicação – TICs, as quais favorecem que a sociedade se organize em forma de rede, o que vai refletir também no processo de produção e difusão do conhecimento.

A gestão desenvolvida nos diversos tipos de organizações sejam estas públicas ou privadas, como as instituições que oferecem educação profissional, devem passar não apenas pela gestão dos processos ou de pessoas, mas também pela gestão do conhecimento – GC que tem sua essência na disposição dos sujeitos para o compartilhamento de suas próprias experiências (ROCHA NETO, 2012), a fim do aprimoramento da organização onde desenvolve seu trabalho.

Atualmente existem diversas definições para o significado de gestão no sentido mais amplo do termo, assim como para gestão do conhecimento, e essas definições estão de acordo com as concepções, visões de mundo e experiências de vida de cada autor. A definição de gestão do conhecimento apresentada por Mario Vidal Moruno (2010) é que

La denominación Gestión del Conocimiento tiene dos componentes, por una parte, el relativo a la gestión, el cual en el ámbito organizacional se traduce en la adopción de funciones, tales como: planificación, organización, dirección y control de procesos para La consecución de los objetivos propuestos, según la misión y visión de éstas; y por otra parte, la capacidad y el talento de los individuos y organizaciones de transformar información en conocimiento, generando creatividad y poder de innovación, lo que ofrece seguridad y, por ende, incentiva la toma de decisiones. (MORUNO, 2010, p. 324).⁴

Ivan Rocha Neto (2012), por sua vez, define Gestão do Conhecimento – GC, afirmando que

Em síntese, GC pode ser conceituada como a gestão dos processos pelos quais as organizações, por meio da escolha de distintas estratégias, de forma consciente e sistemática, se apropriam, criam e compartilham conhecimentos coletivos e individuais para melhoria de competitividade das empresas e da qualidade dos serviços das organizações públicas. (ROCHA NETO, 2012, p. 109).

A gestão do conhecimento é de fundamental importância para que os sujeitos das organizações privadas e/ou públicas desenvolvam seu trabalho de forma sistemática, a fim de que os objetivos e as metas da organização sejam concretizados, por meio da busca constante pela inovação.

No entanto, para a concretização dos objetivos e metas, é importante que a organização e/ou instituição faça a distinção entre conhecimento explícito e conhecimento tácito (MORUNO, 2010), considerando que o primeiro é o tipo de conhecimento que se pode representar com facilidade por meio de documentos e/ou banco de dados, uma vez que estão sistematizados e são compreensíveis por parte dos sujeitos, são considerados como conhecimento coletivo.

⁴ Tradução: O termo gestão do conhecimento tem dois componentes, por um lado, a gestão que na esfera organizacional, é traduzida para a adoção das funções, tais como: planejamento, organização, direção e controle de processos para a consecução dos objetivos propostos, de acordo com a missão e visão da organização; e por outro lado, a capacidade e talento de indivíduos e organizações de transformar informações em conhecimento, gerando criatividade e poder de inovação, o que oferece segurança e, portanto, estimula a tomada de decisão.

Já o conhecimento tácito, é o tipo de conhecimento que não se encontra arquivado em nenhum documento ou banco de dados, uma vez que é intrínseco ao sujeito e lhe auxilia no desenvolvimento correto de suas atividades e trabalho diário, principalmente nas decisões para a resolução de problemas, mas que não pode ser transmitido para outro, nem transformado em conhecimento coletivo.

Moruno (2010) considera que as organizações são responsáveis por seu processo de criação de conhecimento, já que deve facilitar as condições que permitam um ambiente favorável para o desenvolvimento de atividades em grupo, além de favorecer a criação e acumulação do conhecimento individual e de ser importante passar pelos processos fundamentais, definidos por Rocha Neto (2012) durante sua criação que são: produção, validação e integração.

Os três processos fundamentais que ocorrem durante a produção do conhecimento, também estão relacionados com a inovação, com a criação de idéias novas, já que resulta da aquisição de conhecimentos externos e da interação entre as pessoas, pois

As pessoas não recebem novo conhecimento de uma forma passiva, mas interpretam e transformam conteúdos e conceitos de acordo com as suas próprias formas de enxergar o mundo e com suas experiências de vida, adaptando às suas próprias situações e perspectivas. Há diferenças de significado e significação para distintos indivíduos. De certa forma, algo implícito pode ser aprendido. Por outro lado, em lugar de ser um problema inevitável pode ser aproveitado como uma fonte rica de conhecimento novo ou transformado. (ROCHA NETO, 2012, p. 114).

A gestão praticada na área de educação, estando incluída nessa área a educação profissional, também deve perpassar pela gestão do conhecimento, sobretudo nas instituições públicas que oferecem essa modalidade de educação como os Institutos Federais – IFs que estão fundamentados na concepção do padrão em rede.

Rocha Neto (2012) alerta para o cuidado que as organizações e instituições públicas devem ter no desenvolvimento da sua gestão, principalmente na gestão do conhecimento, cabendo esse alerta também para as instituições voltadas para a educação profissional como os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, já que

A Gestão do Conhecimento (GC) na área pública deve ser olhada e cuidada de forma distinta das práticas das empresas privadas, pois as organizações públicas não são orientadas à obtenção de lucros, mas a prestar serviços de

qualidade visando atender às necessidades da sociedade. Adicionalmente, a GC deve contribuir para redução das dificuldades geradas pelas descontinuidades administrativas e melhorar a transparência do poder público, bem como estimular o melhor aproveitamento dos talentos humanos existentes (p. 114).

Quanto à gestão do conhecimento nos IFs, é importante que essas instituições também estejam voltadas para a criação e difusão do conhecimento e busque o desenvolvimento de inovações que favoreçam a superação das desigualdades sociais, além possibilitar novas formas de relações que deverão ser estabelecidas entre ciência e trabalho, o que exige um intelectual de novo tipo, exige o dirigente e não mais o homem culto e político, mas um homem capaz de atuar na prática, trabalhando tecnicamente e intelectualmente ao mesmo tempo (KUENZER, 2001).

As novas exigências nos processos de gestão na educação profissional, estando aí também incluída a gestão do conhecimento, sobretudo nos IFs, que estão voltadas para a concepção de rede, requer a aplicação das tecnologias da informação e comunicação como suporte, uma vez que

[...] as instituições, responsáveis pelos diferentes níveis de ensino, vem se defrontando com novas exigências nos processos de gestão e aplicação das tecnologias da informação e comunicação que, a depender da abordagem com que são compreendidas e utilizadas, potencializa situações democráticas, humanizantes e comprometidas com a transformação social. (NOVAES e HETKOWSKI, 2012, p. 10).

Ivan Novaes e Tânia Hetkowsky (2012) consideram a gestão e a tecnologia os elementos fundantes da rede, uma vez que na rede o campo educacional pode se revelar em toda a sua complexidade, o que poderá contribuir para mudanças qualitativas no cenário histórico e social, possibilitando diferentes modos de formação do ser humano, que ao invés de excluir, inclua todos os sujeitos no desenvolvimento do processo histórico.

Avelar Mutim (2000), por sua vez, defende a idéia de que a gestão escolar, cujo termo é comumente utilizado para designar a ação dos dirigentes, teve origem para substituir o termo administração escolar, a fim de representar idéias novas que estabeleçam na escola uma orientação transformadora por meio das redes de relações dinâmicas que ocorrem no contexto interno e externo desta, de forma dialética.

A gestão da educação profissional organizada e desenvolvida como rede requer uma efetiva participação dos sujeitos que compõem a instituição interna e

externamente, como diretor e/ou reitor, no caso dos IFs, professores, alunos, funcionários, além da participação dos pais e das pessoas que fazem parte da comunidade no seu entorno, já que estes sujeitos estão implicados na gestão da escola (NOVAES e LOUIS, 2009) quando ocorre de fato a participação na tomada de decisão e controle sobre as atividades educativas e financeiras.

A gestão educacional e, por consequência, a do conhecimento pode ser compreendida e analisada apenas no contexto das transformações sócio-econômicas (PARENTE e PARENTE, 2012) ocorridas no processo histórico, do qual a educação também faz parte, porque durante esse processo, diversos modelos e concepções de gestão surgiram, enquanto outros deixaram de terem sido postos em prática. Diante disso, é necessário compreender que

[...]. Nem sempre os modelos de gestão implantados nas escolas foram os mais adequados aos objetivos educacionais propostos. Daí a necessidade de atentar para a adequação dos modelos de gestão implantados nas escolas brasileiras [principalmente nas instituições federais de educação profissional], relacionando-os aos objetivos de cada escola. (PARENTE e PARENTE, 2012, p. 210).

A escola e/ou instituições de ensino profissional são organizações complexas que, de acordo com Novaes e Louis (2009), estão sujeitas a enfrentar novas e variadas exigências. No caso específico dos IFs, essas novas exigências passam pelo novo arranjo organizacional e estrutural dessas instituições e da concepção de que são redes, devendo funcionar de acordo com o padrão em rede, por meio de conexões entre seus diversos nós (os campi e a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica).

No entanto, para que a gestão dos IFs funcione de acordo com o padrão em rede, é imprescindível o exercício da flexibilidade, que é de fundamental importância para uma estrutura organizacional em forma de rede, uma vez que a característica principal da rede é ser aberta e dinâmica (CASTELLS, 2011). A flexibilidade pode possibilitar a abertura e o dinamismo na rede de educação profissional, pois quando ocorre “no contexto da gestão escolar representa a possibilidade de promover inovações, criatividade e mudanças para melhor responder às suas demandas” (NOVAES e LOUIS, 2009, p. 51).

Além de buscar estar presente na gestão escolar, a flexibilidade também deve perpassar pela gestão do conhecimento, a fim de possibilitar a promoção de inovações e mudanças, fazendo uso dos meios e recursos dos quais a escola

dispõe, principalmente os que têm como suporte as TICs. A presença da flexibilidade dentro da escola é um passo importante para o desenvolvimento de uma gestão democrática em forma de rede, mas não se deve perder de vista que

A proposta de gestão democrática, que convida os membros da comunidade escolar e local a participarem da gestão da escola, pode encontrar grande dificuldade para se concretizar na escola em virtude da complexa natureza organizacional que a caracteriza. Este aspecto constitui-se significativo na busca da compreensão em torno dos impactos promovidos pela inserção de novos atores no processo de gestão da escola, à medida que podem até reconfigurar sua natureza organizacional. (FIGUEIREDO e NOVAES, 2012, p. 112-113).

A estrutura organizacional dos IFs não prevê o funcionamento de um conselho escolar nos moldes dos conselhos das escolas de ensino fundamental e médio, pois esses Institutos são instituições verticalizadas (devem ofertar desde o ensino fundamental à pós-graduação) e pluricurriculares (devem funcionar a partir de diversas formas de currículo, nas várias modalidades de educação), mas possui um Conselho Superior – CONSUP composto por membros da comunidade acadêmica e externa.

Apesar de os IFs terem uma estrutura organizacional e concepção de gestão que difere das demais escolas de ensino fundamental e médio, e também da universidade, a nova proposta para o funcionamento da educação profissional como uma rede é pertinente, uma vez que parte do princípio dinâmico da rede que faz parte da dimensão social e da condição humana.

A dinâmica da rede é um princípio da condição humana e de sua dimensão social, sendo relativa à coisa social, “que ulteriormente vem servindo de base para as chamadas redes sociais, que são uma expressão tecnológica instrumental desse princípio basilar e geral”. (LIMA JR; NOVAES e HETKOWSKI, 2012, p. 39).

1.2.1 Cenário das Políticas na gestão da extensão na educação profissional

A educação profissional no Brasil e na Bahia foi institucionalizada no ano de mil novecentos e nove, através do Decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909 com a criação da Rede de Educação Profissional, por meio da Escola de Aprendizizes Artífices e vem passando, ao longo desses cem anos de existência, por diversas transformações na dimensão política que lhe fundamenta, como por exemplo, a inclusão da extensão nessa modalidade de educação, sendo condicionada pelo

contexto histórico no qual se insere (MANFREDI, 2003).

Ao longo do seu primeiro século de existência, a educação profissional no Brasil assumiu diferentes funções e tem sido um campo de negociação e disputa entre diversos grupos que compõem a sociedade, o que é evidenciado pela dimensão histórico-política das reformas pelas quais essa modalidade de ensino passou e tem passado. As mudanças de concepções, os projetos, programas e as práticas formativas na educação profissional têm fundamentos legais, através da criação, reformulação e mudança de leis, decretos, resoluções e portarias.

Antes da promulgação da Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, não havia educação profissional nos moldes como está definida na referida lei, uma vez que esta modalidade de ensino não existia, sendo denominada de ensino técnico de grau médio, estando agregada ao ensino médio (extinto segundo grau) e abrangendo, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961 (BRASIL, 1961), os cursos industrial, agrícola e comercial.

No ano de mil novecentos e setenta e um foi promulgada a Lei nº. 5.692 de 11 de agosto de 1971, conhecida como reforma do ensino médio, à qual não trouxe nenhuma mudança significativa para o que atualmente é denominado de educação profissional; a referida reforma não mencionava o desenvolvimento de atividades de extensão por parte desta modalidade de educação. O ensino técnico de grau médio continuou agregado ao segundo grau, sendo tratada no artigo 6º da referida lei apenas a questão das habilitações profissionais (BRASIL, 1971), que poderiam ser realizadas em regime de cooperação com empresas.

Com a promulgação da Lei nº 9.394 de 1996, a educação profissional de nível técnico passou a ter identidade própria, através da sua regulamentação pelo Decreto nº. 5.154 de 23 de julho de 2004, deixando de estar agregada ao ensino médio e passando a integrá-lo, a fim de formar técnicos de nível médio para atender às “diferentes formas de educação, à ciência e à tecnologia”, como está determinado no Artigo 36, para “garantir ao cidadão o direito ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social” (BRASIL, 2005a, p. 432), o que

[...] impõe-se a superação do enfoque tradicional da formação profissional baseado apenas na preparação para a execução de um determinado tipo de tarefas. A educação profissional requer, além do domínio operacional de um determinado fazer, a compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a

mobilização dos valores necessários à tomada de decisão (BRASIL, 2005a, p. 22).

Atualmente a educação profissional, fundamentada na Lei nº 9.394 de 1996, se propõe a oferecer uma formação técnico-humanista, através da integração entre diferentes áreas do conhecimento, diferentes formas de educação (verticalização entre Educação Básica e Superior), ao trabalho, à tecnologia e à ciência como determina a Resolução CNE/CEB nº 04 de 08 de dezembro de 1999, que institui as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico (BRASIL, 1999).

A Lei nº 9.394 de 1996 pode ser considerada como um marco importante para a superação da dualidade estrutural presente na proposta inicial da educação profissional brasileira que, de acordo com Acácia Kuenzer (2001), preparava o estudante apenas para atender às demandas do mundo do trabalho com formação técnica para exercer atividades instrumentais, impossibilitando-o de ingressar nos cursos de nível superior que formavam para o exercício de atividades intelectuais por meio da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão; essa dualidade estrutural é inadmissível no atual contexto histórico, uma vez que

A divisão nitidamente estabelecida entre funções instrumentais e intelectuais é colocada em questão pelo reconhecimento de que todos desempenham, em certa medida, funções intelectuais e instrumentais no sistema produtivo e no conjunto das relações sociais (KUENZER, 2001, p. 35).

A partir do ano de dois mil e cinco, a educação profissional passou a ganhar importância por parte do governo federal, tendo início a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica com a promulgação da Lei nº 11.195 de 18 de novembro de 2005, a qual prevê no parágrafo 5º, do artigo 3º, a oferta dessa modalidade de ensino, através de parceria entre União, Estados, Municípios, Distrito Federal, organizações não governamentais e o setor produtivo (BRASIL, 2005b), dentro da nova concepção de Educação Profissional, que também, deve desenvolver atividades de extensão.

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica brasileira estabelece os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como rede social, a partir da concepção de educação profissional e tecnológica orientada para os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação

entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos como “instituições de educação superior, básica e profissional, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica, com a conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas” (SILVA, 2009).

Esses IFs, de acordo com o documento Concepções e Diretrizes (BRASIL, 2008b), devem funcionar como uma rede, a fim de articular o ensino, a pesquisa e a extensão com os vários níveis e modalidades de ensino: básico, profissional e superior para promover uma organização pedagógica verticalizada, pluricurricular e multicampi.

A Lei 11.892 de 29/12/2008 trouxe um avanço significativo para educação profissional e tecnológica, que foi a inserção da extensão, em articulação com o ensino e a pesquisa, nos IFs. Antes da promulgação da referida lei, que transformou os CEFETs em IFs, a extensão não estava definida com clareza na educação profissional e tecnológica, uma vez que na Lei 8.711 de 28 de setembro de 1993, que transformou a Escola Técnica Federal da Bahia em CEFET-BA, a extensão não estava contemplada.

Mesmo a extensão não tendo sido mencionada na Lei 8.711 de 1993, o Estatuto do CEFET-BA (BRASIL, 2006) previa a extensão dentro dessa Instituição, sugerindo a existência de uma Diretoria de Extensão e definindo as competências do diretor de extensão em seu artigo 28:

- I – Coordenar o planejamento e a execução das atividades de sua diretoria; [...];
- VIII – Coordenar e supervisionar as atividades de extensão da Instituição em relação à comunidade empresarial e à sociedade;
- IX – Coordenar e supervisionar, em conjunto com a Diretoria de Ensino, as atividades de estágios, cursos de extensão e prospecção de perfis profissionais;
- X – Coordenar e supervisionar os mecanismos da interação tecnológica instituição – empresa – comunidade, nas atividades de projetos, programa e serviços (BRASIL, 2006).

O artigo 28 do Estatuto do CEFET-BA evidencia que a extensão nas instituições federais de educação profissional e tecnológica, como o CEFET, estava voltada para a área empresarial, de arrecadação de recursos para sua sustentação (SILVA, 2009) e para as atividades de estágios dos estudantes, mas com a transformação dos CEFETs em IFs, a extensão deverá estar voltada para a busca do diálogo efetivo com a sociedade e articulada com o ensino e com a pesquisa.

A Lei 11.892 de 2008 determina em seu artigo 6º, item VII, que a extensão na educação profissional e tecnológica não deve estar voltada apenas para os cursos de nível superior, mas deverá desenvolver, além de programas de extensão, a divulgação científica e tecnológica dos conhecimentos produzidos nos IFs (BRASIL, 2008), sendo parte integrante de todas as modalidades de ensino oferecidas pelas referidas instituições, que são verticalizadas e pluricurricular: oferecem Educação Básica, Profissional e Superior e devem estar voltadas para a criação e difusão do conhecimento profissional, científico e tecnológico.

A inserção da extensão no IFBA, bem como nos demais IFs, está fundamentada na Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que, também, fundamenta o Estatuto do IFBA, e diz em no artigo 5º que os objetivos da instituição quanto à extensão são os seguintes:

IV - Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os seguimentos sociais com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos. (BRASIL, 2008).

Quanto à legislação específica voltada para a extensão na educação profissional e tecnológica, ainda não existe leis, resoluções ou decretos direcionados para as particularidades dessa modalidade de educação nos Institutos Federais – IFs, e que devem desenvolver atividade de extensão. Os fundamentos legais que têm subsidiado a prática da extensão nos IFs são os mesmos da extensão universitária: Art. 207 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) e o Plano Nacional de Extensão (2002), além da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, nº 9.394 de 2006.

1.3 ORGANIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA HUMANA EM FORMA DE REDE

A organização em forma de rede é inerente a todo e qualquer tipo de experiência humana, uma vez que, de acordo com Capra (2005) que fundamenta seu pensamento na teoria dos sistemas, esse tipo de organização é o padrão comum a todas as formas de vida, pois

O padrão em rede (*network pattern*), especificamente é um dos padrões de organização mais básicos de todos os sistemas vivos. Em todos os níveis de vida – desde as redes metabólicas das células até as teias alimentares

dos ecossistemas –, os componentes e os processos dos sistemas vivos se interligam em forma de rede (CAPRA, 2005, p. 93).

O padrão em rede, que faz parte de todos os sistemas vivos e dos processos biológicos, tanto dos animais mais simples quanto dos seres humanos, também se estende aos processos sociais, econômicos, políticos e culturais da humanidade, desde os períodos mais remotos até a contemporaneidade.

Uma das características principais da organização e/ou padrão em forma de rede, seja essa rede formada por sistemas vivos ou por processos sociais – econômicos – políticos – culturais, é a de substituir ou transformar componentes que permitam a regeneração da rede constantemente, pois

É essa a chave da definição sistêmica da vida: as redes vivas criam ou recriam a si mesmas continuamente mediante a transformação ou a substituição dos seus componentes. Dessa maneira, sofrem mudanças estruturais contínuas ao mesmo tempo que preservam seus padrões de organização, que sempre se assemelham a teias (CAPRA, 2005, p. 27).

Assim como as redes vivas (compostas por todas as formas de vida – das mais simples, formadas por uma única célula, às mais complexas como os animais pluricelulares), as redes sociais, econômicas, políticas e/ou culturais também criam e recriam a si mesmas constantemente, transformando ou substituindo seus componentes, sendo esses componentes o conjunto de nós interconectados que formam essas redes como um sistema dinâmico e aberto (CASTELLS, 2011), podendo modificá-las por meio de inovações, mas mantendo sempre seu equilíbrio.

A concepção de organização em forma de rede é fundamentada pela abordagem sistêmica/teoria dos sistemas ou teoria da complexidade, uma vez que

Para a abordagem sistêmica ou teoria da complexidade, nada pode ser completamente compreendido isoladamente. Tudo deve ser estudado como parte de um sistema dinâmico e multi-estratificado. As relações são tudo. A atividade do sistema compreende a interação simultânea e interdependente de suas muitas partes componentes. A natureza do sistema é sempre maior do que a mera soma de suas partes separadas (ROCHA, 2008, p. 23).

A compreensão de toda ou qualquer organização em forma de rede necessita considerar o sistema dinâmico, as relações e a interdependência das muitas partes que lhe formam e de cada nó que compõe determinada rede, considerando a complexidade dos processos que possibilitam a formação, modificação ou extinção dos nós.

As redes, tanto vivas quanto sociais, econômicas, políticas ou culturais, são estruturas complexas formadas por partes que compõe o todo, uma vez que “existe complexidade, de fato, quando os componentes que constitui um todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico) são inseparáveis e existe um tecido interdependente, interativo e inter-retraotivo entre as partes e o todo, o todo e as partes” (MORIN, 2011, p. 14).

Os nós que formam uma rede são estruturas complexas que interagem de forma dinâmica e interdependente por meio das conexões que são estabelecidas entre as partes (nós) e o todo (rede) e vice-versa. Esses nós precisam ser compreendidos de forma complexa, mas muitas vezes sua compreensão é dificultada pelo pensamento humano que isola e separa as coisas ao invés de uni-las e distingui-las.

Para que os nós ou uma rede como um todo sejam compreendidos de forma complexa é imprescindível que o pensamento que separa e isola seja substituído por um pensamento do complexo (MORIN, 2011), sendo esse complexo considerado como tudo o que é tecido junto por meio do improvisado e do incerto, pois

À medida que certos aspectos da complexidade são entendidos, outros se manifestam através do imprevisto, o incerto ou ingovernável. Embora não se limite a este aspecto, o termo “complexidade” designa primeiro aquilo que nos escapa, aquilo que temos dificuldade em compreender e dominar, neste aspecto, complexidade se distingue da complicação de que, com esforço, conseguimos chegar ao fim (ROCHA, 2008, p. 27).

A rede é sempre tecida a partir da complexa união e distinção dos nós que a forma e possui dois atributos fundamentais para o seu desempenho que, de acordo com Castells (2011), são a conectividade e a coerência. Esses atributos são determinados pela capacidade estrutural de facilitar a comunicação, no caso da conectividade, e na medida em que existem interesses compartilhados entre os objetivos da rede, no caso da coerência.

A sociedade contemporânea tem se organizado basicamente em redes sociais, econômicas, políticas e culturais, sendo as redes sociais a forma predominante de organização em rede, uma vez que “produz um corpo de conhecimentos comuns – feitos de informações, ideias e capacidades práticas – que molda não só os valores e crenças da cultura, mas também o seu modo de vida específico” (CAPRA, 2005, p. 99) para atender à complexidade do seu sistema dinâmico e aberto.

A criação de um corpo de conhecimentos comuns por meio das redes possibilita a superação do sujeito individual pelo sujeito coletivo, como afirma Rocha (2008), já que a mudança na forma de pensar, de sentir ou, até mesmo, as opiniões dos sujeitos acabam por mudar a experiência de vida dos mesmos.

Os sujeitos da sociedade contemporânea têm passado por um processo inédito de mudança em suas experiências de vida por conta de a organização das mais diversas áreas da vida humana estar se dando em forma de rede, sendo que “as redes (*networks*) tornaram-se recentemente um dos principais objetos de atenção não só no mundo empresarial como também na sociedade em geral, em toda uma cultura global que está surgindo” (CAPRA, 2005, p. 117), abrangendo também o político e o cultural.

A partir da tomada de consciência, por parte da humanidade, de que tanto os processos da vida quanto as relações econômicas, políticas, culturais e sociais se dão em forma de rede “entramos em um mundo realmente multicultural e interdependente, que só poderá ser entendido e transformado a partir de uma perspectiva múltipla que reúna identidade cultural, sistemas de redes globais e políticas multidimensionais”. (CASTELLS, 2011, p. 62).

A consciência desenvolvida pela humanidade de que todos os processos se dão dentro do padrão da rede foi e está sendo gradativamente impulsionada pelo intenso avanço tecnológico das últimas décadas, a partir da revolução informática, que “[...] é o resultado de uma complexa dinâmica de interações tecnológicas e humanas que gerou efeitos sinérgicos em três grandes setores da eletrônica – os computadores, a microeletrônica e as telecomunicações” (CAPRA, 2005, p. 144).

A complexa dinâmica de interações tecnológicas e humanas proporcionada pela revolução informática favorece o desenvolvimento e expansão da lógica das redes (CASTELLS, 2011) de que existe a necessidade de estruturar o não-estruturado, preservando a flexibilidade, uma vez que esse não-estruturado é a força motriz da inovação nas atividades da vida humana.

Rocha (2008) afirma que as redes se tornaram revolucionárias porque nas mesmas o poder não é possuído; o poder é exercido e procede por variações múltiplas, afirmando que

As redes interativas de informação tronaram-se tanto os componentes da estrutura social quanto os agentes da transformação social. As redes são a morfologia social de nossas sociedades. Por isso, é justificado falar em

sociedade rede nomeando assim a nova estrutura social dominante (ROCHA, 2008, p. 56).

A sociedade rede definida por Rocha (2008) tem passado por um processo de mudanças significativas nas duas principais dimensões materiais da vida humana que são, de acordo com Castells (2011), o espaço e o tempo, sendo que o espaço organiza o tempo na sociedade em rede e ambos “[...] estão sendo transformados sob o efeito combinado do paradigma da tecnologia da informação e das formas e processos sociais induzidos pelo processo atual de transformação histórica” (CASTELLS, 2011, p. 467).

A organização em rede se tornou um elemento importante de todos os segmentos da sociedade a partir da revolução que originou a Era da Informática (CAPRA, 2005), principalmente após o advento da internet, o que tem proporcionado para as funções sociais dominantes, como as que estão voltadas para a economia da sociedade capitalista, se organizarem em torno de redes, tendo nesse tipo de organização a participação como uma fonte crítica de poder.

O padrão em rede pode contribuir para a superação de diversos problemas causados pelo sistema capitalista, como as desigualdades sociais que geram exclusão de parte significativa da humanidade, ou ampliar muitos desses problemas, uma vez que

As redes não são apenas um fator de integração, mas também de exclusão de indivíduos e organizações que não lhe deram prioridade na fase de adaptação e de evolução dos parâmetros da economia racional imposta pelas novas formas de vida econômica (ROCHA, 2008, p. 69).

Castells (2011) afirma que dentro das redes novas oportunidades são criadas constantemente, inclusive a possibilidade de superação das desigualdades nas sociedades capitalistas, que geram exclusão social, e que fora das redes a sobrevivência fica cada vez mais difícil porque com o avanço das transformações tecnológicas as mesmas têm se tornado a unidade operacional real, sobretudo as redes sociais.

Uma das propriedades essenciais de todos os tipos de rede, segundo Capra (2005), é a existência de caminhos múltiplos; esses caminhos múltiplos podem ser vistos como a característica principal que define uma rede, podendo levar a humanidade para uma possibilidade infinita de caminhos, desde os que conduzam à

superação das desigualdades sociais para o desenvolvimento do bem comum, aos que trilham o sentido contrário, fazendo com que o avanço e a inovação favoreçam apenas uma pequena parcela da humanidade, deixando a maior parte à margem dos bens econômicos, sociais, políticos e culturais.

1.3.1 As Tecnologias da Informação e Comunicação como suporte para a organização em forma de rede

A compreensão do significado de tecnologias intelectuais, estando incluída também das tecnologias da informação e comunicação – TICs depende da compreensão do significado mais amplo do termo tecnologia, dentro de uma abordagem histórico-antropológica. O termo tecnologia não está limitado apenas a aparato maquínico, a produtividade e mediação instrumental, já que tecnologia é um processo inerente ao ser humano (LIMA JR., 2005), o qual cria as formas instituídas para os usos relativos dos diferentes instrumentos criados nesse processo, ou seja, cria a técnica que é arte, criação, transformação e intervenção humana.

A tecnologia está ligada à idéia de processo criativo e transformativo (LIMA JR. 2005) e, conseqüentemente, não há como conceber o ser humano e o processo tecnológico como realidades independentes, autônomas, uma vez que ambos estão implicados mutuamente e que o princípio criativo e transformativo do ser humano é a base e o termo da técnica, do desenvolvimento tecnológico e das TICs.

Pierre Lévy (1996) também considera que as tecnologias intelectuais se misturam à vida dos homens por se desenvolverem, também, a partir do processo criativo que aperfeiçoa tudo o que existe, afirmando que

Toda criação equivale a utilizar de maneira original elementos preexistentes. Todo uso criativo, ao descobrir novas possibilidades, atinge o plano da criação. [...]. Criação e uso são, na verdade, dimensões complementares de uma mesma operação elementar de conexão, com seus defeitos de reinterpretação e construção de novos significados (LÉVY, 1996, p. 58).

Como a tecnologia é um processo inerente ao ser humano e este é o termo e a base da técnica, a utilização das TICs, de um modo geral, e na educação profissional, em especial, possibilitaria que os sujeitos envolvidos com a educação funcionassem criativamente, transformando, sendo tecnológico.

No entanto, para funcionar de forma tecnológica não basta conhecer a tecnologia e operar seus suportes materiais; é preciso ser criativo na presença ou

ausência dos suportes de comunicação e informação porque “[...]. A potencialidade das tecnologias está no objetivo de seu uso em determinado contexto, uma vez que estão situadas em um movimento sociohistórico e cultural e, articuladas por sujeitos e suas perspectivas” (HETKOWSKI, 2009, p. 244).

A compreensão, por parte dos dirigentes das instituições educacionais, sobretudo de educação profissional como os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, bem como os do IFBA, de que a tecnologia é um processo criativo inerente ao ser humano, sendo o conhecimento de uma arte (HETKOWSKI, 2009), favoreceria o desenvolvimento da gestão em rede por meio dos potenciais de mudanças que as TICs podem proporcionar.

Um dos recursos materiais pelo qual os potenciais de mudanças proporcionados pelas TICs podem se concretizar é o computador e as redes de comunicação mediadas por ele, uma vez que representam a possibilidade para a resolução de diversos problemas na concretização dos princípios e finalidades da educação profissional, pois

[...], as TICs podem auxiliar na descoberta de novas possibilidades para práticas coletivas potencializadoras das redes de relações, uma vez que estas comportam as vivências e a multiplicidade de linguagens. [...]. Os conceitos e usos potencializados pelas TICs podem gerar espaços sociais de vivências, pluralidade cultural, contradições, política, conflitos, inovações, efeitos de vizinhança, dissenso e consensos próprios de processos onde circundam sujeitos professores [...] (HETKOWSKI, 2009, p. 246).

Lima Jr. (2005) considera que o computador criou uma tecnologia que atua diretamente sobre o pensamento porque “ao lidar com proposições computáveis, baseado na lógica formal, o computador criou uma tecnologia que atua sobre o próprio pensamento, humanizando-o e tornando o homem maquínico” (p. 21). O Computador por se apresentar como o reflexo ou modo de pensar humano, exterioriza e reproduz o modo operativo desse pensar, uma vez que

[...], exterioriza e reproduz esse modo operativo do pensar humano, pois toda a dinâmica e funcionamento de sua parte material (*hardware*) dependem e são engendrados pelos algoritmos, que são cálculos matemáticos que geram e alimentam, constantemente, os programas (*softwares*) que, por sua vez, são abstrações ou proposições, os quais ao serem utilizados interativamente pelo ser humano desencadeiam uma *rede acontecimental* e de *significados*, já que cada programa suporte das funções computadoradas representa algum sentido para o usuário, logo, servindo-lhe como uma referência que lhe permite encontrar soluções para os problemas encontrados no seu contexto vivencial, alterando tal contexto e a si mesmo, sendo todo esse processo permeado de interesses, valores, possibilidades

cognitivas, todos *transitórios* e *diversificados*, porém, *válidos* (LIMA JR., 2005, p. 26-27).

Para que os gestores de instituições que ofertam educação profissional possam compreender os potenciais de mudanças qualitativas que as TICs, sobretudo o computador com suas redes de mediação como a internet, trazem para a organização e gestão em forma de rede, é importante, de acordo com o pensamento de Lima Jr. (2009), que esses gestores, não apenas das atividades de extensão, mas de todas as áreas que compõem os IFs, desenvolvam a consciência de que tecnologia não se limita apenas a aparato maquínico, à produtividade e mediação instrumental.

Os gestores da educação, do conhecimento e da extensão poderiam desenvolver sua ação dentro do padrão em rede, caso compreendam que a coisa tecnológica está além de sua base material e que, mais do que a utilização dos suportes materiais de informação e comunicação, é necessário funcionar criativamente, transformando, sendo tecnológico, uma vez que

A tecnologia, portanto, para além de sua base material e do enfoque que a ciência moderna lhe conferiu, é relativa ao princípio/processo criativo e transformativo. [...] a compreensão mais aprofundada da tecnologia traz a possibilidade de um modo de ser e de funcionar criativo e transformativo. Evidentemente, a presença dos recursos tecnológicos é indispensável, mas desde que os mesmos possam ser entendidos e explorados com ênfase na criatividade e na metamorfose (LIMA JR.; HETKOWSKI, 2006, p. 32).

Por isso, a utilização das TICs como suporte para gestão das atividades de extensão na educação profissional e a consciência de que a coisa tecnológica está além de sua base material, permitiria aos gestores atuarem criativamente, transformando, sendo tecnológico (LIMA JR, 2005), considerando, que não basta conhecer a tecnologia e operar seus suportes; mas que é preciso ser criativo na presença ou ausência dos suportes materiais de comunicação e informação.

A gestão da extensão na educação profissional que permita o uso das TICs em sua práxis, enquanto atividade prática e teórica transformadora da sociedade e da natureza (VÁZQUEZ, 2007), favoreceria a superação de diversas contradições, tanto no nível prático quanto da legislação, no atendimento dos princípios e finalidades da educação profissional.

A práxis na gestão da extensão precisa estar voltada para as demandas sociais do entorno dos Campi dos IFs, especialmente do IFBA, como por exemplo, “orientar

sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos sociais, culturais e locais” (BRASIL, 2008), para efetivar a ecologia do pensar humano (GUATTARI, 2009) e formar a subjetividade e solidariedade coletiva voltada para esse fim.

A utilização das TICs no desenvolvimento da gestão da extensão nos IFs pode favorecer o estabelecimento de processos sociais para que culminem em relações sociais que possibilitem a prática do respeito mútuo na busca da sobrevivência pelos sujeitos (HETKOWSKI, 2009).

Os potenciais de mudanças qualitativas que as TICs trariam para a extensão que é desenvolvida na educação profissional, como reflexo da prática da gestão, são diversos, uma vez que “o caráter potencializador das TICs está no movimento que elas podem desencadear nas práticas sociais, culturais, administrativas, pedagógicas, didáticas entre outras” (HETKOWSKI, 2009, p. 151).

Entretanto, para que mudanças qualitativas aconteçam a partir das atividades de extensão na educação profissional, seria importante assumir o desafio da virtualização, de acordo com Lima Jr. (2005), considerando o virtual enquanto estágio inicial que constitui um estado de forças que gesta algo para favorecer a passagem da gestão mecânica para a virtual, na articulação entre ensino-pesquisa-extensão.

O entendimento, por parte dos gestores, de que algo só é virtual se consegue transformar o que estava em ato, através da passagem de ato para potência, como defende Lima Jr. (2005), e que essa transformação mediada pelas TICs poderia trazer consequências qualitativas positivas para o papel que a extensão da educação profissional deve ter diante da sociedade, permitiria aos mesmos desenvolverem sua prática de gestão voltada para o atendimento dos princípios e das finalidades desse tipo de educação, como por exemplo, a difusão de conhecimento para a inclusão dos sujeitos excluídos e marginalizados da sociedade, a partir da integração dos conhecimentos científicos e profissionais.

1.3.2 Gestão da extensão em forma de rede como possibilidade para a educação profissional

A compreensão do significado do conceito extensão requer uma análise histórica, desde sua gênese, além do conhecimento sobre a legislação que lhe fundamenta, uma vez que as ações extensionistas surgiram voltadas para o ensino

superior, sobretudo nas universidades públicas, no caso do Brasil.

Os primeiros documentos oficiais que fundamentaram a Extensão Universitária no Brasil foram o Decreto – Lei nº. 19.851, de 11 de abril de 1931 (BRASIL, 1931) que determina em seu Art. 42 que “a extensão universitária será effectivada por meio de cursos e conferências de caracter educacional ou utilitário, uns e outras organizados pelos diversos institutos da Universidade, com prévia autorização do Conselho Universitário” e a Lei nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que diz no Art. 69 -c) que os estabelecimentos de ensino superior podem ministrar cursos de extensão (BRASIL, 1961); os documentos mencionados estavam centrados na transmissão de conhecimento e na assistência.

A promulgação da Lei nº. 5.540, de 28 de novembro 1968, lei da Reforma Universitária (BRASIL, 1968), permitiu que a extensão fosse desenvolvida em todas as instituições de ensino superior, independente de ser ou não universidade, uma vez que possibilita em seu Art. 17 “– c) que estas instituições ministrem cursos de extensão abertos a candidatos que satisfaçam os requisitos exigidos”. Tanto na Lei nº. 4.024 de 1961 quanto na Lei nº. 5.540 de 1968 a extensão não apresentava papel de relevância para as universidades, podendo ou não ser realizada sem a necessidade de manter relação com ensino e com a pesquisa.

A (re)democratização da sociedade brasileira na década de mil novecentos e oitenta, precisamente a partir do ano de mil novecentos e oitenta e cinco com eleições diretas para presidente da república, exigiu um novo modelo de universidade e, conseqüentemente, uma nova relação desta com a sociedade, além da redefinição do papel da extensão. No ano de mil novecentos e oitenta e sete foi criado o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – FORPROEX que é

[...] uma entidade voltada para a articulação e definição de políticas acadêmicas de extensão, comprometidas com a transformação social para o pleno exercício da cidadania e o fortalecimento da democracia; uma entidade voltada para a articulação e definição de políticas acadêmicas de extensão (CORRÊA, 2007, p. 12).

Quanto aos objetivos do FORPROEX (2001), o Fórum visa propor políticas e diretrizes básicas para institucionalizar, fortalecer e articular ações de extensão que sejam comuns às Pró-Reitorias de Extensão; manter articulação com representantes

dos dirigentes de instituições de ensino superior, a fim de fazer o encaminhamento de questões relacionadas ao que propõe o FORPROEX; manter articulação com outros fóruns de Pró-Reitores, a fim de desenvolver ações conjuntas que integrem a prática acadêmica; estar em articulação com instituições da sociedade civil, dos poderes constituídos e do setor produtivo para ampliar a inserção social das Universidades Públicas; além do incentivo ao desenvolvimento da informação, gestão, avaliação e divulgação das ações de extensão.

Com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, no ano de mil novecentos e oitenta e oito, a extensão passou a ter papel de destaque nas universidades, juntamente com o ensino e a pesquisa, uma vez que o Art. 207 da Constituição Federal determina que “as universidades [...] obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988), o que favoreceu o início da mudança de mentalidades quanto à importância da extensão dentro das universidades, e que culminou com a elaboração e publicação do Plano Nacional de Extensão Universitária, no ano de dois mil e dois.

O Plano Nacional de Extensão é o documento referência que traça as diretrizes para a Política Nacional de Extensão, sendo essa política pactuada pelas instituições públicas de ensino superior, devendo tais diretrizes estarem presentes em todas as ações de extensão (CORRÊA, 2007), expressando-se em quatro eixos: impacto e transformação, interação dialógica, interdisciplinaridade e indissociabilidade ensino – pesquisa – extensão.

O Plano Nacional de Extensão, elaborado durante o I Encontro Nacional dos Pró-Reitores de Extensão, apresenta o seguinte conceito para a extensão:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. [...] A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequência: a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. [...] Além de instrumentalizadora desse processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (FORPROEX, 2001).

A definição do conceito de Extensão apresentada pelo Plano Nacional de

Extensão serviu como pontapé inicial para que a mesma passasse a ser vista como uma atividade acadêmica e não mais como prática assistencialista e de transmissão de conhecimento que lhe deram origem. A extensão como via de mão dupla possibilita a síntese entre teoria e prática, através da experimentação social que são “elementos fundamentais para uma formação acadêmica referenciada na realidade social, nas suas necessidades, na sua singularidade” (ANDRADE, 2004, p. 32).

A visão equivocada que permaneceu durante bastante tempo, e que ainda permanece, dentro das universidades de que as atividades de extensão se limitam apenas à prestação de serviços, como uma forma de dar o retorno para a sociedade na qual se insere, através do assistencialismo, e também, como uma forma de estender o ensino e a pesquisa para a comunidade (BOTOMÉ, 1996), dificultou a construção de um conceito de extensão coerente com a indissociabilidade que a mesma deve manter com o ensino e com a pesquisa.

Outra questão relacionada ao conceito de extensão que ainda está presente em muitas instituições de ensino superior, mas que necessita ser superada, é a de considerarem estágio como extensão dentro de uma perspectiva de atividade que complementa o ensino, sem manter relação com a pesquisa e sem a construção de projetos que sejam significativos para os docentes, os estudantes e a comunidade, pois como afirma Rocha

Uma extensão universitária consiste na definição e execução de projetos e programas com ativo envolvimento das comunidades, movimentos sociais, organizações populares, ONG's, no enfrentamento de problemas cuja solução podem beneficiar dos resultados da pesquisa e da extensão (ROCHA, 2008, p. 118).

A relação transformadora entre universidade e sociedade presente no conceito de extensão do Plano Nacional de Extensão, precisa partir da realidade dos sujeitos que serão envolvidos nas ações extensionistas, sendo imprescindível o conhecimento da visão de mundo desses sujeitos, antes de qualquer tentativa voltada para a mudança de suas atitudes em relação a algo, pois “é preciso vê-lo [o sujeito], portanto, em sua interação com a realidade, que ele sente, percebe e sobre a qual exerce uma prática transformadora” (FREIRE, 2011, p. 102), é preciso que a situação concreta dos sujeitos seja problematizada, a fim de que estes possam compreendê-la criticamente para transformá-la.

Paulo Freire (2011) faz uma crítica ao termo extensão, fundamentada na

análise semântica do mesmo, afirmando que “em seu “campo associativo”, o termo “extensão” se encontra em relação significativa com *transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanicismo, invasão cultural, manipulação* etc.” (p. 20), não podendo estar pautado no princípio dialógico nem ser aplicado a uma educação como prática da liberdade.

A transmissão, manipulação e invasão cultural estão voltadas para a domesticação do sujeito, uma vez que “[...] o conhecimento não se *estende* do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica dessas relações” (FREIRE, 2011, p. 42-43).

Freire defende que o termo correto para o sentido que se tem buscado dar para a extensão, como troca de saberes acadêmicos e populares, é o de comunicação, uma vez que a característica primordial do mundo cultural e histórico é a intersubjetividade ou a intercomunicação; educação implica em comunicação, que implica em diálogo, sendo também, um encontro de sujeitos interlocutores, buscando a significação dos significados, não podendo ser transferência, depósito de saber por parte do educador no educando, pois

Em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educando, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção “bancária” de educação em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los. [...]. Educador e educando se arquivam na medida em que, nesta distorcida visão de educação, não há criatividade, não há transformação, não há saber. Só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros (FREIRE, 2000, p. 58).

Para Rocha, assim como para Freire, a extensão também deve estar pautada na interlocução, no diálogo entre os sujeitos, na relação solidária entre ambos, uma vez que “[...] a extensão enquanto função da universidade diferencia-se do ensino e da pesquisa na medida em que os membros da universidade e da sociedade procuram se relacionar de forma solidária na perspectiva de solução de seus problemas sejam eles por qual natureza for” (ROCHA, 2008, p. 122).

A universidade ou qualquer outra instituição, como os IFs, que tenham como princípio a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, deveria reconhecer que a extensão possui papel de fundamental importância no cumprimento de sua responsabilidade perante a sociedade, sobretudo no diálogo com a(s)

comunidade(s) do seu entorno.

De acordo com Botomé, “parece possível, pelo menos, substituir a extensão universitária como é hoje concebida por uma Ciência e um ensino de nível superior significativos e inseridos no contexto social em que se realizam ou ao qual são destinados” (BOTOMÉ, 1996, p. 137), a fim de colaborar com a compreensão da realidade e com a resolução dos problemas que impedem que o homem se torne sujeito.

Extensão também poderia ser definida como produção e difusão do conhecimento. Produção do conhecimento a partir de uma relação de interação dialógica entre os sujeitos envolvidos nas ações extensionistas, seja o mesmo membro da universidade ou da(s) comunidade(s) popular(es); difusão do conhecimento no sentido de um bem público produzido que, de acordo com Pozzobon e Busato (2009), a instituição de ensino deve ter como compromisso sua socialização, a fim de que a extensão seja de fato uma via de mão dupla que possibilite a democratização desse conhecimento.

CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA

2.1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Esta pesquisa está fundamentada na abordagem qualitativa, uma vez que busca enfatizar os aspectos qualitativos do fenômeno gestão da extensão no IFBA, a fim de desenvolver um modelo de gestão em rede que utilize as potencialidades que as tecnologias da informação e comunicação-TICs proporcionam para a contemporaneidade.

Para a abordagem qualitativa, o conhecimento não está no lugar da verdade, mas de um saber que é transitório, uma vez que as coisas, os acontecimentos, os fenômenos não podem ser vistos como absolutos, devendo ser considerados de forma relativa; já que todo e qualquer conhecimento é entremeado de subjetividade e historicidade (tanto do sujeito pesquisador quanto do objeto pesquisado) o que faz com que tudo seja questionável, de acordo com Feyerabend (2007), inclusive o conhecimento científico.

Diante do exposto e considerando que a abordagem qualitativa se aplica tanto a uma pesquisa acadêmica quanto a uma pesquisa aplicada, como é o caso deste estudo, foi possível investigar como a gestão da extensão poderia ocorrer em forma de rede no IFBA, tendo como suporte as TICs, o que permitiu o desenvolvimento de um modelo de sistema de gestão da extensão dentro da nova proposta de educação profissional, enquanto rede.

O referido modelo de sistema poderá por em prática os princípios e as finalidades dessa modalidade de educação; no entanto, para fundamentar a análise dos dados que subsidiaram sua criação foi necessário o estudo teórico, das categorias/conceitos educação profissional, rede, extensão, gestão e tecnologias da informação e comunicação, a fim de fundamentar as sistematizações e relações teórico-práticas na caminhada da pesquisa.

Para o estudo teórico dos conceitos citados acima, alguns interlocutores foram de fundamental importância, como Tânia Maria Hetkowski (2004), Pierre Lévy (1996) e Arnaud S. de Lima Jr. (2005) que discutem tecnologias da informação e comunicação; Acácia Kuenzer (2001), Maria Ciavatta (2007) e Demerval Saviani (2007) estudiosos da Educação Profissional no Brasil; José Claudio Rocha (2008), Paulo Freire (2011) e Silvio Paulo Botomé (1996) que tratam de questões

relacionadas à extensão; Manuel Castells (2011) e Fritjof Capra (2005) que abordam a estrutura em rede como forma de organização e interação na sociedade; Ivan Novaes (2012) e Avelar Mutim (2000) que discutem gestão da educação.

Além dos interlocutores citados, também se estabeleceu diálogo com inúmeros outros que proporcionaram ampliar e fundamentar a reflexão, considerando o que aconselha Quivy e Campenhoudt (2008) sobre o desenvolvimento de uma pesquisa, seja esta acadêmica ou aplicada:

Desiludam-se, pois, os que crêem poderem aprender a fazer investigação social contentando-se com o estudo das técnicas de investigação: terão também de explorar as teorias, de ler e reler as investigações exemplares [...] e de adquirir o hábito de refletir antes de se precipitarem sobre o terreno ou sobre os dados, ainda que seja com as técnicas de análise mais sofisticadas. [...]. Todo o trabalho de investigação se inscreve num *continuum* e pode ser situado dentro de, ou em relação a, correntes de pensamento que o precedem e influenciam. É, portanto, normal que um investigador tome conhecimento dos trabalhos anteriores que se debruçam sobre objectos compatíveis e que explicito o que aproxima ou distingue o seu trabalho destas correntes de pensamento (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2008, p. 50).

Quanto ao fundamento que norteou a análise e compreensão do objeto investigado (gestão da extensão em rede) no desenvolvimento desta pesquisa qualitativa, a base filosófica e epistemológica do estudo foi a fenomenologia, por elucidar as questões do objeto dentro da sua dinâmica, sendo o conhecimento visto como um saber e tendo razão e prática como partes de um único processo (FEYERABEND, 2007).

A fenomenologia, de acordo como Macedo (2004), é uma das mais fortes e radicais críticas à abordagem quantitativo-positivista da ciência moderna, uma vez que se ocupa do fenômeno, considerando que pesquisar a gestão da extensão em rede, enquanto práxis (VÁZQUEZ, 2007), é compreendê-la como um fenômeno.

A compreensão da gestão da extensão em rede enquanto práxis, não apenas como formalização, parte do princípio de que esse tipo de gestão é algo que os atores sociais vão criando, construindo dentro do comum, da coletividade, sendo também uma representação, algo dinâmico tanto na sua prática quanto teorização (MACEDO, 2004).

A estratégia metodológica utilizada nesta pesquisa qualitativa foi o estudo de caso por permitir uma investigação das características significativas de eventos vivenciados, por enfatizar o conhecimento do particular, sendo a gestão da extensão

no IFBA esse particular, uma vez que “o interesse do pesquisador ao selecionar uma determinada unidade é compreendê-la como uma unidade” (ANDRÉ, 2004, p. 31).

O estudo de caso como delineamento para a pesquisa enfatiza a singularidade e o particular, uma vez que, de acordo com Robert Yin, “como método de pesquisa, o estudo de caso é usado em muitas situações, para contribuir ao nosso conhecimento dos fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais, políticos e relacionados” (YIN, 2010, p. 24).

O presente estudo esteve voltado para o conhecimento dos fenômenos organizacionais da gestão da extensão no IFBA, considerando que a referida instituição possui uma determinada organização que deve funcionar dentro dos preceitos da legislação que regulamenta seu funcionamento, de acordo com princípios e finalidades específicos.

O estudo de caso se justifica como o método que norteou o exame na construção de conhecimentos relacionados à gestão da extensão em forma de rede para o IFBA, porque se tratou de uma pesquisa empírica que investigou um fenômeno em profundidade e em seu contexto de vida real, considerando que os limites entre o contexto e o fenômeno nem sempre estão claramente evidentes.

Além de ter sido feito um exame de eventos contemporâneos, dos conflitos entre o velho instituído no decorrer de um século de educação profissional e o novo que se institui/deve se instituir na gestão da extensão dessa modalidade de educação com a criação do IFBA, em que comportamentos relevantes dos atores da pesquisa não podem ser manipulados (YIN, 2010).

Outra argumentação interessante e apresentada por Gil (2009) quanto à importância da utilização do estudo de caso como delineamento para determinada pesquisa é que este pode proporcionar uma visão mais clara de fenômenos pouco conhecidos e serve para estudos com propósitos exploratórios, explicativos ou descritivos, como é o caso deste estudo.

O estudo de caso é uma modalidade de metodologia científica que se aplica à investigação sobre a gestão da extensão no IFBA, considerando que essa instituição é uma unidade de caso significativamente representativa (SEVERINO, 2007) dentro de toda a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Brasil.

O principal instrumento de uma pesquisa qualitativa, através do estudo de caso, é o pesquisador e seu repertório de experiências e conhecimentos, por isso, o mesmo deve viver a realidade da educação e da gestão, no caso deste estudo, e

compreender a pesquisa como um processo histórico de produção de sentidos e significados que estão implicados no processo de co-criação do conhecimento (LIMA JR., 2005). A pesquisa qualitativa elucida as questões do objeto em sua dinâmica e possibilita a interpretação minuciosa dos resultados em sua totalidade (TRIVIÑOS, 2006), a fim de captar a essência do que se apresenta e não apenas a aparência.

2.2 MÉTODOS E TÉCNICAS PARA OS PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Os métodos e técnicas selecionados para a execução de um projeto de pesquisa, seja a mesma aplicada ou acadêmica, como forma de evidência do estudo de caso deve se relacionar diretamente com o problema do estudo (MARCONI e LAKATOS, 2009), a fim de que possam atender aos objetivos traçados para o desenvolvimento do mesmo.

Diante disso, o estudo de caso pode se valer de técnicas de registro, levantamento de documentação, de diagnóstico da situação, de entrevistas, observação, mapeamento das representações dos sujeitos envolvidos e da combinação de diferentes técnicas (YIN, 2010) que sejam apropriadas aos objetivos da pesquisa.

Considerando que a utilização de apenas um instrumento poderia comprometer a coleta e análise dos dados obtidos através do estudo dos fenômenos que se apresentaram durante a investigação, o presente estudo utilizou como técnica para a coleta desses dados, a entrevista por pauta, ou semi-estruturada, para permitir o direcionamento das questões (GIL, 2009), o que favoreceu que fossem colhidas informações relevantes sobre o fenômeno estudado, considerando a opinião e percepção do(s) ator(es) envolvido(s) no problema.

As informações oriundas da entrevista, também embasaram a elaboração do modelo de sistema de gestão da extensão em forma de rede para o IFBA, juntamente com o levantamento de documentação sobre a educação profissional da Rede Federal e a gestão desenvolvida na referida instituição.

Outra técnica que também foi utilizada como instrumento de coleta de dados para este estudo de caso foi a observação participante, uma vez que a pesquisadora faz parte da comunidade do IFBA e atua como Pedagoga na Pró-Reitoria de Extensão – PROEX, já que esse tipo de observação, de acordo com Gil (2009), é feita de forma natural. A observação participante foi utilizada para o preenchimento

de lacunas que sugiram a partir da análise dos documentos e da entrevista.

A análise dos documentos foi feita com a finalidade de obtenção de informações referentes à estrutura e organização do IFBA, conforme apresentado no Capítulo 1, uma vez que “à medida que dados importantes estejam disponíveis, não haverá necessidade de procurar obtê-los mediante interrogação, a não ser que se queira confrontá-los” (GIL, 2009, p. 76).

Na utilização dos instrumentos escolhidos, buscou-se considerar os três princípios da coleta de dados propostos por Yin (2010), que não devem ser negligenciados:

- “ a) O uso de múltiplas fontes de evidências, não apenas uma;
- b) A criação de um banco de dados do estudo de caso;
- c) A manutenção de um encadeamento de evidências” (p. 127).

O uso de múltiplas fontes de evidências se justifica a partir da triangulação (YIN, 2010), uma vez que a utilização de apenas uma fonte de evidências não é recomendada na condução dos estudos de caso, pois

“o uso de múltiplas fontes de evidência nos estudos de caso permite que o investigador aborde uma variação maior de aspectos históricos e comportamentais. A vantagem mais importante apresentada pelo uso de fontes múltiplas de evidência, no entanto, é o desenvolvimento de *linhas convergentes de investigação*, um processo de triangulação e corroboração [...]” (YIN, 2010, p. 143).

A criação de um banco de dados do estudo de caso se justificou por possibilitar e facilitar a organização e documentação dos dados coletados, que fundamentam este estudo, o que segundo Yin (2010) aumentará significativamente a confiabilidade do estudo de caso.

A manutenção de um encadeamento de evidências se justificou por aumentar a confiabilidade da informação contida no estudo de caso, considerando que o encadeamento de evidências desejado no relatório (YIN, 2010) é o de que o pesquisador tenha sido capaz de passar de uma parte do processo do estudo de caso para a outra, por meio de uma nítida volta para os procedimentos metodológicos utilizados e para a evidência resultante.

A utilização da triangulação entre a entrevista, a observação participante e a análise de documentos foi feita neste estudo de caso por ser reconhecida como a estratégia mais importante adotada para analisar e interpretar dados de estudo de caso (GIL, 2009), uma vez que permite o confronto da informação obtida a partir de

determinada fonte com outra.

2.3 DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE CASO: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA

O desenvolvimento de um estudo de caso exige rigor por parte do pesquisador, o qual precisa considerar alguns detalhes que são fundamentais para embasar o estudo, além da utilização de múltiplas estratégias, pois como argumenta Gil

[...] os estudos de caso requerem profundidade, preservação do caráter unitário do caso e a não separação de seu contexto. Torna-se necessário, portanto, identificar, descrever e analisar: (1) o local em que ocorre o fenômeno, (2) os atores, (3) os eventos e os processos. A obtenção dessas informações, por sua vez, passa a requerer a utilização de diferentes estratégias de pesquisa. (GIL, 2009, p. 55).

Diante do exposto acima, o local escolhido para a realização da pesquisa e aplicação do modelo de sistema de gestão da extensão em forma de rede com uso das TICs, a partir dos resultados obtidos com o desenvolvimento da mesma foi o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA. A referida instituição tem como finalidade ofertar educação profissional e tecnológica através da articulação entre extensão, ensino e pesquisa, preferencialmente na modalidade integrada, para formar e qualificar cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia.

A escolha do IFBA como unidade de investigação é intencional por se tratar de um estudo de caso que representa um caso peculiar (YIN, 2010), considerando que o modelo inovador proposto para a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil determina que os IFs devam funcionar em forma de rede.

O referido delineamento viabilizou a operacionalização da pesquisa, já que envolver apenas o IFBA não compromete a representatividade dos IFs existentes no Brasil, pois como afirma Triviños (2006), em pesquisa qualitativa podem ser usados recursos aleatórios e/ou intencionais para compor uma amostra, procurando uma espécie de representatividade dos sujeitos que participam do estudo.

Além de ser um caso peculiar, o estudo da gestão da extensão no IFBA, também é um caso revelador e longitudinal porque, de acordo com Yin (2010), pode ser estudado em dois ou mais pontos diferentes do tempo, pois a educação profissional da Rede Federal brasileira possui um século de institucionalização,

podendo ser pontuada enquanto Escola Técnica Federal, enquanto Centro Federal de Educação Tecnológica e enquanto Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

O IFBA foi criado pela Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, a partir da extinção do CEFET-BA e está localizado em todas as Mesorregiões do estado da Bahia, conforme mostra a ilustração 2, por meio dos seus dezesseis Campi: Barreiras, Camaçari, Eunápolis, Feira de Santana, Ilhéus, Irecê, Jacobina, Jequié, Paulo Afonso, Porto Seguro, Salvador, Santo Amaro, Seabra, Simões Filho, Valença e Vitória da Conquista.

Ilustração 2 – Mapa do IFBA na Bahia



Fonte: <http://labbi.uesc.br/cocada/cocada/instituicoes/institfba>

O Campus de Bom Jesus da Lapa, que também está presente na ilustração 2, a princípio seria um dos Campi do IFBA, mas por negociações políticas passou a fazer parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica como Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IFBaiano.

A Reitoria do IFBA está localizada na Rua Araújo Pinho, nº 39, no bairro do Canela, na capital do Estado da Bahia, Salvador e atende a todos os Campi distribuídos pelas Mesorregiões do Estado. A Mesorregião Metropolitana de Salvador conta com quatro Campi e dois Núcleos Avançados: o Campus de Camaçari com o

Núcleo Avançado de Dias D`ávila, localizado no Loteamento Espaço Alpha, s/nº, no bairro do Limoeiro; o Campus de Simões Filho, localizado na Avenida Pitanguinhas, s/n, no bairro Pitanguinha; o Campus de Santo Amaro, localizado na 1ª Travessa São José, s/n, no bairro do Bonfim e o Campus de Salvador, que é o maior e o mais antigo Campus do IFBA, possui o Núcleo Avançado de Salinas das Margaridas e está localizado na Rua Emídio dos Santos, s/nº, no bairro do Barbalho.

A Mesorregião Vale São Francisco da Bahia conta com apenas um dos Campi do IFBA, o Campus de Paulo Afonso, que possui dois Núcleos Avançados (Euclides da Cunha e Juazeiro) e está localizado na Rua Marcondes Ferraz, nº 200, no bairro General Dutra; enquanto a Mesorregião Centro-Norte Baiano possui três Campi do IFBA: o Campus de Feira de Santana, localizado na Avenida Deputado Luís Eduardo Magalhães, Rodovia BR 324, Km 102, nº 11, no bairro Aviário; o Campus de Irecê, localizado na Rodovia BA 148, Km 04, nº 1800, no bairro Vila Esperança e o Campus de Jacobina, localizado na Avenida Centenário, nº 500, no bairro Nazaré.

A Mesorregião Extremo Oeste Baiano possui um Campus do IFBA, o Campus de Barreiras, que está localizado na Rua das Várzeas, s/n, no bairro Centro; já a Mesorregião Centro Sul Baiano conta com três Campi: o Campus de Jequié, localizado na Rua Jean Torres, s/n, no bairro John Kennedy, Loteamento Cidade Nova; o Campus de Seabra, localizado na Estrada Vicinal para Tenda, s/n, no bairro Vermelho – Zona Rural e o Campus de Vitória da Conquista, que possui o Núcleo Avançado de Brumado e está localizado na Avenida Amazonas, nº 3150, no bairro Zabelê.

A Mesorregião Sul Baiano, assim como a Metropolitana de Salvador, conta com quatro campis do IFBA: o Campus de Eunápolis, localizado na Avenida David Jonas Fadini, s/n, no bairro Rosa Neto; o Campus de Ilhéus, localizado na Rodovia Ilhéus-Itabuna, s/n, no Km 13; o Campus de Porto Seguro, localizado na BR 367, Km 57, nº 5; o Campus de Valença, localizado na Rua Vereador Romeu Agrário Martins, s/n, no bairro do Tendo. Já a Mesorregião Nordeste Baiano, ainda não possui nenhum campus do IFBA, apenas o Núcleo Avançado de Euclides da Cunha, que pertence ao Campus de Paulo Afonso.

A estrutura física do IFBA, tanto nos Campi quanto na Reitoria, é satisfatória para o desenvolvimento de suas atividades, uma vez que dispõe de instalações que visam atender às necessidades e demandas da Instituição, que possui um quantitativo de pessoal relativamente grande, incluindo discentes e servidores

(docentes e técnicos administrativos em educação); além do pessoal terceirizado que presta serviço para a Instituição.

Todos os Campi do IFBA dispõem de salas para os serviços administrativos (direção, coordenação pedagógica e serviço psicossocial, coordenações de cursos, serviço médico, etc.), salas de aula, laboratórios de informática, laboratórios para as aulas práticas dos cursos oferecidos (como eletromecânica, mecânica, química e automação, por exemplo), biblioteca, refeitório e área externa, a fim de atender as seguintes modalidades de ensino: ensino médio de nível técnico, educação superior, educação de jovens e adultos – EJA e educação à distância – EAD.

Quanto ao quantitativo de alunos matriculados, o IFBA contava no ano de dois mil e doze com um total de 13.635 matrículas em todas as modalidades e cursos ofertados pelos Campi: ensino técnico de nível médio (formas: integrado e subsequente); educação de jovens e adultos: PROEJA e educação superior (graduação e pós-graduação), conforme a ilustração 3.

Ilustração 3 – Quantitativo de alunos matriculados no IFBA 2012.

ALUNOS MATRICULADOS CAMPUS / MODALIDADES	INTEGRADO	PROEJA	SUBSEQUENTE	SUPERIOR	PÓS-GRADUAÇÃO	TOTAL 2012.1
Barreiras	683	120	249	122	34	1.208
Camaçari / Dias D'ávila*	298	-	251	-	-	549
Eunapolis	504	-	219	198	-	921
Feira de Santana	160	-	118	-	-	278
Ilheus	160	-	240	-	-	400
Irecê	312	-	166	-	-	478
Jequié	195	-	147	-	-	342
Jacobina	240	-	122	-	-	362
Paulo Afonso / Euclides da Cunha* / Juazeiro*	174	-	552	41,00	-	767
Porto Seguro	354	104	176	247	-	881
Salvador/Salinas das Margaridas	1.902	145	692	1272	68	4.079
Simões Filho	386	-	470	61	-	917
Seabra	80	-	40	-	-	120
Santo Amaro	274	71	49	43	-	437
Valença	490	6	40	214	28	778
Vitória da Conquista / Brumado*	333	64	349	372	-	1.118
TOTAL	6.545	510	3.880	2.570	130	13.635
*Núcleo Avançado	FONTE: Gerência de Registros Acadêmicos dos campi					

Fonte: Portal IFBA - <http://www.portal.ifba.edu.br/institucional/numeros.html>

A ilustração acima mostra que o IFBA teve um significativo aumento no número de matriculados em relação aos dois anos anteriores, com mais 938 matrículas em relação ao ano de dois mil e onze e com mais 4.257 matrículas em relação ao ano

de dois mil e dez, conforme mostra a ilustração 4. Esse aumento significativo no número de matriculados exige que a Instituição se estruture para o desenvolvimento de suas atividades, que devem ser realizadas por meio da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão.

Ilustração 4 – Quantitativo de alunos matriculados no IFBA de 2010 a 2012.



Fonte: Portal IFBA - <http://www.portal.ifba.edu.br/institucional/numeros.html>

No que diz respeito aos recursos humanos dos quais o IFBA dispõe para que possa atender às exigências do MEC quanto à oferta dos cursos, a referida Instituição conta com um quadro efetivo qualificado de docentes que atuam em todas as modalidades de ensino ofertadas, todos com formação em nível superior: licenciaturas, engenharias, bacharelados e/ou cursos superiores de tecnologia, a maioria com Pós-Graduação *lato senso* (especialização) e muitos com Pós-Graduação *stricto senso* (mestrado e doutorado), sendo que a maioria possui regime de trabalho de dedicação exclusiva – DE.

Além de dispor de um quadro de docentes com boa qualificação, o IFBA também conta com um quadro de servidores técnico-administrativos em educação efetivos, de todas as classes do plano de carreira do MEC: A, B, C, D e E, tabela 4. Os cargos das classes A e B exigem como requisito básico ensino fundamental incompleto e/ou completo, já tendo sido extintos pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão – MPOG.

O IFBA possui alguns poucos servidores das duas classes citadas acima, A e B, os quais estão próximos a se aposentarem como, por exemplo: Motoristas,

Serventes, Auxiliares de Laboratórios, entre outros; esses serviços foram terceirizados por parte do governo federal. A tabela 4, referente ao levantamento feito no mês de novembro de 2012, mostra o quantitativo de servidores do IFBA.

Tabela 4 – Quantitativo de servidores do IFBA

Força de Trabalho	Professor	Técnico	Substituto	Temporário	Estagiário	Outros	TOTAL
BARRERAS	70	53	11	3	20	1	158
CAVACARI	56	39	5	0	11	0	111
ELINAPOLIS	71	27	6	2	7	0	113
FERRA DE SANTANA	28	16	0	0	0	0	44
ILHEUS	17	13	1	5	0	1	37
IRECE	33	15	1	0	5	0	54
JACOBINA	18	11	0	2	1	1	33
JEQUE	24	13	0	6	0	0	43
PAULO AFONSO	40	22	0	5	3	0	70
PORTO SEGURO	57	38	5	3	8	1	112
REITORIA	26	158	0	0	51	3	238
SALVADOR	363	195	34	8	108	0	708
SANTO AMARO	51	38	5	3	0	0	97
SEABRA	17	15	0	1	9	0	42
SIMÕES FILHO	56	42	6	2	7	0	113
VALENÇA	60	25	6	1	16	0	108
VITÓRIA DA CONQUISTA	108	39	9	12	14	0	182
TOTAL	1095	759	89	53	260	7	2263

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP

Os cargos que compõem as classes C e D exigem como requisitos básicos ensino fundamental completo e/ou ensino médio completo, como por exemplo: Assistente de Alunos, Almojarife, Auxiliar de Biblioteca, no caso da classe C; e Assistente em Administração, Técnicos de Laboratório, Técnicos de Tecnologia da Informação, no caso da classe D.

Quanto aos cargos da classe E, exigem como requisitos básicos formação em nível superior, nas mais diversas áreas do conhecimento, sendo que o IFBA conta com os seguintes cargos da referida classe: Administrador, Analista de Tecnologia da Informação, Assistente Social, Auditor, Bibliotecário-Documentarista, Contador, Jornalista, Médico, Nutricionista, Pedagogo, Psicólogo e Técnico em Assuntos Educacionais. A maioria dos servidores técnico-administrativos da classe E possui curso de pós-graduação *lato senso*, boa parte concluiu ou está concluindo cursos de pós-graduação *stricto senso*, em nível de mestrado e uns poucos possuem ou estão cursando doutorado.

O quadro de servidores efetivos do IFBA (docentes e técnico-administrativos), mostrado na tabela 4, busca atender às demandas da Instituição em seus três turnos de funcionamento: matutino, vespertino e noturno, fazendo com que essa Instituição

funcione de maneira satisfatória, apesar das dificuldades porque passa todo e qualquer serviço público, pois o quantitativo de servidores é insuficiente diante da dimensão do IFBA e do número de discentes matriculados, que é crescente a cada ano.

Diante do exposto acima, é possível afirmar que o IFBA apresenta condições favoráveis para a implantação de um sistema de gestão da extensão em rede, uma vez que conta com uma infraestrutura satisfatória e com um quadro de pessoal com uma relativa qualificação, que atuam em áreas específicas da Instituição, ao contrário das escolas estaduais e municipais que, na maioria das vezes, contam apenas com os docentes, com a direção (diretor, vice-diretor e coordenador pedagógico) e alguns poucos servidores que trabalham na área administrativa.

O quantitativo de alunos matriculados no ano de dois mil e doze e o aumento significativo em relação ao ano de dois mil e dez, mostrados nas ilustrações 3 e 4, mostra que a utilização de um sistema de gestão em rede para a extensão do IFBA pode contribuir para o desenvolvimento satisfatório das atividades de extensão, a fim de por em prática os princípios e as finalidades da educação profissional.

1.4 Sujeitos da pesquisa

A decisão na escolha dos sujeitos participantes de uma pesquisa, especialmente de uma pesquisa fundamentada na abordagem qualitativa, como este estudo de caso, requer do pesquisador a consciência de que nem todos os sujeitos que compõem determinada instituição, como o IFBA, por exemplo, estão aptos a participarem do estudo, uma vez que “é necessário selecionar pessoas que estejam articuladas cultural e sensitivamente com o grupo ou organização” (GIL, 2009, p.66), a fim de permitir o alcance dos objetivos propostos.

Diante do exposto e, considerando os objetivos do estudo, os sujeitos escolhidos como participantes desta pesquisa foram os seguintes: gestor da extensão e os servidores que atuam na Pró-Reitoria de Extensão – PROEX, cujo desenvolvimento das atividades serviu para subsidiar a observação. Esses sujeitos foram definidos no planejamento metodológico com a finalidade de possibilitar responder à questão de partida para permitir o desenvolvimento do modelo de sistema de gestão da extensão em rede para o IFBA, tendo as TICs como suporte.

Apenas um dos sujeitos citados acima foi escolhido para participar como

informante da entrevista (o gestor da extensão) por ter sido considerado como um informante-chave, considerando que este tipo de informante, de acordo com Yin (2010) é, com frequência, fundamental para o sucesso de um estudo de caso.

A participação dos demais sujeitos desta pesquisa ficou limitada às observações realizadas sobre a atuação dos mesmos, sobretudo com a utilização dos recursos de TICs, a fim de permitir perceber com o olhar de investigação o desenvolvimento cotidiano das atividades na Pró-Reitoria de Extensão do IFBA.

A escolha em entrevistar apenas o gestor da extensão do IFBA foi intencional, já que o mesmo não é o dirigente máximo da Instituição e por considerar o que Gil pensa a esse respeito: “nem sempre os dirigentes máximos de uma organização são os melhores informantes” (GIL, 2009, p. 66); além de ter sido levado em conta que o objetivo da pesquisa foi desenvolver um modelo de sistema de gestão da extensão em rede para o IFBA que ponha em prática os princípios e as finalidades da educação profissional, utilizando as TICs como suporte.

O produto desta pesquisa aplicada é um sistema de gestão da extensão em rede, que terá como suporte o computador com seus softwares e a internet e deverá possibilitar a interdependência, no que diz respeito à gestão da extensão voltada para a prática dos princípios e das finalidades da educação profissional, entre a PROEX e os dezesseis Campi do IFBA.

A Reitora do IFBA, que é a dirigente máxima da Instituição, não foi selecionada para a entrevista por conta da dificuldade de disponibilidade de tempo em sua agenda, uma vez que a mesma tem se deslocado constantemente para fazer negociações com as prefeituras dos municípios onde novos Campi serão implantados futuramente, pois a Instituição ainda se encontra em fase de expansão; além da obrigatoriedade da participação da mesma nas reuniões do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF, que todos os reitores dos IFs são membros, e dos demais compromissos junto ao MEC e, também, por conta de a responsabilidade das atividades de extensão, ser da PROEX.

Os docentes não foram entrevistados e não participaram da observação porque a pesquisa esteve voltada para a otimização da gestão da extensão por parte do órgão central, junto aos Campi do IFBA, cuja responsabilidade é da PROEX. Como o critério para a escolha dos sujeitos participantes deste estudo de caso foi teórico e não estatístico, conforme o que discute Gil (2009), os instrumentos para coleta de

dados utilizados (entrevista e observação) que dependiam do envolvimento de pessoas não visavam à obtenção de dados quantificados.

Os discentes não fizeram parte da pesquisa porque ainda não há no IFBA uma cultura de participação dos mesmos nas atividades de extensão, como o desenvolvimento de programas e projetos, que devem ocorrer dentro do novo modelo de educação profissional que nasceu com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, no final do ano de dois mil e oito.

Os servidores técnico-administrativos, assim como os discentes e docentes, também não participaram como sujeitos da pesquisa por conta da falta de cultura voltada para atividades de extensão com o envolvimento desses profissionais, apesar de o IFBA contar com servidores técnico-administrativos que ocupam cargos efetivos de nível superior, classe E, em que uma das atribuições desses cargos é: assessorar as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A partir do contexto em que esta pesquisa foi delineada, conforme o exposto acima, cabe expor algumas das dificuldades enfrentadas no seu desenvolvimento, às quais serviram como aprendizado para pesquisas futuras. A primeira dificuldade foi a demora em definir o produto que deveria estar voltado para a gestão da extensão em rede no IFBA, por meio do uso das TICs, diante das várias possibilidades que os suportes das TICs trazem para um modelo de gestão em rede e da recente mudança no modelo de educação profissional e de organização dos IFs.

Além da dificuldade citada acima, ainda houve o receio de não contar com o apoio do IFBA para a realização da pesquisa quanto à participação dos sujeitos envolvidos na mesma, o que não aconteceu, já que o gestor da extensão demonstrou interesse no estudo, após a apresentação dos objetivos do mesmo por parte da pesquisadora, dando apoio tanto na disponibilidade para participar da entrevista, compreendendo e assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido sem objeções, quanto na disponibilização de documentos da PROEX e do Fórum de Extensão da Rede Federal de Educação, Profissional, Científica e Tecnológica, que o mesmo faz parte, como o FORPROEXT.

Os instrumentos de coleta de dados elaborados para utilização nesta pesquisa, como o roteiro para entrevista e o roteiro de observação, bom como o modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelo entrevistado, se encontram no apêndice e a análise dos resultados deste estudo de caso será

apresentada no capítulo 3.

2.4 Caracterização dos sujeitos da pesquisa

Como já foi citado no item anterior, a coleta dos dados oriundos da pesquisa de campo foi realizada com apenas alguns sujeitos que atuam na PROEX (gestor da extensão e servidores lotados na PROEX), já que o objeto de estudo da mesma foi a gestão da extensão em rede, com uso da TICs.

As informações que fundamentam este estudo foram coletadas por meio da entrevista por pauta (semi-estruturada) realizada com o gestor da extensão e que foi gravada, com autorização do entrevistado, considerando que “só mediante a gravação é que se torna possível captar as falas do entrevistado em suas múltiplas dimensões e proceder à verificação do que realmente foi dito durante a entrevista” (GIL, 2009, p. 68). Imediatamente após o término da entrevista foi feita a transcrição da gravação do áudio pela pesquisadora, a fim de se ter uma interpretação mais acurada do que foi falado.

Além da entrevista, também foi feita observação da dinâmica do desenvolvimento das atividades da PROEX, por parte dos demais servidores que compõem o setor, uma vez que as evidências apresentadas pela observação podem ser úteis para proporcionar informações adicionais sobre o objeto estudado (YIN, 2010); além da análise de documentos institucionais, como o Estatuto, a proposta de Regimento Interno, o PPI e o PDI, por exemplo.

Apesar de ter sido elaborado um roteiro, tanto para a entrevista quanto para a observação, a postura adota pela pesquisadora foi de flexibilidade, principalmente no desenrolar da entrevista, pois como aconselha Gil, “as entrevistas mais proveitosas para os estudos de caso são aquelas em que os entrevistados se sentem livres para expor suas crenças, opiniões e sentimentos” (GIL, 2009, p. 70), isso permite que aspectos não pensados anteriormente pelo pesquisador possam ser captados na medida em que os fenômenos forem se mostrando.

O roteiro para entrevista original contava com treze questões básicas voltadas para os objetivos da pesquisa, que deveriam ser respondidas pelo entrevistado, mas com o desenrolar da entrevista novas questões foram surgindo a partir do diálogo sobre a gestão da extensão, rede e tecnologias da informação e comunicação, o que resultou em um total de trinta e oito questões, após a transcrição da gravação.

A realização da entrevista e da observação permitiu identificar o perfil dos sujeitos envolvidos na pesquisa. O gestor da extensão ocupa o cargo efetivo de professor no IFBA, possui Pós-Graduação *stricto sensu* (Mestrado em Mecânica) e atua na área de Elétrica nos cursos técnico integrado e subsequente em Eletrotécnica. Quanto ao tempo de atuação no IFBA, o referido gestor atua como professor há quarenta anos nessa Instituição e possui mais de cinquenta e cinco anos de idade, tendo ingressado na Instituição quando ainda era Escola Técnica Federal da Bahia.

A PROEX conta com nove servidores, sendo quatro professores que ocupam cargo de direção, incluindo o Pró-Reitor, e cinco servidores da carreira técnico-administrativo: com um administrador, um pedagogo, um Técnico em Assuntos Educacionais, ocupando cargos de nível superior, e dois Assistentes em Administração que ocupam cargo de nível médio. Além dos servidores efetivos, a PROEX também conta com duas estagiárias de nível superior que dão suporte às atividades do gabinete do Pró-Reitor, uma no turno matutino e outra no turno vespertino.

Existem quatro departamentos na Pró-Reitoria de extensão do IFBA: Relações Empresariais, Projetos e Programas, Relações Comunitárias e Artes e Cultura. No gabinete do Pró-Reitor atuam quatro servidores da carreira de técnico-administrativo em Educação: um Técnico em Assuntos Educacionais, um Pedagogo, um Administrador, um Assistente em Administração; além de dois docentes (o Pró-Reitor e o Diretor Executivo).

A atuação dos servidores do gabinete do Pró-Reitor é de acordo com as demandas imediatas. Não há sistematização, um plano de atuação periódico (semestral, anual) para as atividades da PROEX. Atualmente esses servidores estão envolvidos com a execução do PRONATEC, alguns recebendo bolsa e com aumento da carga horária de trabalho e outros não; há três pessoas externas que estão atuando no PRONATEC e recebendo bolsa. A dinâmica das atividades desenvolvidas pela PROEX ainda não está 100% de acordo com a nova estrutura e organização do IFBA, uma vez que o Regimento Interno ainda não foi aprovado pelo Conselho Superior – CONSUP.

A relação dos servidores da PROEX entre si e com o Pró-Reitor de Extensão é satisfatória, não há problemas de relação interpessoal, nem conflitos. A relação do Pró-Reitor de extensão com os servidores da PROEX também é satisfatória; o

mesmo é aberto ao diálogo e à negociação com o servidor e busca atender às demandas dos servidores.

Quanto aos recursos de tecnologias da informação e comunicação, a PROEX (gabinete do Pró-Reitor) dispõe de dois computadores desktop, cinco notebooks, um netebook, um tablete, um projetor multimídia, uma máquina fotográfica profissional, um ponto de rede com modem wifi, uma impressora multifuncional colorida a jato de tinta, uma impressora multifuncional colorida a laser.

Todos os recursos citados são utilizados pelos servidores da PROEX, mas os mais utilizados são os computadores (desktop e notebooks) por conta do desenvolvimento de programas, como o PRONATEC, e as impressoras para a impressão e reprodução de materiais. O projetor multimídia e a câmera fotográfica são utilizados quando acontece algum evento promovido pela PROEX com a participação da comunidade externa e/ou os Campi do IFBA.

Todos os servidores da PROEX utilizam o computador e as impressoras como instrumentos de trabalho. O Assistente do Pró-Reitor opera o Sistema de Convênios do Governo Federal – SICONV, o Sistema de Monitoramento Execução e Controle do MEC – SIMEC e o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP. As pessoas que estão envolvidas com o PRONATEC operam o Sistema Nacional de Informações da Educação – SISTEC, do MEC, para cadastrar os dados dos estudantes dos cursos ofertados pelo programa.

Aparentemente os sistemas são operados com facilidade pelos servidores, alguns apresentam dificuldade quando começam a operar determinado sistema, mas logo se habitua em operá-lo. No que diz respeito à abertura a inovação, os servidores demonstram estarem abertos à inovação, uma vez que desenvolvem suas atividades utilizando recursos de TIC como suporte; esses suportes estão todos conectados à internet e à rede interna do IFBA, o Intraifba.

Vale ressaltar que a pesquisadora que realizou o presente estudo, também é servidora do IFBA há cinco anos e atua como Pedagoga na PROEX. Nesses cinco anos como servidora do IFBA, a pesquisadora atuou por dois anos na Coordenação Pedagógica do Campus de Simões, tendo sido removida posteriormente, a pedido, para a Reitoria, onde atuou por um ano na Pró-Reitoria de Ensino – PROEN. Talvez surja o questionamento de como é possível participar de uma pesquisa sendo sujeito e pesquisador ao mesmo tempo, como é o caso deste estudo, para compreender os fatos enquanto fenômeno.

Entretanto, em um estudo de caso que se ocupa de certos fenômenos, como a gestão da extensão em rede no IFBA, por exemplo, é preciso que o pesquisador torne exótico o que é comum (familiar) e comum o que é exótico, como defende DaMatta, pois “o exótico, como termo inverso, significaria precisamente o oposto: um elemento situado fora do meu mundo diário, do meu universo social e ideológico dominante” (DAMATTA, 1981, p. 159), já que tudo o que acontece em um dado fenômeno está inter-relacionado e sem o olhar de investigação, o pesquisador não conseguirá perceber os fatos comuns e incomuns por estar imerso na realidade pesquisada.

CAPÍTULO 3 – A PESQUISA NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA

3.1 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Neste capítulo são apresentadas a análise e discussão dos dados coletados na realização do estudo de caso, que teve como unidade de caso o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA e cujo objetivo foi desenvolver um modelo de gestão da extensão em rede para o IFBA que ponha em prática os princípios e as finalidades da educação profissional, utilizando as tecnologias da informação e comunicação como suporte.

Os princípios e as finalidades da educação profissional estão definidos na Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, no Estatuto e na proposta de Regimento Geral do IFBA e fundamentados na concepção de rede, “a partir do entendimento de que o conhecimento é um dos elementos constituintes da cidadania, a reflexão a cerca do sentido e da dimensão do poder dos saberes que circula na rede social passa, necessariamente, pelo seu direito de acesso a eles” (BRASIL, 2008a, p. 26).

Um dos princípios fundamentais desse novo modelo de educação profissional é a verticalização do ensino, por meio da articulação entre educação básica, profissional e superior e sua presença em todo o território e que, como é caso da Bahia, atenda a todas as suas regiões a partir da organização multicampi. Já as finalidades dessa modalidade de educação devem estar pautadas nos seus princípios, como por exemplo, o de desenvolver atividades de extensão e divulgação científica e tecnológica (BRASIL, 2008a) para qualificar os cidadãos e contribuir com o desenvolvimento local e regional.

O novo modelo de educação profissional em rede requer dos IFs uma proposta singular de organização e gestão, inclusive na extensão, considerando que os campos de diversas dimensões do social são estruturados por redes sociais (MARQUES, 2006), que possibilite articular e organizar os saberes, estabelecendo o vínculo entre a totalidade (Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica composta por todos os IFs) e as partes (os Campi que formam o Instituto Federal), a fim de que a formação oferecida esteja além das necessidades do mercado capitalista (KUENZER, 2001).

A identificação de possíveis conflitos entre o modelo de gestão instituído à

época do CEFET e o novo modelo que se instituiu a partir da criação dos IFs possibilitaria o desenvolvimento de uma metodologia aplicada ao aperfeiçoamento da gestão da extensão no IFBA, na atual conjuntura da educação profissional, enquanto rede.

O aperfeiçoamento da gestão da extensão possibilitará que os princípios e as finalidades dessa modalidade de educação, tais como a verticalização entre educação básica, profissional e superior e a ênfase no desenvolvimento local, regional e nacional, sejam efetivados com o auxílio das TICs, o que pode favorecer a integração dos campi do IFBA com as comunidades do seu entorno, a partir da articulação com o ensino e com a pesquisa; entretanto, para isso não se pode perder de vista que:

[...] tal instituição [novo modelo de gestão da extensão] é internamente dinâmica apresentando diferentes movimentos internos. Nesse movimento é possível perceber o instituído e o instituinte: instituído é tudo o que se vê e se conhece, e instituinte é o novo, aquele que se manifesta às vezes com dificuldade, mas que ainda assim é capaz de colocar-se no espaço institucional. (HETKOWSKI, 2004, p. 168).

O aperfeiçoamento da gestão da extensão em rede, no IFBA, permitiria a administração de possíveis conflitos entre o velho instituído ao longo de cem anos de educação profissional e o novo que se instituiu a partir da criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Esse aperfeiçoamento requer um novo modelo de gestão que seja construído a partir dos significados que se atribui ao real de modo irregular, variável, com várias possibilidades de organização da representação desse real, que é instável na sua instituição contextual, sendo o conhecimento verdade apenas na medida em que se traduz em respostas concretas às demandas de desejos e necessidades que surgem do contexto vivencial (LIMA JR., 2005).

O modelo único e diferenciado de gestão dos IFs, que compõem a Rede Federal de educação profissional e tecnológica, em relação às outras instituições educacionais, se deve ao fato de sua atuação ocorrer nos diversos níveis da educação nacional e da necessidade de articulação do ensino com a pesquisa e a extensão, além de estarem organizados de forma multicampi e pluricurricular, o que conduz a uma nova institucionalidade e exige novos procedimentos de gestão, pois como afirma Morin:

Toda evolução é fruto do desvio bem-sucedido cujo desenvolvimento transforma o sistema onde nasceu: desorganiza o sistema, reorganizando-o. As grandes transformações são morfogêneses, criadoras de formas novas que podem constituir verdadeiras metamorfoses. De qualquer maneira, não há evolução que não seja desorganizadora/reorganizadora em seu processo de transformação ou de metamorfose. (MORIN, 2002, p. 82).

Para o desenvolvimento da gestão da extensão em rede, a partir do uso das TICs como suporte, será importante uma reorganização das práticas de gestão no IFBA, para se adequar à nova concepção da instituição como uma rede, uma vez que a reorganização da estrutura administrativa já foi feita pelo governo federal com a promulgação da Lei 11.892 de 2008.

Apesar da reorganização da estrutura administrativa oriunda da Lei 11.892 de 2008, com a criação de uma Reitoria distinta e separada dos campi, a gestão da extensão no IFBA precisará superar os conflitos que sua tradição secular na oferta de educação profissional pode apresentar para desorganizar e reorganizar essa tradição por meio da gestão em rede, que contará com o suporte das TICs.

Diante do exposto, os dados coletados no desenrolar da pesquisa foram analisados sob o enfoque teórico e estão apresentados nos itens que se seguem, servindo para subsidiar o desenvolvimento do modelo de gestão da extensão em rede, a partir da sistematização do Sistema de Gestão da Extensão do IFBA – SGEI, que tem como suporte as TICs, mais especificamente, o computador e a internet.

Vale ressaltar que a pesquisadora não desenvolverá o sistema propriamente dito, uma vez que sua área de formação não contempla esse tipo de competência, apenas realizou a sistematização, a partir do desenvolvimento da pesquisa aplicada. O desenvolvimento do sistema, enquanto software, ficará a cargo dos Analistas de Tecnologia da Informação do IFBA, os quais dispõem de formação técnica para tal e contam com suportes de rede disponíveis na Instituição.

Os dados analisados e apresentados na discussão a seguir não tiveram tratamento estatístico, já que este estudo de caso está fundamentado na abordagem qualitativa, o que fez com que a pesquisadora seguisse um estilo próprio de raciocínio (YIN, 2010) na apresentação das evidências por meio da interpretação sistemática e cuidadosa.

Gil (2009), assim como Yin, também considera que a análise dos dados de um estudo de caso segue um estilo próprio, por ser um trabalho analítico altamente intuitivo, além de reconhecer a importância de se fazer triangulação nesse tipo de

análise, considerando que

A triangulação é reconhecida como a mais importante estratégia adotada na análise e interpretação dos resultados do estudo de caso. Consiste basicamente em confrontar a informação obtida por uma fonte com outras, com vistas a corroborar os resultados da pesquisa. A triangulação está na essência dos estudos de caso (GIL, 2009, p. 114).

A triangulação neste estudo de caso foi feita confrontando as informações obtidas por meio da entrevista realizada com o que foi observado quanto à dinâmica da PROEX no IFBA e com a análise dos documentos institucionais. A opção pela realização da pesquisa por meio do estudo de caso não teve a pretensão de generalizar as considerações aqui apresentadas, uma vez que o intuito foi atender a uma demanda específica da Pró-Reitoria de Extensão do IFBA.

3.1.1 concepção sobre a prática da extensão no IFBA

[...] A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade.

A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento.

Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como conseqüências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade.

Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (FORPROEX, 2001, p. 5).

O trecho acima, retirado do Plano Nacional de Extensão, apresenta o conceito de Extensão que fundamenta a concepção que as universidades públicas brasileiras buscam pôr em prática no desenvolvimento de suas atividades. Esse conceito foi elaborado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – FORPROEX e atualizado durante os anos de dois mil e um e dois mil e dois.

O referido Plano Nacional de Extensão não trata das especificidades dos Institutos Federais, uma vez que sua criação partiu de representantes das universidades públicas e que a inclusão da extensão nesses Institutos, que deve ser

indissociável com o ensino e a pesquisa, é recente, mas mesmo assim tem subsidiado o desenvolvimento de suas atividades de extensão.

Rocha (2008) considera que o Plano Nacional de Extensão fez avançar o conceito e a operacionalização da extensão, mas pondera que o referido documento foi pensado para atender à realidade das universidades públicas brasileiras:

O Plano Nacional de Extensão é um documento que, por um lado, mostra um avanço no conceito e na operacionalização da extensão universitária, mas, por outro, tem o limite de ter sido escrito exclusivamente pelas universidades públicas e para essas mesmas universidades, além de se tratar de um plano e não de uma política de extensão universitária. (ROCHA, 2008, p. 158).

Apesar de não existir um Plano Nacional de Extensão voltado para as particularidades dos IFs, como a verticalização do ensino, e de o atual Plano estar direcionado para a realidade das universidades públicas, o FORPROEX (2012) elaborou, no ano de dois mil e doze, uma Política Nacional de Extensão Universitária, que busca reafirmar e pactuar os objetivos desse Fórum, os quais fundamentam o Plano Nacional de Extensão Universitária.

Vale ressaltar que o IFBA também participou da elaboração da Política Nacional de Extensão Universitária, pois se enquadra como uma Instituição de Educação Superior Pública Brasileira, mesmo tendo uma organização e estrutura que difere das universidades, conforme mostrado no Capítulo 1 deste estudo. A participação na elaboração do referido documento pode ser considerada como um avanço no caminho para a existência de um Plano e uma Política de Extensão que leve em conta a verticalidade do ensino no IFs.

A participação dos Pró-Reitores de Extensão dos Institutos nos Fóruns de discussão com os Pró-Reitores das universidades poderá contribuir para ampliar o entendimento destes em relação ao sentido do termo extensão. Com a finalidade de identificar o entendimento que o gestor da extensão do IFBA possui quanto ao significado do termo, foi perguntado para o mesmo, durante a entrevista, qual o entendimento que possui sobre extensão. Segue abaixo a resposta obtida:

- *“É uma troca de saberes, é um dos momentos mais bonitos da Instituição; onde você leva esses conhecimentos adquiridos no meio acadêmico e vai trocar essa..., aprender, não é? É uma troca de saberes com a sociedade e deve retornar, fechar o ciclo, não é? A tríade, não é? Ensino-pesquisa-extensão. O resultado da extensão tem que retornar para a melhoria do ensino e contribuir para a pesquisa. De repente numa visita técnica, num contato de*

extensão, você pode encontrar um mote para uma pesquisa aplicada para resolver aquilo ali. Então, a extensão permite isso, você aproveite o que foi desenvolvido no ensino, o que se aprofundou em cultura; disponibilize esses conhecimentos acadêmicos para a sociedade e colha na sociedade o retorno, essa avaliação, e retorne para continuar seu trabalho e ir aprimorando sempre. Eu sempre uso a expressão troca de saberes”.

O entendimento sobre extensão, apresentado na fala do gestor do IFBA está em consonância com a concepção do Plano Nacional de Extensão (FORPROEX, 2001) das universidades públicas brasileiras, uma vez que o mesmo considera a extensão como um processo educativo quando afirma que se trata de “uma troca de saberes” entre o meio acadêmico e a sociedade, estando aí, também, implícita a noção de via de mão dupla assegurada pela interlocução que deve ser estabelecida entre o Instituto Federal e a sociedade.

Foi possível perceber por meio da fala do entrevistado, que o mesmo apresenta resistência ao uso do termo extensão, já que foi enfatizada a expressão “troca de saberes” por várias vezes no desenrolar de sua fala. Diante disso, foi perguntado se o mesmo gosta ou não do termo extensão, obtendo-se a seguinte resposta:

- “Não. Não diz muito extensão, a extensão está relacionada com ir e não voltar, não é? Você vai usar uma extensão de eletricidade; você vai levar a energia de uma tomada pra um lugar que não chega na tomada, não é isso? Você estende aquilo ali, mas não tá amarrado o retorno; a extensão, ela é uma mão única; com a palavra troca de saberes significa que a instituição vai aprender ao fazer aquele trabalho, então ela tem que selecionar os trabalhos que tenha esse retorno, esse perfil. Portanto, vou fazer um trabalho, vou colocar um doutor, olha um doutor tem um investimento muito grande, né, ou dele ou institucional, governamental, pra ele ser doutor, não é? Depois ele disponibiliza esse conhecimento numa pequena comunidade, ou pequeno trabalho, tá, então..., que a comunidade não teria acesso a esse conhecimento se não fosse esse trabalho da extensão. Então, por isso que tem que ter essa troca de saberes. Com certeza, esse doutor, eu tô usando o termo doutor porque é o título mais alto acadêmico, né, então, até um doutor, ele vai aprender ao retornar de uma atividade de extensão, dessa troca de saberes, ele volta com outro comportamento, ele aprende com aquela população e aqui normalmente eles nos cobram altas tecnologias: eu quero um projetor de multimídia, eu quero um notebook, eu quero isso, eu quero aquilo, um laboratório com ar condicionado e quando ele vai pra extensão ele vê que as pessoas fazem aquilo, mas com o que dispõem, com os recursos que dispõem; e mesmo que você não leve essa alta tecnologia pra lá eles vão continuar fazendo, com a tecnologia, com o conhecimento e cultura que eles têm, ele retorna isso”.

O gestor da extensão do IFBA deixou claro em sua fala que não gosta, não concorda com o termo extensão, e exemplificou seus argumentos de forma interessante, por meio de uma metáfora da extensão elétrica, que é o cabo ou fio elétrico que serve para levar energia de uma tomada elétrica para outro lugar onde não há tomada. A metáfora da extensão elétrica, utilizada pelo entrevistado associa o termo extensão à transmissão, de acordo com a análise dos campos associativos que Freire (2011) faz desse termo.

Outro aspecto interessante pontuado na fala do entrevistado foi que a Instituição irá aprender na medida em que desenvolve a extensão, buscando a troca de saberes, deixando claro o entendimento de que, mesmo instituições voltadas para a produção e difusão de conhecimento como os IFs e as Universidades, têm muito a aprender com essa troca de saberes.

O entrevistado exemplifica como a troca de saberes pode ocorrer entre o IFBA e a sociedade, falando da atuação de um doutor da Instituição em atividades de extensão com comunidades que não dispõem dos recursos tecnológicos e dos espaços dos quais o IFBA dispõe e que, mesmo assim, conseguem resolver seus problemas cotidianos com os recursos, os conhecimentos, a tecnologia e a cultura de que dispõem.

Quando o gestor fala da atuação de um doutor nas atividades de extensão, o mesmo não pretende valorizar a titulação, como foi percebido durante a entrevista, mas mostrar que, mesmo com uma elevada formação profissional e técnica, o sujeito extensionista irá aprender por meio da troca de saberes, interagindo e dialogando com a comunidade, caso contrário “as relações entre o educador verbalista, dissertador de um “conhecimento” memorizado e não buscado ou trabalhado durante, e seus educandos constituem uma espécie de assistencialismo educativo” (FREIRE, 2011, p. 110).

A própria Lei 11.892 de 2008, que criou os IFs, considera de forma implícita, que deverá haver a troca de saberes entre esses Institutos e a sociedade, uma vez que diz em seu Art. 6º-II que uma das finalidades dos Institutos Federais é “desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais” (BRASIL, 2008a). O desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, dentro de um processo educativo e investigativo, poderá ser possibilitado pela troca de saberes que deve ocorrer na

relação dialógica entre a Instituição e a sociedade.

Foi questionado ao gestor da extensão se tem conhecimento da Lei 11.892 de 2008 e do documento Concepções e Diretrizes: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e o mesmo respondeu que quanto à lei sim, que é “a lei que criou a Rede Tecnológica e os Institutos Federais” e seu conhecimento é obrigatório por parte de todos os gestores; já em relação ao documento citado, conhece partes que foram divulgados nos eventos promovidos pelo MEC e pela Secretaria de Educação Tecnológica – SETEC e informou que há cópia tanto da lei quanto do documento na PROEX.

O conhecimento da legislação que rege determinada instituição, como os IFs e o IFBA, por parte dos gestores é de fundamental importância, já que pode possibilitar que estes se apropriem dos princípios, das finalidades e dos objetivos dessa instituição e, considerando, que “na visão dos gestores, há uma relação intrínseca entre gestão e qualidade educacional, já que a gestão pode ser um meio e um instrumento para a melhoria da educação” (PARENTE e PARENTE, 2012, p. 222), a prática da gestão que busque a melhoria educacional por meio do equilíbrio com seus fundamentos legais, poderia proporcionar a melhoria da qualidade da educação profissional.

Como o gestor da extensão do IFBA informou ter conhecimento da lei que criou os Institutos Federais e de partes do documento Concepções e Diretrizes, também, foi perguntado se houve mudança quanto aos princípios e finalidades da educação profissional, a partir da transformação CEFET-BA em IFBA, tendo sido dada a seguinte resposta:

- Pra o nosso sim, nós estávamos em..., no tempo de CEFET, muito atrasado em relação a outros CEFETs, tá! Então nós temos CEFETs mais avançados na área de extensão, na área de pesquisa, no próprio ensino. Nós não temos ainda nenhum é..., por exemplo, aluno em EAD, tá! Nós não temos, enquanto tem outros Institutos que tem trinta mil alunos em EAD. Em pesquisa também, na parte de pós-graduação também, especialização, mestrado e doutorado... E nós ainda estamos atrasados nessa área aí, certo! Na área de extensão também, nós temos outros Institutos que têm programas já de extensão, há muitos anos, e nós não conseguimos ainda, o máximo que nós conseguimos foi colocar editais de extensão; futuramente se transformarem em programas de extensão, mas por enquanto tá só em projeto.

Na resposta apresentada acima é possível perceber que o gestor tem

consciência do atraso que o CEFET-BA apresentava em relação a outros CEFETs, antes de ser transformado em IFBA, não apenas na extensão, mas também na pesquisa e no ensino e que mesmo depois da mudança para IFBA, essa Instituição ainda não conseguiu desenvolver programas de extensão.

A transformação do CEFET-BA em IFBA por meio de mudança na estrutura e organização determinada pela lei, por si só não garante que as determinações sejam postas em prática de forma instantânea, porque “se as dificuldades para a criação de um sistema já são grandes no campo do ensino, na extensão apresenta dificuldades ainda maiores” (ROCHA, 2008, p. 132).

Como o entrevistado pontuou que o IFBA ainda está atrasado na área de extensão, em relação a outros IFs, foi questionado se o atraso se deve ao novo modelo de instituição proposto pela Lei 11.892; a resposta foi a seguinte:

- “Não, é modelo de gestão, é nosso mesmo, é nosso mesmo, não é da..., por instituição, isso funcionava já desde o tempo de Escola Técnica, desde o tempo de CEFET e continuam trabalhando no tempo de Instituto; são pontos que ainda temos que ajustar no Instituto da Bahia”.

O gestor demonstrou, a partir de sua fala, que também, tem consciência de que o modelo de gestão praticado no IFBA precisa ser superado para atender às exigências da nova legislação e que esse modelo é praticado desde a época de Escola Técnica. Essa fala deixa implícita a ideia de que se faz necessário uma mudança na cultura da gestão do IFBA, mas isso é um processo que, conforme Hetkowski (2004), irá se instituir a partir do que está instituído; das práticas de gestão conhecidas, o que requer mudança de concepções, de crenças e valores por parte dos sujeitos do IFBA.

Para instituir novas práticas de gestão da extensão, em particular, e do IFBA como um todo, levando em consideração o que já está instituído, será necessário uma reforma do pensamento de todos os envolvidos nos processos de gestão, pois *“não se pode reformar a instituição sem uma prévia reforma das mentes, mas não se podem reformas as mentes sem uma prévia reforma da instituição”* (MORIN, 2011, p. 99).

A reforma da organização e estrutura do IFBA já foi feita pela legislação, mas reformar as mentes dos sujeitos que lhe compõe, provavelmente, será um processo lento, uma vez que não há como desconsiderar o percurso histórico que formou a

cultura institucional ao longo de um século de educação profissional. A transformação do CEFET-BA em IFBA é recente, possui pouco mais de três anos, mas possivelmente, essa Instituição irá se adequar ao novo arranjo proposto para a educação profissional.

A promulgação de uma lei que mude as normas e a organização de uma determinada instituição não é suficiente para a mudança das suas práticas de gestão, pois a dinâmica do desenvolvimento da gestão se dá por meio da ação dos sujeitos que, na maioria das vezes, já está condicionada a uma cultura. A esse respeito, também foi perguntado ao gestor da extensão do IFBA se o mesmo considera que a nova lei irá favorecer ou dificultar mudanças qualitativas na gestão da extensão; foi obtida a seguinte resposta:

-Sim! Pelo menos foi oficialmente colocado na estrutura dos Institutos a extensão, então, as três Pró-Reitorias de Ensino, Pesquisa e Extensão são obrigatórias na estrutura, uma coisa que não era antes. Antes você tinha ensino, um pouco de pesquisa e extensão quando aparecesse alguma coisa, era limitada apenas a cursos, cursos... Chamados cursos de extensão, que hoje chama de curso FIC, Formação Inicial e Continuada.

O entrevistado reconhece, por meio de sua fala, que foi positiva a inclusão da extensão nos IFs com a promulgação da Lei 11.892 de 2008, o que obriga esses Institutos, bem como o IFBA, a desenvolverem atividades de extensão em articulação com o ensino e com a pesquisa, não se limitando apenas a ofertar cursos de formação inicial e continuada, que também é uma atividade de extensão, mas também, desenvolvendo programas e projetos.

Embora os demais servidores da Pró-Reitoria de Extensão do IFBA não tenham sido contemplados para a entrevista, foi possível perceber, por meio da observação, que os mesmos apresentam abertura para mudanças e que apoiam o gestor nas propostas e decisões, isso possibilita a participação de todos em uma gestão democrática (FIGUEIREDE e NOVAES, 2012), o que poderá favorecer a prática dos princípios e das finalidades da educação profissional presentes na lei 11.892 (BRASIL, 2008a) e nos demais documentos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

3.1.2 O significado de rede para a gestão da extensão do IFBA

[...]. Rede é um conjunto de nós interconectados. Nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta. [...]. Redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho). Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio. (CASTELLS, 2011, p. 566).

A rede tem se configurado como a forma de organização predominante, na contemporaneidade, nos diversos aspectos da vida social, como o econômico e o cultural, pois dentro da dinâmica do sistema aberto da rede surgem possibilidades infinitas para a realização e a expansão de inovações, de acordo o trecho de Castells (2011) apresentado acima, na medida em que há interação e interconexão entre os nós dessa rede.

Considerando que essa organização em rede é consequência da mudança de visão de mundo contemporânea, que segundo Capra (2005), tem ocorrido na sociedade e na ciência; esse tipo de organização também se reflete no atual modelo de educação profissional brasileira, que teve início no ano de dois mil e oito com a promulgação da Lei 11.892 (BRASIL, 2008a) que criou os IFs.

Além da referida lei, o documento Concepções e Diretrizes (2008b) também diz que os Institutos Federais devem se estabelecer como uma rede social, em que a informação e os saberes circulem, a fim de que todos os sujeitos tenham acesso. Diante disso, se fez necessário conhecer qual a compreensão que o representante da gestão da extensão do IFBA possui a respeito do significado de rede. Foi perguntado para o gestor o que o mesmo entende por rede, obtendo-se a resposta que se segue:

- “Rede é ação compartilhada, um ajudando o outro, a rede é nesse sentido, tá, o que se desenvolve hoje no Acre serve, vamos supor, para o Rio Grande do Sul, tipo assim... Eles trabalham em rede. Então, os Fóruns dos Pró-Reitores de Extensão servem pra integração, não é, socializar essas experiências, as feiras de trabalhos de extensão, tudo isso aí permite, é..., uma troca de experiências entre os Institutos; a extensão é interinstitucional; não só a extensão daquela instituição com a comunidade, a sociedade, mas entre Institutos, entre regiões, integra o país todo, trabalho em rede é nesse sentido. Exige uma legislação e uma liderança por parte da SETEC muito grande, tá, pra poder fazer com que todos os Institutos caminhem nessa direção e ao mesmo tempo dê oportunidades para que essas experiências que são feitas

nos Institutos possam ser socializadas com os demais”.

O entendimento que o gestor da extensão do IFBA apresenta a respeito do significado de rede, enquanto ação compartilhada em que um ajuda o outro, está de acordo com o que Castells (2011), Rocha (2008) e Capra (2005) concebem a respeito do conceito de rede, ou seja, a rede é sempre um sistema aberto, dinâmico e interativo.

Além de expressar, por meio da fala, que entende a rede como uma ação compartilhada com a socialização de experiências, o entrevistado reconhece que a SETEC possui um papel fundamental para viabilizar que os Institutos Federais desenvolvam suas atividades de extensão de forma compartilhada e articulada, como uma rede, em que cada Instituto que compõe a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica seja um nó dessa rede e cada Campi um nó do Instituto.

A organização em rede, que deve ser a forma de organização da educação profissional e dos IFs, também é defendida por Rocha (2008), uma vez que possibilita o desenvolvimento de uma ação compartilhada, por meio da cooperação, considerando que:

A organização em rede dentro e fora de uma comunidade possibilita alcançar condições para a emulação e a cooperação entre indivíduos, equipes, parcerias de uma comunidade ou de outros atores sociais envolvidos no mesmo campo social. O universo das redes é o espaço no qual as competências e o *know how* estão conectados (ROCHA, 2008, p. 68).

O desenvolvimento da gestão em rede poderá possibilitar a conexão das competências e do conhecimento dos sujeitos envolvidos com as atividades de extensão nos dezesseis campi do IFBA entre si e com a PROEX para por em prática os princípios e as finalidades da educação profissional, que já foram apresentados no Capítulo 1 deste estudo. Diante do exposto, o entendimento sobre o significado de rede apresentado pelo gestor da extensão do IFBA converge para viabilizar a conexão das competências e conhecimentos dos seus atores.

Para saber a opinião do gestor sobre a possibilidade de a gestão da extensão ser desenvolvida como uma rede, baseado na experiência do mesmo, foi perguntado se esse tipo de gestão pode, ou não, ocorrer como uma rede no novo modelo de educação profissional e de instituição; a resposta dada foi a seguinte:

- *Pode! Pode e deve! Hoje nós temos com a internet, que é um poderoso instrumento de comunicação, você pode, você tem acesso a todos os Institutos, sites dos Institutos e a extensão; as atividades de extensão que são feitas, fora isso aí, são distribuídos, assim, anualmente relatórios de gestão pra todos os Institutos, pra ver o que tá se fazendo, as atividades, os casos de sucesso e os problemas também, que não só, a gente só divulga os casos de sucesso, mas é importante essa troca de experiência, é lá que teremos o que não deu certo pra que não seja repetido, seja corrigido se alguém optar por aquele modelo.*

O entrevistado respondeu ao questionamento, afirmando que a gestão da extensão no novo modelo de educação profissional e de instituição pode ser desenvolvida como uma rede, exemplificando as possibilidades que a mediação da internet traz para a atualidade. Essa mediação se torna possível por meio da dimensão de articulação interface virtual, que é uma alternativa para a dimensão face a face, pois:

[...]. A *interface virtual* deve ser compreendida como uma mediação da dimensão *face a face* entre as pessoas, organizações e redes. Não se trata de uma outra rede ou de duas redes, uma real e outra virtual. De fato, as dimensões *face a face* e *interface virtual* são facetas de um mesmo processo. Essa interface tem como desafio consolidar-se como um facilitador da apropriação social das novas tecnologias da informação. Seu sistema permitirá a qualquer interessado interagir com grande facilidade com as diversas organizações, comprar e vender solidariamente, aprender e ensinar, enviar e receber mensagens ao conjunto dos participantes, compartilhar arquivos, participar de votações diretas ou diálogos em tempo real. (MANCE, 2003, p. 297).

A lógica da organização em rede presente, tanto na Lei 11.892 (BRASIL, 2008a) quanto no documento Concepção e Diretrizes: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (BRASIL, 2008b) e no entendimento do gestor em relação à gestão da extensão em rede, estão em consonância com a proposta de interação, apresentada por Mance no trecho acima, que pode ocorrer na dimensão interface virtual (mediada pelas tecnologias da informação, com o auxílio da internet), assim como na dimensão face a face.

Uma organização em rede não se restringe apenas à interface virtual, mas também, acontece na dimensão face a face, na interação real entre os sujeitos. No entanto, a interface virtual permite que a rede apresente uma flexibilidade infinita em sua dinâmica, uma vez que não há necessidade de obedecer a uma territorialidade (ROCHA, 2008), tornando possível a realização de trocas em um espaço público

virtual.

Esse espaço público virtual poderá ser uma rede social, como as inúmeras redes sociais existentes atualmente, ou um Sistema de Gestão para a extensão, dinâmico e flexível, que funcione como uma rede de interação na interface virtual de determinada instituição pública e/ou privada como o IFBA, por exemplo, possibilitando que as ações de seus atores concretizem princípios, finalidades e objetivos específicos.

No entanto, não se deve perder de vista que “as redes sociais são antes de mais nada redes de comunicação que envolvem a linguagem simbólica, os limites culturais, as relações de poder e assim por diante” (CAPRA, 2005, p.94) que também fazem parte da realidade do IFBA e que, no caso dos limites culturais, essa instituição possui uma tradição e uma cultura na oferta da educação profissional de um século, o que acaba por refletir nas relações de poder estabelecidas.

A criação da Rede Federal de educação profissional trouxe de inovador para os IFs que ofertam essa modalidade de educação, estando aí também incluído o IFBA, a concepção de rede social enquanto sistema aberto, interativo e dinâmico, que deve estabelecer vínculo tanto entre a totalidade e as partes quanto entre as partes e a totalidade (BRASIL, 2008b), sendo a Reitoria considerada como representação da totalidade do IF e os Campi como suas partes.

O novo modelo de educação profissional dos IFs, enquanto rede, apesar de estar de acordo com o atual momento histórico, em que a forma de organização em rede tem se configurado como o modelo predominante da sociedade, se apresenta como algo complexo (MORIN, 2002) tanto na sua estrutura e organização quanto na sua cultura, uma vez que possui influência do tipo de gestão praticado no período em que era Escola de Aprendizes Artífices, Liceu Industrial, depois Escola Técnica Federal e, posteriormente, Centro Federal de Educação Tecnológica.

Além de buscar o ponto de vista do gestor da extensão do IFBA quanto o seu entendimento a respeito do significado de rede, buscou-se também saber qual a percepção que o mesmo possui sobre a mudança de CEFET-BA para IFBA. A resposta dada pelo entrevistado e que expressa sua opinião a respeito dessa mudança foi a seguinte:

- “A rede, os Institutos trabalham na..., sob a ótica de rede também, são todos a mesma denominação, até o símbolo é o mesmo pra todo mundo, um contribuindo para o outro, a experiência de um socializada para todos os

outros, essa é a ideia inicial”.

A fala do gestor da extensão mostra que o mesmo percebe que os Institutos já desenvolvem seu trabalho como uma rede, uma vez que possuem a mesma denominação, o mesmo símbolo. Talvez essa percepção se deva ao fato de o referido gestor participar dos Fóruns de discussão sobre a extensão na educação profissional, como o Fórum de Extensão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – FORPROEXT. Quando ele diz que “é o mesmo pra todo mundo”, quer dizer que todos os IFs têm como fundamento a mesma legislação, os mesmos princípios, finalidades e objetivos.

Entretanto, quando questionado se considera que houve alguma mudança, a partir do novo arranjo da educação profissional e tecnológica, o entrevistado respondeu que, quanto ao IFBA, houve “muito pouco”. Essa fala do gestor mostra, de maneira implícita, que ter mudado a legislação e a concepção da Instituição, por si só, não garantiu a mudança na cultura da prática de gestão, de forma instantânea, já que esse tipo mudança ocorre no desenrolar do processo histórico.

Como a organização em rede tem se tornado algo comum no cotidiano dos sujeitos, sobretudo por conta do avanço das TICs e com a consequente ampliação do seu acesso, possivelmente, o IFBA e os demais Institutos Federais conseguirão por em prática esse modelo de organização, superando o modelo de gestão burocrático e hierárquico, que ainda ocorre nas instituições públicas.

No entanto, para que a gestão, não apenas da extensão, mas também do IFBA como um todo, se desenvolva como uma rede será necessária a superação da estrutura hierarquizada que ainda está presente nas práticas dos sujeitos, além da mudança de mentalidade, pois

Em uma rede não há centro de comando de onde partam as deliberações – ela não é hierarquizada, sua estrutura administrativa é horizontal e extremamente flexível – ela é composta de nós, pontos ou *clusters* de onde partem as informações, ações e estratégias. As deliberações, dentro de uma rede são tomadas de uma forma coletiva possibilitadas pelos fluxos de comunicação. (ROCHA, 2008).

Considerando que as decisões dentro da rede devem ser coletivas, o conhecimento sobre o entendimento do significado de rede para a gestão da extensão do IFBA, representada pela pessoa do gestor por meio da entrevista, foi de

fundamental importância para subsidiar as decisões voltadas para a sistematização do Sistema de Gestão da Extensão em rede para a referida Instituição.

Após a identificação da compreensão que o gestor possui a respeito do conceito de rede e do que pensa sobre a possibilidade de a gestão da extensão se desenvolver como uma rede, foi feito um último questionamento para o mesmo, buscando saber se, em sua opinião, a transformação do CEFET-BA em IFBA trouxe algo de inovador para a gestão nesse Instituto Federal. O entrevistado respondeu que: “- *Sim! Eu acho que o fato de estarmos trabalhando em rede, com todos os institutos, permite essa troca de experiências e leva a um crescimento da instituição*”.

O entrevistado considera que a organização dos IFs, como uma rede, é inovadora para a educação profissional, pois no período em que a referida Instituição era CEFET-BA não se falava, nem se pensava em rede, o que está evidenciado no que diz o Conselho Nacional das Instituições de Educação Profissional, Científica e tecnológica – CONIF quanto à concepção que permeou a criação dos Institutos Federais, à qual

[...] trouxe consigo grandes desafios entre os quais a transformação da Educação Profissional em uma Rede que objetiva promover o ensino de excelência, uma pesquisa aplicada e uma extensão que promova o desenvolvimento científico e tecnológico, constituindo-se assim os pilares desta nova institucionalidade. (CONIF, 2013, p. 5).

A promoção do ensino de excelência, da pesquisa aplicada e da extensão que promova o desenvolvimento científico e tecnológico, deverá levar em consideração as influências externas, que podem ser aqui consideradas como demandas da sociedade. Essas influências externas (seja de pessoas, lugares, situações) podem contribuir para mudança de postura e de mentalidade para favorecer o novo modelo de organização em rede, já que

A rede não possui unidade orgânica, nem motor interno. Seu crescimento e sua diminuição, sua composição e sua recomposição permanente dependem de um exterior indeterminado. [...]. A rede não tem um centro, ou melhor, possui permanentemente diversos centros que são como pontas luminosas perpetuamente móveis, saltando de um nó a outro. (LÉVY, 1996, p. 26).

Diante do exposto acima e, considerando o entendimento do gestor da extensão do IFBA sobre o significado de rede, o desenvolvimento da gestão da

extensão na referida Instituição poderá, progressivamente, ocorrer dentro de uma estrutura em rede, por meio do suporte das TICs, uma vez que ocupar a posição de gestor dentro de uma instituição, quase sempre, acaba influenciando os sujeitos no desenvolvimento do seu trabalho.

3.1.3 Sistema de Gestão da Extensão em rede com o suporte das tecnologias da informação e comunicação

É preciso deslocar a ênfase do objeto (o computador, o programa, este ou aquele módulo técnico) para o projeto (o ambiente cognitivo, a rede de relações humanas que se quer instituir). [...] Vale a pena repetir que a maior parte dos programas atuais desempenha um papel de *tecnologia intelectual*: eles reorganizam, de uma forma ou de outra, a visão de mundo de seus usuários e modificam seus reflexos mentais." (LÉVY, 1996,p. 54).

O trecho acima apresenta a concepção de Pierre Lévy quanto ao papel das tecnologias da informação e comunicação com seus suportes materiais, representados pelo computador, por programas e módulos técnicos, na vida das pessoas. O referido teórico defende a ideia de que a ênfase deve ser dada ao projeto, ou seja, ao objetivo que se pretende alcançar por meio uso das TICs e não aos suportes materiais, que são apenas recursos; são os objetivos que deverão determinar os suportes materiais de TICs que serão utilizados para se chegar a determinado objetivo e não o contrário.

Lévy (1996) parte do princípio de que a maioria dos programas de computador utilizados atualmente, que também servem como base para as operações de um sistema de informação em rede, têm reorganizado a visão de mundo dos sujeitos, o que acaba por modificar seus reflexos mentais; por isso, esses suportes materiais de TICs são considerados pelo referido autor como tecnologia intelectual, pois modifica e são modificados pelo intelecto.

Considerando que o objetivo do presente estudo foi desenvolver um modelo de gestão da extensão em rede para o IFBA que ponha em prática os princípios e as finalidades da educação profissional, utilizando as TICs como suporte; esse modelo deverá se materializar por meio de um sistema de gestão da extensão em rede, sistematizado a partir dos resultados da pesquisa e que, posteriormente, poderá ser desenvolvido pelos Analistas de Tecnologia da Informação do IFBA; o sistema deverá reorganizar a visão de mundo (LÉVY, 1996) dos sujeitos envolvidos com a extensão dessa Instituição.

Como a utilização de um sistema de gestão em rede, ou de qualquer outro tipo de sistema organizado como uma rede, requer o uso e o domínio dos suportes das TICs, a fim de que funcione como uma tecnologia intelectual de forma dinâmica, aberta e interativa, se fez necessário conhecer a(s) relação(ões) que os sujeitos da PROEX, representados pelo gestor, estabelecem com as TICs, além da identificação dos suportes de TICs dos quais a referida Pró-Reitoria dispõe.

Diante disso, foi perguntado para o gestor da extensão do IFBA, como o mesmo percebe o uso das tecnologias da informação e comunicação nas atividades cotidianas de um modo geral, não apenas nas atividades de trabalho, mas também no dia-a-dia da vida pessoal; tendo sido dada a seguinte resposta:

- “Hoje, hoje é difícil o ser humano, hoje, não ter essa tecnologia, né, nós temos aqui uma na frente, uma no bolso, uma do lado de cá. Qualquer parte do mundo, se eu tiver uma dúvida agora pra responder a sua questão, com certeza vou ter acesso a essa resposta aqui na minha máquina, em outro campus, em outro país, entendeu, e aí se você somar as tecnologias com sua capacidade de idiomas e comunicação é, assim, infinito essas informações, você tem que saber selecionar porque às vezes você tá em outro idioma e você não sabe se aquilo é uma trabalho de um cientista conhecido ou se é uma trabalho escolar semelhante um dos nossos aqui, entendeu? Então você precisa saber diferenciar isso aí, mas as tecnologias hoje são fundamentais, não é, hoje os tabletes, a internet é poderosíssima, tá; os projetores de multimídia estão mais acessíveis”.

Foi possível perceber, a partir da fala do gestor da extensão do IFBA, que o mesmo reconhece o valor e a importância das TICs, sobretudo a internet, para a vida das pessoas no atual momento histórico, uma vez que considera seu uso fundamental. O entrevistado também ressaltou que é difícil o ser humano viver sem a tecnologia atualmente, dando exemplo de alguns recursos de TICs que fazem parte da vida cotidiana das pessoas e estão mais acessíveis, como os tabletes, o computador, a internet e os projetores multimídia.

O acesso aos recursos de TICs tem favorecido a evolução dos seus suportes, uma vez que, cada vez mais, os avanços tecnológicos das últimas décadas têm levado esses recursos para a vida das pessoas, às quais estão imersas na linguagem digital, pois

[...] o processo atual de transformação tecnológica expande-se exponencialmente em razão de sua capacidade de criar uma interface entre campos tecnológicos mediante uma linguagem digital comum na qual a

informação é gerada, armazenada, recuperada, processada e transmitida. (CASTELLS, 2011, p. 68).

A expansão do processo de transformação tecnológica, que os suportes de tecnologias da informação e comunicação tem alcançado, possibilita o desenvolvimento de sistemas de informação e de gestão em rede como, por exemplo, um sistema de gestão da extensão, acessíveis por meio do uso do computador com o auxílio da internet; além de gerar outro tipo de processo, o de imbricamento homem-máquina “[...] que se dá ao modo de um *campo virtual*, ou seja, enquanto um campo de possibilidades que pode originar, eventual e indefinidamente, qualquer tipo de atualização tanto para o ser humano quanto para a máquina” (LIMA JR., 2005, p. 17).

O processo de imbricamento homem-máquina, abordado por Lima Jr. (2005), é o que permite que sistemas sejam criados, aperfeiçoados e atualizados, a fim de atender às necessidades humanas, como é o caso do Sistema de Gestão da Extensão do IFBA – SGEI, proposto como produto deste estudo. Como as organizações e instituições privadas e/ou públicas, como o IFBA, dispõem de suportes de TICs, foi perguntado para o gestor se essas tecnologias são utilizadas nas atividades desenvolvidas pela PROEX, obtendo-se a resposta que se segue:

- *“Sim. Toda a comunicação distante, os editais são lançados nos sites dos Campi, toda essa troca é feita, uns ainda mandam pelo malote, mas a gente baixa imprime tudo, entendeu, permite trocar experiências, ajustar texto, tudo hoje pela internet. Então hoje nós temos no... só computando, no Instituto Federal da Bahia, nós temos dezesseis Campi acadêmicos mais a Reitoria, o mais próximo é trinta quilômetros, o mais distante mil, que é Barreiras, tá, então se você for fazer uma visita a todos os Campi, você teria que levar aproximadamente um mês, pra fazer essas visitas, tá, porque tem de quinhentos quilômetros; você tem que fazer um dia de viagem, descansar, fazer a visita no outro, viajar, fazer a visita no outro, então, você precisaria de, entre vinte e trinta dias pra visitar todos eles, passando apenas um dia em cada, tá, se você ficar um dia em cada, seriam dezesseis, não é, seriam dezesseis dias, e mais as noites e tardes ou manhãs que você viaja, se deslocando; fecharia praticamente trinta dias, seriam necessários pra fazer uma visita física, né, e a gente pode a qualquer momento, eu posso ao abrir o e-mail eu já tô recebendo demandas, posso mandar solicitações também, orientações, tá; a visita é interessante, esse mês mesmo, no começo do mês, nós recebemos a colega de Seabra que veio pra gente conversar, já tinha conversado com ela lá, ela veio conversar, ouvir, e se inteirar aqui, tá e ficou a desejar, e ela queria mais algumas coisas, ela queria mais orientações, então, se tiver isso institucionalizado, no site, alguma coisa assim, isso vai ajudar demais, é isso aí”.*

A fala do entrevistado mostra que as TICs são utilizadas pela PROEX, principalmente para a troca de informações e orientações entre a Pró-Reitoria e os dezesseis Campi do IFBA, por meio da internet, uma vez que esses Campi estão localizados em todo o território do Estado da Bahia; além da utilização dos suportes das TICs para a publicação de editais e envio de documentos. O gestor, também, enfatiza a dificuldade que a PROEX possui para realizar visitas físicas aos Campi, por conta da distância em relação a Salvador, pois há Campus que está localizado a mil quilômetros de distância da Capital.

Durante o período de coleta de dados, foi observado que a PROEX dispõe de um quantitativo de recursos de TICs significativo para atender às suas demandas por informação e comunicação, o que possibilita as trocas de informações entre a PROEX e os Campi, conforme a fala do gestor da extensão. Dentre os recursos de TIC utilizados no dia-a-dia da PROEX, foram identificados: dois computadores desktop, cinco notebooks, um netebook, um tablete, um projetor multimídia, uma máquina fotográfica profissional, um ponto de rede com modem wifi, uma impressora multifuncional colorida a jato de tinta, uma impressora multifuncional colorida a laser; todos esses recursos citados acima são utilizados pelos servidores.

No entanto, os recursos de TICs mais utilizados na realização das atividades da PROEX são os computadores (desktop e notebooks) por conta do desenvolvimento e acompanhamento dos programas, como o PRONATEC, por exemplo, além das impressoras para a reprodução de material e impressão dos e-mails e documentos enviados pelos Campi.

Talvez uma das contribuições mais importantes que as TICs trouxeram para a contemporaneidade esteja relacionada à organização do tempo e do espaço, uma vez que, de acordo com Castells (2011), os novos sistemas de comunicação proporcionados pelas TICs transformam radicalmente essas duas dimensões fundamentais da vida humana.

Os suportes de TICs conectados por meio da rede internet permitem anular longas distâncias e, até mesmo a própria noção de tempo, já que informações, orientações, documentos, arquivos são enviados e recebidos em tempo real, de forma instantânea, como mostra a fala do entrevistado.

O sistema de gestão da extensão proposto como produto deste estudo, também pretende anular as distâncias entre os Campi do IFBA com a Reitoria, mais especificamente com a PROEX, além buscar reduzir ou anular o tempo necessário

para o acesso às informações relativas às atividades de extensão do Instituto.

À medida que as informações referentes aos objetivos da extensão sejam facilitadas, os princípios e as finalidades da educação profissional poderão se concretizar, como por exemplo, a superação das desigualdades regionais e locais, considerando que

[...] as redes não obedecem a uma territorialidade ou a um determinado espaço geográfico. Embora na análise das experiências que estudamos observamos o reconhecimento das redes como articulações nacionais, elas não comportam delimitação territorial. Elas são translocais, ou seja, ultrapassam a dimensão do local constituindo-se um espaço público virtual onde trocas são realizadas. (ROCHA, 2008, p. 177).

Lima Jr. (2005), também considera que as redes mediadas pelos suportes de TICs como o computador, por exemplo, proporcionam a existência de um campo virtual, ou seja, um campo de possibilidades que dê origem de forma eventual e indefinida a todo e qualquer tipo de atualização. Esse campo de possibilidades esteve implícito na fala do gestor da extensão quando o mesmo afirmou que fazer visita física aos Campi do IFBA é interessante; entretanto, um sistema de gestão como uma rede virtual irá colaborar com a gestão da extensão na superação das distâncias.

Como o gestor demonstrou abertura ao uso das TICs para o desenvolvimento das atividades de extensão da PROEX, por meio de sua fala e, considerando que a referida Pró-Reitoria dispõe de uma variedade de TICs significativa, foi perguntado qual a opinião do mesmo em relação à implantação de um sistema de gestão em rede, informatizado, para a gestão da extensão no IFBA; o mesmo respondeu da seguinte forma:

- *“Desde que eles não sejam rígidos, porque cada projeto, cada comunidade que você vai tratar tem um trato a ser feito, então tem que ter sugestões, legislação, tá, mas não ser uma coisa amarrada, porque de repente você não consegue, então, por exemplo, eu tenho uma comunidade aqui pertinho, perto da Instituição, e essa comunidade não tem documentação, então, ela não pode se matricular nos nossos cursos, porque eles não têm... são moradores de rua, não têm comprovantes, entendeu? Então agente tem que, também, levar isso, o Instituto levar as instituições lá pra fazer isso, pra cadastrar o pessoal, verificar as documentações, regatar, tudo isso aí, dar esse retorno também, então, é importante nesse aspecto, não engessar, porque de repente a gente vai precisar trazer esse pessoal pra Instituição, tá, trazer o pessoal pra Instituição e se tiver muito amarrado eu não vou poder fazer isso, ou eu ou ninguém que esteja à frente, tá.*

O gestor da extensão do IFBA demonstrou ser favorável à criação e implantação de um sistema de gestão para a extensão, mas ponderou que um sistema desse tipo não deve ser rígido, muito amarrado ou engessado, devendo ser flexível e levar em consideração a realidade de cada comunidade, para que seja possível o desenvolvimento das atividades de extensão junto a essas comunidades.

À medida que a burocracia, que ainda está presente nas instituições públicas brasileiras, torna determinado sistema de gestão rígido e muito amarrado, acaba impedindo que certos segmentos da sociedade possam usufruir dos benefícios que as atividades de extensão poderão lhes proporcionar, como o exemplo dos moradores de rua do entorno do IFBA, citado na fala do entrevistado, os quais não possuem documentos de identificação, nem comprovante de residência.

A criação e o desenvolvimento de um sistema de gestão da extensão, que funcione como uma rede de interação entre os campi do IFBA com a PROEX, apenas terá sentido se incluir todos os sujeitos e comunidades que necessitem das atividades de extensão, independente de estarem dentro dos padrões exigidos pela sociedade atual ou não, uma vez que o “caráter potencializador das TICs está no movimento que elas podem desencadear nas práticas sociais, culturais, administrativas, pedagógicas, didáticas entre outras” (NASCIMENTO; HETKOWISKI, 2009, p. 151).

Considerando que o gestor da extensão do IFBA percebe a criação de um sistema de gestão da extensão de forma positiva, desde que não seja algo burocrático e fechado, foi feito um último questionamento para o mesmo a respeito de sua opinião quanto à existência de um sistema de gestão da extensão para o IFBA: se um sistema desse tipo poderia facilitar ou dificultar a gestão das atividades de extensão dessa Instituição. Segue abaixo, a resposta dada pelo entrevistado:

- “Facilita. Porque ocorre de forma assistemática, então eu entro em contato com o responsável pela extensão ou ele entra em contato com a gente, tá, aí a gente encaminha pra outras situações. Então é feita através de pessoas, tá, é uma coisa assim... O sistema tem que ser dinâmico, não pode ser uma coisa fria, assim: tá lá se vire, não pode ser assim, tá, porque exige muitos detalhes, muitos detalhes, muitos, cada um tem um. O de esporte é uma modalidade que pode... Nós temos esportes pra deficientes auditivos, é outro projeto; tem outro que é de inclusão via esporte, então são três projetos completamente diferentes, com necessidades, com legislações, tudo diferente, só numa área: esportes, tá!”

A opinião do gestor da extensão do IFBA quanto à existência de um sistema de gestão para a extensão é que esse tipo de sistema iria facilitar o desenvolvimento das atividades da PROEX que, de acordo com a fala do mesmo, ocorre de forma assistemática e por meio da interação entre pessoas. Essa interação entre pessoas abordada pelo entrevistado pode, no caso do IFBA, dificultar a gestão diante da dimensão dessa Instituição, que possui dezesseis Campi em funcionamento, além da Reitoria, e um quantitativo de servidores e estudantes relativamente alto, conforme apresentado na descrição da unidade de caso, no capítulo 2.

Quando o gestor diz que o “sistema tem que ser dinâmico” e não uma “coisa fria, porque exige muitos detalhes”, o mesmo se refere aos indicadores de desempenho da extensão tecnológica definidos pelo CONIF (2013), que apresentam oito dimensões da extensão tecnológica: desenvolvimento tecnológico; projetos sociais; estágio e emprego; cursos de extensão ou formação inicial e continuada – FIC; projetos culturais, artísticos, científicos, tecnológicos e esportivos; visitas técnicas; empreendedorismo e associativismo; acompanhamento de egressos.

As dimensões apresentadas acima estão voltadas para a concretização dos objetivos da extensão na educação profissional e tecnológica que, de acordo com o Art. 7º-IV da Lei 11.892 de 2008, seu objetivo principal é “desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos” (BRASIL, 2008a).

O entrevistado cita como exemplo um dos detalhes que o sistema de gestão da extensão deverá contemplar, ou seja, a modalidade de esporte, que faz parte da dimensão da extensão tecnológica: projetos culturais, artísticos, científicos, tecnológicos e esportivos. O referido entrevistado argumenta que dentro da modalidade esporte podem ser desenvolvidos diversos tipos de projetos como, por exemplo, projetos esportivos para deficientes auditivos, que visam à inclusão por meio do esporte; isso também vale para as outras sete dimensões definidas pelo CONIF.

O Sistema de Gestão da Extensão do IFBA, proposto como produto da pesquisa aplicada realizada neste estudo, parte do princípio que o referido sistema é uma rede aberta e dinâmica que funcionará a partir da conexão de interfaces dos recursos de TICs que o IFBA dispõe, tendo como base a internet, uma vez que “a

lógica de funcionamento de redes, cujo símbolo é a Internet, tornou-se aplicável a todos os tipos de atividades, a todos os contextos e a todos os locais que pudessem ser conectados eletronicamente” (CASTELLS, 2011, p. 89). Esse princípio de rede, que fundamenta a criação do Sistema de Gestão da Extensão do IFBA proposto, está de acordo com as expectativas apresentadas na fala do gestor da extensão e com o que determina a legislação da educação profissional.

Vale ressaltar que o objetivo da pesquisa não foi desenvolver o Sistema de Gestão da Extensão do IFBA, enquanto programa, mas sistematizar o modelo que servirá como base para que os Analistas de Tecnologia da Informação do IFBA possam desenvolver o sistema a partir dos suportes de programação e de rede que o IFBA dispõe. O protótipo abaixo representa o modelo que servirá de base para a criação do Sistema de Gestão da Extensão do IFBA – SGEI.

Ilustração 5 – Protótipo do Sistema de Gestão da Extensão do IFBA – SGEI

Tela 1





SGEI - Sistema de Gestão da Extensão do IFBA

Usuário:

Senha:

Tela 2







SGEI - Sistema de Gestão da Extensão do IFBA
Usuário: Cintia

Tipo de Acesso: -- Selecione --

- Docente
- Técnico
- Estudante

Tela 3





SGEI - Sistema de Gestão da Extensão do IFBA
Usuário: Cintia

- Desenvolvimento Tecnológico**
- Projetos Sociais**
- Estágio e Emprego**
- Cursos de Extensão on FIC**
- Projetos Cultural, Artístico, Científico, Tecnológico e Esportivo**
- Visitas Técnicas**
- Empreendedorismo e Associativismo**
- Acompanhamento do Egressos**
- Relatórios**

Tela 4



SGEI - Sistema de Gestão da Extensão do IFBA
Usuário: Cintia

Desenvolvimento Tecnológico

Bolsista: -- Selecione -- ▼
Docente
Técnico
Estudante

Programa: -- Selecione -- ▼

Projeto: -- Selecione -- ▼

Convênio: -- Selecione -- ▼

Tela 5



SGEI - Sistema de Gestão da Extensão do IFBA
Usuário: Cintia

Projetos Sociais

Bolsista: -- Selecione -- ▼

Programa: -- Selecione -- ▼

Projeto: -- Selecione -- ▼

Comunidade: -- Selecione -- ▼

Tela 6




SGEI - Sistema de Gestão da Extensão do IFBA
Usuário: Cintia

Estágio e Emprego

Estágio: -- Selecione -- ▼

Emprego: -- Selecione -- ▼

Estudante no Estágio: -- Selecione -- ▼

Estudante no Emprego: -- Selecione -- ▼

Oferta Anual de Estágio: -- Selecione -- ▼

Oferta Anual de Emprego: -- Selecione -- ▼

Tela 7




SGEI - Sistema de Gestão da Extensão do IFBA
Usuário: Cintia

Cursos de Extensão ou FIC

Cursos Ofertados: -- Selecione -- ▼

Carga Horária: -- Selecione -- ▼

Área de Conhecimento: -- Selecione -- ▼

Eixo Tecnológico: -- Selecione -- ▼

Modalidade: -- Selecione -- ▼

Matriculados: -- Selecione -- ▼

Concluintes: -- Selecione -- ▼

Tela 8





SGEI - Sistema de Gestão da Extensão do IFBA
Usuário: Cintia

Projetos Cultural, Artístico, Científico, Tecnológico e Esportivo

Projeto: -- Selecione -- ▼

Comunidade Externa: -- Selecione -- ▼

Público Alvo: -- Selecione -- ▼

Envolvidos: -- Selecione -- ▼

Tela 9





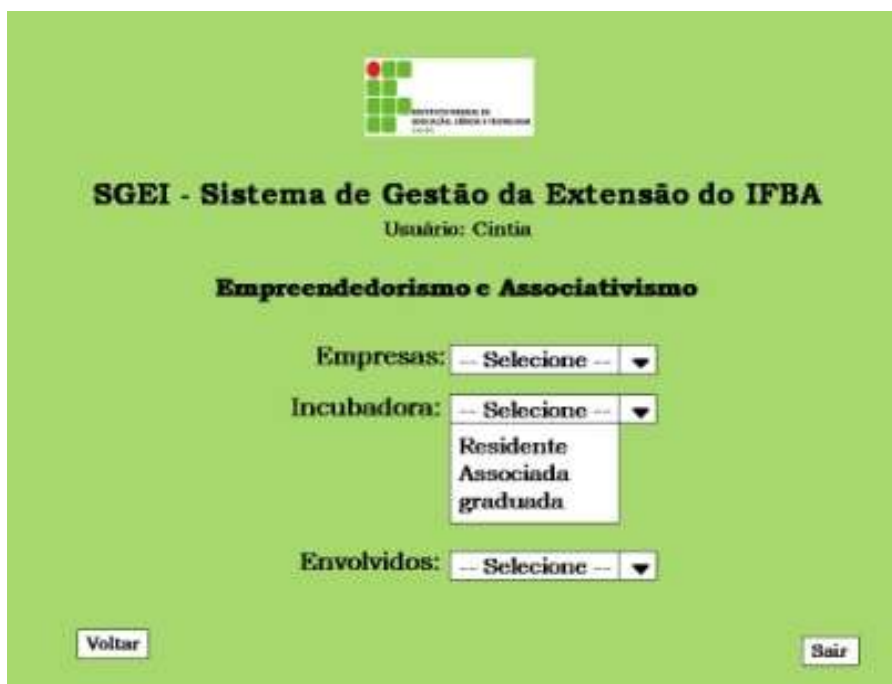
SGEI - Sistema de Gestão da Extensão do IFBA
Usuário: Cintia


Visitas Técnicas

Visitas realizada: -- Selecione -- ▼
Indústria
Empresa

Envolvidos: -- Selecione -- ▼
Docente
Técnico
Estudante

Tela 10




SGEI - Sistema de Gestão da Extensão do IFBA
Usuário: Cintia

Empreendedorismo e Associativismo

Empresas: -- Selecione -- ▼

Incubadora: -- Selecione -- ▼
Residente
Associada
graduada

Envolvidos: -- Selecione -- ▼

Tela 11




SGEI - Sistema de Gestão da Extensão do IFBA
Usuário: Cintia

Acompanhamento de Egressos

Atua na Área de Formação: -- Selecione -- ▼

Atua em Outras Áreas: -- Selecione -- ▼

Continua Estudo na Área de Formação: -- Selecione -- ▼

Continua Estudo em outra Área : -- Selecione -- ▼

Tela 12

SGEI - Sistema de Gestão da Extensão do IFBA
Usuário: Cintia

Relatórios

Projetos de Extensão: -- Selecione -- ▼

Programas de Extensão: -- Selecione -- ▼

Bolsistas: -- Selecione -- ▼

Comunidade Externa: -- Selecione -- ▼

Comunidade Interna: -- Selecione -- ▼

Acordos e Parcerias: -- Selecione -- ▼

Fonte: Produção da autora.

O referido protótipo busca contemplar todas as dimensões das ações de extensão tecnológica definidas pelo CONIF (2013), a partir das sistematizações desenvolvidas pelo FORPROEXT; essas dimensões devem ser parte integrante das atividades de extensão da educação profissional ofertada pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

A utilização de um Sistema de Gestão da Extensão pela PROEX, juntamente com os dezesseis Campi do IFBA, poderá favorecer a criação de uma cultura da extensão, uma vez que essa atividade fim da educação profissional, ainda, é incipiente e tem ocorrido de forma assistemática, conforme a fala do gestor da extensão na entrevista.

O Sistema de Gestão da Extensão do IFBA – SGEI se configura como uma rede por estar voltado tanto para as demandas institucionais, do IFBA como um todo, quanto para as demandas locais, específicas de cada Campus, o que permitirá o cruzamento dos dados referentes a cada uma das oito dimensões da extensão tecnológica tanto para a PROEX quanto para o Campus, devendo a alimentação desse sistema ficar a cargo da coordenação de extensão de cada Campus e, também, da PROEX.

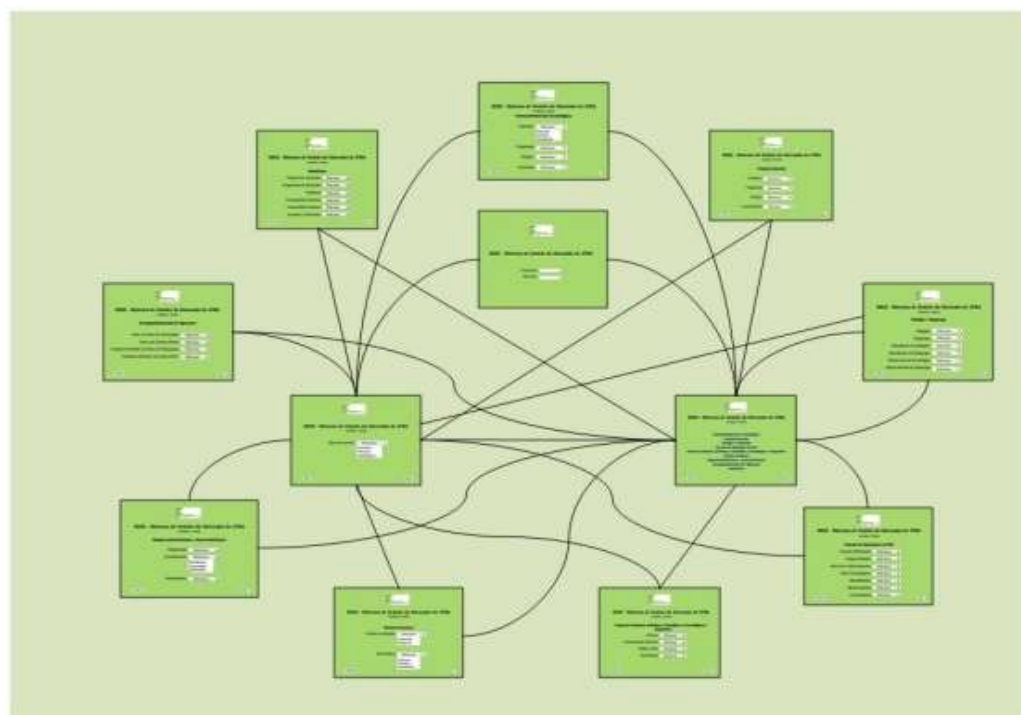
A alimentação constante do SGEI será fundamental para garantir a abertura e

flexibilidade da rede, conforme representa a ilustração 6 abaixo, já que “a rede é um sistema necessariamente aberto. Por isso, é um processo que não tem fim, é a abertura do sistema que permite expandir a rede, que dá condições para ocorrência do processo de multiplicação e divulgação que a caracteriza” (ROCHA, 2008, p. 231).

A alimentação do banco de dados do referido sistema, também, deverá possibilitar que as interfaces desse sistema façam o cruzamento dos dados cadastrados para a geração de relatórios que permitam a realização de análises qualitativas das atividades de extensão do IFBA.

Os servidores envolvidos nas atividades de extensão, os quais deverão alimentar o banco de dados, provavelmente, conseguirão operar SGEI com facilidade, pois a observação realizada mostrou que todos os servidores da PROEX fazem uso dos recursos de TICs, como o computador conectado à internet, no desenvolvimento do seu trabalho. O diagrama abaixo, ilustração 6, mostra que as interfaces do referido Sistema deverão estabelecer conexões entre si.

Ilustração 6 – Diagrama do Sistema de Gestão da Extensão do IFBA –SGEI



Fonte: Produção da autora.

Diversos sistemas de informação do Governo Federal, também, são operados pelos servidores da PROEX, como o SICONV, o SIMEC e o SCDP, que faz o cadastro da concessão de diárias e passagens aos servidores lotados na PROEX. Além dos sistemas de informação citados acima, as pessoas envolvidas com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, tanto na PROEX quanto nos Campi, também, operam o SISTEC para cadastrar os dados de estudantes dos cursos ofertados pelo referido programa.

Aparentemente, os referidos sistemas são operados com facilidade pelos servidores da PROEX e dos demais Campi; alguns servidores apresentam dificuldade quando começam a operar determinado sistema, mas essa dificuldade logo é superada.

Considerando os dados obtidos a partir da entrevista e da observação, é possível afirmar que os servidores da PROEX demonstram abertura às inovações tecnológicas, uma vez que, no desenvolvimento das atividades, a utilização das TICs como suporte é constante. Possivelmente, esses servidores e os servidores que atuam nos Campi, conseguirão operar o SGEI, o que permitirá a sistematização das atividades de extensão, por meio do planejamento, e, conseqüentemente, poderá por em prática os princípios e as finalidades da educação profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O reordenamento da educação profissional brasileira, com a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a partir da extinção dos Centros Federais de Educação Tecnológica no ano de dois mil e oito, trouxe uma nova concepção de educação profissional e um novo modelo de gestão para as instituições que ofertam essa modalidade de educação, com outra estrutura e organização.

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia trouxe de inovador para a educação profissional, a concepção de que essa modalidade de educação deve se configurar como uma rede, o que refletiu diretamente na estrutura e organização dos Institutos Federais – IFs, que sofreram alterações radicais com a promulgação da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008.

O presente estudo contextualizou a educação profissional no Brasil, desde a sua institucionalização no ano de mil novecentos e nove até o atual momento histórico, a fim de mostrar os modelos e concepções pelos quais esse tipo de educação passou no decorrer do seu primeiro século de existência e que foram regulamentados por meio de leis, decretos, resoluções e portarias. Também, foi abordada a nova organização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica que trouxe para os IFs uma organização semelhante às universidades, com Reitoria distinta dos Campi, uma vez que a estrutura desses institutos é multicampi.

A organização em rede, que deve ser seguida pelos Institutos Federais, requer a superação das práticas de gestão tradicionais, que são centralizadoras e hierarquizadas, uma vez que todo e qualquer tipo de rede é flexível, aberto e dinâmico. A organização dentro do padrão em rede tem sido impulsionada pelo intenso avanço das tecnologias da informação e comunicação ocorrido nas últimas décadas, o que tem facilitado o acesso aos suportes de TICs, como o computador conectado à internet.

Considerando que a rede tem sido o tipo de organização que predomina na contemporaneidade e que esse é o modelo de organização exigido pela Lei 11.892 de 2008 para os IFs, o presente estudo buscou sistematizar um modelo de Sistema de Gestão da Extensão do IFBA – SGEI, que deverá ser desenvolvido pelos Analistas de Tecnologia da Informação dessa instituição. No entanto, para a criação

desse sistema foi necessário o estudo teórico dos conceitos de rede, educação profissional, gestão, extensão e tecnologias da informação e comunicação, para fundamentar a pesquisa aplicada.

As reflexões e considerações apresentadas neste estudo é fruto do estudo teórico dos conceitos citados acima, da análise documental dos estatutos e regimento do CEFET – BA e do IFBA, além da análise da legislação que regulamentou e tem regulamentado a educação profissional no Brasil ao longo do seu primeiro século de existência e da entrevista e observações realizadas na PROEX.

Os documentos legais que regulamentam a educação profissional da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica propõem que a gestão dos IFs aconteça em forma de rede, para garantir que a formação dos sujeitos se dê através da integração dos saberes e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o que favoreceria por em prática os princípios e finalidades desse tipo de educação, os quais já foram citados no decorrer deste estudo.

O tipo de formação almejado para a educação profissional e tecnológica no Brasil precisa superar o fundamento epistemológico e os princípios da racionalidade moderna, que ainda estão presentes na educação formal brasileira, que ignoram as relações e as conexões entre os sujeitos e o conhecimento, já que estes princípios desconsideram a rede de inter-relação existente entre todas as coisas e vê o conhecimento como verdade, ao invés de ser considerado como um saber transitório que deve se organizado por um modelo de gestão em rede.

A gestão dos IFs e da extensão na educação profissional deverá ser uma rede que supere a fragmentação que separa e isola tanto os sujeitos quanto os processos, uma vez que essa fragmentação é o reflexo da racionalidade moderna, positivista e cartesiana; isso possibilitará transgredir as exigências do modelo de acumulação flexível do neoliberalismo, considerando que no contexto contemporâneo se faz necessário que indivíduos e grupos sociais interajam dentro da rede com uma multiplicidade de conhecimentos e de produções simbólicas, sobretudo tendo as TICs como suporte.

As respostas para algumas das inquietações referentes à gestão da extensão em forma de rede, a partir da revisão da literatura, neste estudo, foram de fundamental importância para a criação do Sistema de Gestão da Extensão do IFBA – SGEI, neste momento de transição pelo qual essa Instituição vem passando,

Dentre as inúmeras inquietações oriundas das mudanças estruturais da educação profissional brasileira a partir do ano de dois mil e oito, no que diz respeito ao IFBA, vale destacar as relacionadas à forma como a gestão da extensão vem administrando possíveis conflitos entre o velho instituído ao longo de cem anos de educação profissional e o novo que se instituiu a partir da criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; além da busca por um modelo de gestão da extensão em rede que possa ser aperfeiçoado para garantir o atendimento das demandas sociais do entorno dessa instituição.

A mudança na estrutura e na organização da educação profissional com a criação dos IFs, também, trouxe consigo a mudança de concepção nessa modalidade de educação, o que reflete diretamente no modelo de gestão da extensão nos IFs, como o IFBA, que precisam superar o velho para se adequar ao novo, sendo esse novo compreendido como uma estrutura em forma de rede que estabelece conexões entre seus nós, os campi, para articular ensino, pesquisa e extensão.

A coleta e análise dos dados da pesquisa, por meio da entrevista, da observação e da análise dos documentos, permitiram equilibrar o direcionamento da sistematização do modelo de Sistema de Gestão da Extensão do IFBA – SGEI, de modo a atender às exigências da legislação da educação profissional e às expectativas do gestor da extensão, pois para propor algo que venha interferir na cultura de uma determinada instituição é importante que seja considerada a opinião dos sujeitos envolvidos no problema.

Diante do exposto, o SGEI, proposto como produto deste estudo, cujo protótipo se encontra no Capítulo 3, deverá funcionar como uma rede por meio dos suportes das TICs, tendo como base a internet e buscando atender as demandas da PROEX e dos Campi do IFBA, a partir do cruzamento dos dados referentes às atividades de extensão de cada uma das oito dimensões da extensão tecnológica definidas pelo CONIF.

A alimentação do banco de dados do SGEI será de fundamental importância para o seu bom êxito, já que o sistema, por si só, sem o uso interativo dos sujeitos, não poderá pôr em prática os princípios e as finalidades da educação profissional, já que o computador, a internet e os demais suportes de TICs são apenas suportes que não podem desenvolver nenhuma função sem a interação humana. Essa alimentação constante do banco de dados do sistema possibilitará que as interfaces

façam o cruzamento dos dados cadastrados, o que permitirá gerar relatórios para a análise qualitativa das atividades de extensão.

Vale ressaltar a importância da realização da pesquisa, que culminou, neste estudo, com a sistematização do modelo de SGEI, como contribuição para o desenvolvimento das atividades de extensão, uma vez que a utilização do sistema irá aperfeiçoar a gestão da extensão, permitindo seu planejamento e replanejamento proporcionados pelos relatórios gerados a partir do cruzamento dos dados, viabilizados pelas interfaces do sistema.

Apesar das dificuldades encontradas no percurso da pesquisa, relacionadas ao tempo de criação dos IFs, que possuem pouco mais de três anos de existência e, cuja estrutura e organização diferem dos Centros Federais de Educação Tecnológica, das Escolas Técnicas Federais e das Escolas de Aprendizes Artífices; além da falta de documentos que fundamentem a extensão tecnológica na educação profissional, como o Plano Nacional de Extensão Universitária; é possível afirmar que foi válida a realização deste estudo.

As reflexões teóricas e práticas oriundas da pesquisa aplicada poderão colaborar para novos estudos relacionados à extensão e à gestão na educação profissional, também, considerando os potenciais que as redes mediadas pelas TICs podem trazer para que o ensino, a pesquisa e a extensão, que são atividades fins dos IFs, ocorram de forma indissociável.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ilza Araújo Leão de. **A importância da Extensão Universitária na estruturação dos novos currículos**. In.: CABRAL NETO, Antônio (Org.). Flexibilização Curricular: cenários e desafios. Natal –RN: EDUREN – Editora da UFRN, 2004. Coleção Pedagógica n. 6.

ANDRÉ, Marli E. de. **Etnografia da prática escolar**. 11 ed. Campinas-SP: Papirus, 2004.

AVENA, Biagio M. **A Educação Profissional no Instituto Federal da Bahia: 100 anos de contribuição na oferta de cursos para a sociedade baiana**. In.: FORTES, Vera e MOREIRA, Virlene Cardoso (Orgs.). *Cem anos de Educação Profissional: história e memória do Instituto Federal da Bahia (1909-2009)*. Salvador: EDUFBA, 2009.

BOTOMÉ, Silvio Paulo. **Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária**. Petrópolis, RJ: Vozes; São Carlos, SP: EDUFSCar; Caxias do Sul, RS: EDUCS, 1996.

BRASIL. Lei nº. 11.892 de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Brasília: Casa Civil, 2008a. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm.

_____. Ministério da Educação. **Concepções e Diretrizes: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia**. Brasília: MEC, 2008b.

_____. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/>.

_____. Ministério da Educação. Portaria nº 387 de 01 de fevereiro de 2006. **Aprova o Estatuto do Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia - BA**. Brasília: MEC, 2006. Disponível em <http://www.cefetba.br/instituicao/downloads/Estatuto.pdf>.

_____. Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB n. 11/99. In.: BRASIL. **Educação Profissional e Tecnológica: legislação básica**. Brasília: MEC, 2005a.

_____. Lei nº. 11.195 de 8 de novembro de 2005. **Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei 8.948, de 08 de 1994**. Brasília: Planalto, 2005. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2005/Lei/L11195.htm.

_____. Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004. **Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências**. Brasília: Planalto, 1909. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm.

_____. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB n. 04/99. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico**. Brasília: MEC, 1999. Disponível em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/RCNE_CEB04_99.pdf.

_____. Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Ministério da Educação, Portal MEC, 1996. <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>.

_____. Lei nº. 8.711 de 28 de setembro de 1993. **Dispõe sobre a transformação da Escola Técnica Federal da Bahia em Centro Federal de Educação Tecnológica e dá outras providências**. Brasília: Ministério da Educação, Portal MEC, 1993. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/legisla02.pdf>.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm.

_____. Lei nº. 6.545 de 30 de junho de 1978. **Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências**. Brasília: D.O.U., 1978. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6545.htm.

_____. Lei nº. 5.540 de 28 de novembro de 1968. **Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências**. Brasília: Planalto, 1968. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm.

_____. Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Casa Civil, 1961. Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm.

_____. Senado Federal. Secretaria de Informações. *Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de Fevereiro de 1942 - Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial*. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1942. Disponível em <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=30374&tipoDocumento=DEL&tipoTexto=PUB>.

_____. Decreto-Lei nº. 19.851 de 11 de abril de 1931. **Dispõe que, o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras**. Brasília: Câmara, 1931. <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>.

_____. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro 1909 - **Cria nas capitais dos Estados**

as Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1909. Disponível em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf.

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável.** São Paulo: Cultrix, 2005.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1).

CEFET – BA. **Projeto Pedagógico Institucional do CEFET – BA.** Salvador: CEFET – BA, 2008.

CIAVATTA. **Mediações do Mundo do Trabalho: a fotografia como fonte histórica.** In.: LOMBARDI, José Claudinei, SAVIANI, Demerval, SANFELICE, José Luís (Orgs.). 3 ed. Capitalismo, Trabalho e Educação. Campinas-SP: Autores Associados, 2005. (Coleção Educação Contemporânea).

CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (CONIF). **Extensão Tecnológica – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e tecnológica.** Cuiabá – MT : CONIF/IFMT, 2013.

CORRÊA, Edson José (Org.). **Extensão Universitária: organização e sistematização.** Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Belo Horizonte: Coopmed, 2007.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à antropologia social.** Petrópolis: Vozes, 1981.

FEYERABEND, Paul. **Contra o Método.** São Paulo: Editora UNESP, 2007.

FIGUEIREDO, Camila de Souza e NOVAES, Ivan Luiz. **Participação do Conselho Escolar na gestão da escola: processo de efetivação da Gestão Democrática das escolas municipais de Salvador.** In.: NOVAES, Ivan Luiz e PARENTE, Claudia da Mota Darós (Orgs.). Múltiplos olhares sobre avaliação, política e gestão educacional. Salvador: EDUNEB, 2012.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Plano Nacional de Extensão.** Edição Atualizada. Brasil: Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu/MEC, 2001.

_____. **Política Nacional de Extensão Universitária.** Manaus-AM: Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras, 2012.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 15 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** 29 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Estudo de Caso: fundamentação científica, subsídios para coleta e análise de dados, como redigir o relatório**. São Paulo: Atlas, 2009.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. 20ª ed. Campinas-SP: Papirus, 2009. (Trad. Maria Cristina F. Bittencourt).

HETKOWSKI, Tânia Maria. **Dialética Interna: tecnologias da informação e comunicação e formação de professores**. In.: NASCIMENTO, Antonio Dias e HETKOWSKI, Tânia Maria (Orgs). Educação e Contemporaneidade: pesquisas científicas e tecnológicas. Salvador: EDUFBA, 2009.

_____. **Políticas Públicas: Tecnologias da Informação e Comunicação e Novas Práticas pedagógicas**. Salvador: UFBA, 2004. Tese de Doutorado.

IFBA. **Proposta de Regimento Geral**. Salvador: IFBA, 2012.

_____. **Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia**. Brasília, 2009a.

_____. **Proposta do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2009-2013**. Salvador: IFBA, 2009b.

KUENZER, Acácia Z. **Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 63).

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da Inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. 3 ed. São Paulo: Editora 34, 1996.

LIMA JR., Arnaud Soares de. **Tecnologias inteligentes e educação: currículo hipertextual**. Rio de Janeiro: Quartet; Juazeiro-BA: FUNDESF, 2005. (Cibercultura e Educação; v. 2).

LIMA JR., Arnaud Soares de; NOVAES, Ivan Luiz e HETKOWSKI e Tânia Maria (Orgs.). **Gestão Educacional e Tecnologias da Informação e Comunicação**. In.: NOVAES, Ivan Luiz e HETKOWSKI, Tânia Maria (Orgs.). Gestão, Tecnologias e Educação: construindo redes sociais. Salvador: EDUNEB, 2012.

MACEDO, Roberto Sidnei. **A etnopesquisa crítica e multirreferencial nas ciências humanas e na educação**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2004.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

MARCONI, Marina de A. e LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6 ed. – 7 reimpr. São Paulo: Atlas, 2009

MARQUES, Eduardo Cesar. **Redes Sociais e Poder no Estado Brasileiro: aprendizados a partir das políticas urbanas**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. v. 21, n. 60, p. 15-41, fev. 2006.

MANCE, Euclides André (Org.). **Como organizar redes solidárias**. Rio de Janeiro: DP&A, Fase, IFIL, 2003.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 19 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 5 ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2002. (Trad. Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya).

MORUNO, Mario Vidal. **Educación Superior: vision y enfoques para la sociedad del siglo XXI**. Cochabamba – Bolívia: Impresiones Gráficas Unicornio, 2012.

MUTIM, Avelar L. B. **Gestão Escolar Participativa: sonho e realidade**. Salvador, UFBA/FACED, 2000. Tese de Doutorado.

NASCIMENTO, Antonio Dias e HETKOWSKI, Tânia Maria. **Educação e Comunicação: diálogos contemporâneos e novos espaços de reflexão**. In.: NASCIMENTO, Antonio Dias e HETKOWSKI, Tânia Maria (Orgs). Educação e Contemporaneidade: pesquisas científicas e tecnológicas. Salvador: EDUFBA, 2009.

NOVAES, Ivan Luiz e HETKOWSKI, Tânia Maria (Orgs.). **Gestão, Tecnologias e Educação: construindo redes sociais**. Salvador: EDUNEB, 2012.

NOVAES, Ivan Luiz e LOUIS, Roland. **Elaboração de um instrumento de medida para uma pesquisa sobre a percepção dos diretores de escolas a cerca da descentralização da gestão escolar**. In.: NOVAES, Ivan Luiz e HETKOWSKI, Tânia Maria (Orgs.). Gestão, Tecnologias e Educação: construindo redes sociais. Salvador: EDUNEB, 2012.

PARENTE, Cláudia da Mota Darós e PARENTE, Juliano Mota. **Política e Gestão Educacional: propostas e inovações na formação de professores**. In.: NOVAES, Ivan Luiz e PARENTE, Cláudia da Mota Darós (Orgs.). Múltiplos olhares sobre avaliação, política e gestão educacional. Salvador: EDUNEB, 2012.

POZZOBON, Maria Elizete e BUSATO, Maria Assunta (Orgs.). **Extensão Universitária: reflexão e ação**. Chapecó: Argos, 2009.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, LucVan. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. 5 ed. Lisboa: Gradiva, 2008.

ROCHA NETO, Ivan. **Gestão do conhecimento e complexidade**. São Paulo: Revista de Gestão e Projetos – GeP, v 3, n.1, p. 94-126, jan./jun. 2012.

ROCHA, José Cláudio. **A Reinvenção Solidária e Participativa da Universidade: estudo sobre redes de extensão universitária no Brasil**. Salvador: EDUNEB, 2008.

SAVIANI, Demerval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Rio de Janeiro – RJ: Revista Brasileira de Educação. v. 12, n.34, p. 152-

180, jan./abr. 2007.

_____. **Transformações do Capitalismo, do Mundo do Trabalho e da Educação.** In.: LOMBARDI, José Claudinei, SAVIANI, Demerval, SANFELICE, José Luís (Orgs.). 3 ed. Capitalismo, Trabalho e Educação. Campinas-SP: Autores Associados, 2005. (Coleção Educação Contemporânea).

SEVERINO, Antonio J. **Metodologia do trabalho científico.** 23 ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Caetana J. R. da (Org.). **Institutos Federais lei 11.892, de 29/12/2008: comentários e reflexões.** Natal: IFRN, 2009.

TRIVIÑOS, Augusto N. Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais – A pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 2006.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos.** 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o Senhor para participar da Pesquisa **“Modelo de gestão da Extensão na perspectiva de rede: uso das tecnologias da informação e comunicação na prática dos princípios e finalidades da Educação Profissional”**, sob a responsabilidade da mestrandia Cintia de Souza Santos com Orientação do Professor Dr. José Claudio Rocha, a qual pretende **“Desenvolver um modelo de gestão da extensão em rede para o IFBA que ponha em prática os princípios e as finalidades da Educação Profissional, utilizando as tecnologias da informação e comunicação como suporte”**.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevista por pauta, gravada, com questões voltadas para o objetivo da pesquisa. Caso o Senhor aceite participar da pesquisa, estará contribuindo com o aprimoramento da gestão em rede para a Extensão no IFBA, a partir do uso dos suportes de tecnologias da informação e comunicação.

Se após o consentimento de sua participação o Senhor desistir de continuar na pesquisa, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento a qualquer momento, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O senhor não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados, publicados e, possivelmente, aplicados no IFBA, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o senhor poderá entrar em contato com a pesquisadora na Pró-Reitoria de Extensão do IFBA, pelo telefone (71) 2102-9573.

Consentimento Pós-Informações

Eu, _____, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Salvador, ____ de _____ de 2013.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador Responsável

APÊNDICE B – ROTEIRO PARA ENTREVISTA

Dados de identificação:

1. Instituição:
2. Cargo:
3. Idade:
4. Nível de Escolaridade:
5. Área de atuação na instituição:
6. Tempo na de atuação na instituição:

Questões básicas para serem respondidas pela entrevista

1. Como percebe a mudança de CEFET-BA para IFBA?
2. Houve mudança nos princípios e nas finalidades/objetivos da instituição com essa mudança?
3. A transformação do CEFET-BA em IFBA trouxe algo de inovador para a gestão na instituição como um todo e para a gestão da extensão, em particular?
4. Tem conhecimento da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008 e do documento Concepções e Diretrizes: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do MEC?
 - 4.1. Em caso afirmativo:
 - a) Como tomou conhecimento dos referidos documentos?
 - b) Qual é a sua opinião sobre os mesmos?
5. Antes da mudança para IFBA, existia extensão na Educação Profissional (quando era Escola Técnica e/ou CEFET)? Em caso positivo, como era desenvolvida a extensão?
6. O que é extensão para você?
7. A extensão nos Institutos Federais, como o IFBA, é boa ou ruim para essas instituições?
8. Como compreende o significado de rede?
9. Baseado em sua experiência, a gestão da Extensão no IFBA pode ser desenvolvida como uma rede?

10. Como percebe o uso das tecnologias da informação e comunicação nas atividades cotidianas?
11. Com que frequência utiliza os suportes das tecnologias da informação e comunicação?
12. As tecnologias da informação e comunicação são utilizadas nas atividades desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Extensão do IFBA? Em caso afirmativo, como acontece a utilização?
13. Baseado em sua experiência, como os suportes de tecnologias da informação e comunicação podem contribuir para que a gestão da Extensão se desenvolva como uma rede?

APÊNDICE C – ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

O que observar:

1. O desenvolvimento cotidiano das atividades na Pró-Reitoria de Extensão do IFBA:

- Os departamentos (existe articulação entre os mesmos?);
- Atuação dos servidores;
- Se a dinâmica das atividades desenvolvidas na PROEX está de acordo com a nova estrutura e organização do IFBA;
- A relação dos servidores da PROEX entre si e com o Pró-Reitor de Extensão e vice-versa.

2. Os recursos de tecnologias da informação e comunicação que a PROEX dispõe:

- Descrever esses recursos;
- Se os mesmos são utilizados e como são utilizados;
- Os recursos mais utilizados.

3. Como os servidores da PROEX lidam com os recursos de tecnologias da informação e comunicação:

- Utilizam esses recursos com facilidade ou têm resistência em utilizá-los?
- Operam sistemas de informação? Com que frequência?
- Quais são esses sistemas de informação?
- Os sistemas de informação são operados com facilidade ou dificuldade?
- Os servidores da PROEX apresentam abertura para inovações?

Listar:

1. Os participantes da PROEX (não citar nomes, apenas os cargos efetivos com/ ou não função desconfiança).